



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Campus de Marília

WELLINGTON SANTOS SILVA

**PLANO NACIONAL DO LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECA: ESTUDO DE CASO DA CIDADE DE
JARDINÓPOLIS, REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO, ESTADO DE SÃO PAULO**

MARÍLIA

2022

WELLINGTON SANTOS SILVA

PLANO NACIONAL DO LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECA: ESTUDO DE CASO DA CIDADE DE JARDINÓPOLIS, REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO, ESTADO DE SÃO PAULO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista - “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, campus Marília, como um dos requisitos para obter o título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Gestão, Mediação e Uso da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Marcondes de Castro Filho.

MARÍLIA

2022

S586p

Silva, Wellington Santos

Plano nacional do livro, leitura e biblioteca: estudo de caso da cidade de Jardinópolis, região metropolitana de Ribeirão Preto, estado de São Paulo / Wellington Santos Silva. -- Marília, 2022
210 p. : tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Cláudio Marcondes de Castro Filho

1. Políticas Públicas. 2. Plano Nacional do Livro e Leitura. 3. Plano Municipal do Livro e Leitura. I. Título.

WELLINGTON SANTOS SILVA

PLANO NACIONAL DO LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECA: ESTUDO DE CASO DA CIDADE DE JARDINÓPOLIS, REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO, ESTADO DE SÃO PAULO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista - "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, campus de Marília, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Marcondes de Castro Filho (Orientador)

Universidade de São Paulo (USP) – Campus Ribeirão Preto

Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (Membro titular)

Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (UNESP) – Campus Marília

Prof.^a Dr.^a Márcia Regina da Silva (Membro titular)

Universidade de São Paulo (USP) – Campus Ribeirão Preto

Profa. Dra. Márcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (Membro suplente)

Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (UNESP) – Campus Marília

Profa. Dra. Marília de Abreu Martins de Paiva (Membro suplente)

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Campus Pampulha

MARÍLIA

2022

Resumo

Considerada uma das regiões mais prósperas e desenvolvidas do país, a Região Metropolitana de Ribeirão Preto, situada no norte do estado de São Paulo, institucionalizada em 2016, mostra-se relevante para estudo e análise da implementação das políticas públicas de incentivo ao livro, leitura e biblioteca, pois teoricamente reúne todos os pré-requisitos necessários para a implantação em seus municípios do Plano Municipal do Livro e Leitura (PMLL), seguindo as orientações do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). As medidas a serem adotadas pelos estados e municípios devem respeitar uma série de normas e diretrizes instituídas pelo governo federal e é justamente nesta seara, entre o proposto pelo governo federal e o realizado na esfera municipal, que esta pesquisa se desenvolveu. Considerando livro, leitura e biblioteca como agentes de transformação social, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar a participação da sociedade civil organizada, do município paulista de Jardinópolis, na implementação recente (2016-2020) de políticas públicas voltadas ao livro e a leitura, referenciadas pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), tendo como objetivo final a elaboração, regulamentação e implementação de seu Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB). O método de pesquisa utilizado foi o estudo de caso desenvolvido por Yin (2015), as técnicas de coletas de dados empregadas foram a documentação, entrevista, questionário e a observação, e como técnica de análise, dos dados coletados, utilizamos a triangulação das fontes. A pesquisa utilizou como população alvo, os gestores das instituições públicas municipais, bibliotecários, funcionários responsáveis pelas salas de leitura, além de outros atores que participaram do processo de elaboração do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) de Jardinópolis – SP. Como conclusão aderimos que o mapeamento do processo na cidade de Jardinópolis – SP, apontou para a existência de uma sociedade civil organizada com grande representatividade na esfera local. Sua atuação recente, últimos cinco anos, resultou na implementação de importantes políticas públicas, voltadas ao livro, leitura e biblioteca.

Palavras-chave: Políticas Públicas - Plano Nacional do Livro e Leitura - Plano Municipal do Livro e Leitura

ABSTRACT

Considered one of the most prosperous and developed regions in the country, the Metropolitan Region of Ribeirão Preto, located in the north of the state of São Paulo, institutionalized in 2016, is relevant for the study and analysis of the implementation of public policies to encourage Book, Reading and Library, because theoretically it gathers all the necessary prerequisites for the implantation in its municipalities of the Municipal Plan of Book and Reading (MPBR), following the orientations of the National Plan of Book and Reading (NPBR). The measures adopted by the states and municipalities must respect a series of rules and guidelines instituted by the federal government and it is precisely in this area, between that proposed by the federal government and that carried out at the municipal level, that this research was developed. Understanding books, reading and the library as agents of social transformation, the general objective of this research was to analyze the participation of organized civil society, from the city of Jardinópolis, in the recent implementation (2016-2020) of public policies aimed at books and reading, referenced by the National Plan for the Book and Reading (NPBR), with the final objective of elaborating , regulation and implementation of its Municipal Plan for the Book, Reading, Literature and Library (MPBRLL). The research method used was the case study developed by Yin (2015), the data collection techniques used were documentation, interview, questionnaire and observation. While the technique of analysis of the collected data used the triangulation of the sources. The research used as target population, the managers of the municipal public institutions, librarians, employees responsible for the reading rooms, in addition to other actors who participated the process of elaborating the project. Municipal Plan for the Book, Reading, Literature and Library (MPBRLL) of Jardinópolis - SP. As a conclusion, we adhere that the mapping of the process in the city of Jardinópolis – SP, pointed to the existence of an organized civil society with great representation in the local sphere. Its recent performance, in the last five years, resulted in the implementation of important public policies, focused on books, reading and library.

Keywords: Public Policies - National Plan for Book and Reading - Municipal Plan for Book and Reading

Dedico ao criador e à minha família.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, filhas, mãe, irmão, pai, amigos e parentes, pelo apoio que contribuiu diretamente para a conclusão deste trabalho.

Ao meu orientador Prof. Dr. Cláudio Marcondes Castro Filho, pelas valiosas orientações e observações sem as quais não conseguiria realizar a elaboração consistente do trabalho pretendido.

Aos funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – *Campus* de Marília, pelo apoio acadêmico e assertividade em suas atividades quando solicitados.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – *Campus* de Marília. Em especial aos professores Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, Marta Lígia Pomim Valentim, Maria José Vicentini Jorente, Deise Maria Antonio Sabbag, Luana Maia Woida e Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano.

Às professoras, Elaine da Silva (UEL) e Daniele Achilles Dutra da Rosa (UNIRIO) pelas disciplinas ministradas que auxiliaram o meu amadurecimento acadêmico/científico.

Às professoras, Márcia Regina da Silva (USP) e Marília de Abreu Martins de Paiva (UFMG) que contribuíram de forma ímpar para o aprimoramento do trabalho final por meio de suas análises e considerações.

À instituição Banco do Brasil, ao qual fui bolsista, pelo período desta pesquisa, vinculado ao programa de aprimoramento da Universidade Corporativa (UNIBB), fato este, que me deu total tranquilidade para conciliar ambiente de trabalho e vida acadêmica.

Aos representantes, do poder executivo e legislativo, do município paulista de Jardinópolis.

A todos participantes que atuaram de forma direta em nossa pesquisa, sem vossa colaboração este trabalho não teria acontecido.

Estendo um agradecimento especial a toda sociedade civil organizada de Jardinópolis – SP, que está fazendo história e servindo de referência à toda Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

A todas as pessoas de bom coração, muito obrigado!!!

*O homem livre é senhor de sua vontade e somente
escravo de sua consciência.*

Aristóteles

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução do percentual de alfabetização da população brasileira (2012-2020)	21
Gráfico 2 - Evolução do alfabetismo funcional – Brasil – 2001-2002 a 2008.....	22
Gráfico 3 - Evolução da alfabetização no Brasil – Raça/Cor, Renda e Localidade – 2020.....	23
Gráfico 4 - Porcentagem de matriculados no Ensino Fundamental – Brasil – 2018 a 2020	31
Gráfico 5 - Comparativo IDEB – Ensino Público Fundamental Municipal - 2019	32
Gráfico 6 - Rede Municipal de Ensino Público Escolar – Jardinópolis - 2020.....	33
Gráfico 7 - Unidades de ensino municipal público fundamental – Jardinópolis - 2020	33
Gráfico 8 - Matrículas na rede municipal pública de ensino - Jardinópolis - 2020.....	34
Gráfico 9 - Rede municipal de ensino público – Corpo docente – Jardinópolis - 2020	34
Gráfico 10 - Rede municipal de ensino público – Corpo docente – Ensino Fundamental – Jardinópolis - 2020	35
Gráfico 11 - Comparativo IDHM - 2010	36
Gráfico 12 – Salas de Leitura e Bibliotecas Municipais – Jardinópolis – SP (2020 – 2021)	112
Gráfico 13 - Nível de escolarização dos pesquisados – Jardinópolis – SP (2020 – 2021).....	113
Gráfico 14 – Processo de elaboração do PMLLLB – SP	125

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Municípios da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) - SP.....	24
Mapa 2 - Município de Jardinópolis/SP - Cidades limítrofes - RMRP	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Agenda-setting - Os Modelos de Kingdon e Baumgartner/Jones.....	65
Quadro 2 - Políticas Públicas Nacionais recentes de incentivo ao livro e a leitura no Brasil.....	71
Quadro 3 - Quadro comparativo entre os eixos temáticos PNLL e objetivos PNLE	76

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Imagens internas da Sala de Leitura (A) – Jardinópolis – SP.....	131
Imagem 2 - Imagens internas da Sala de Leitura (B) – Jardinópolis – SP.....	132
Imagem 3 - Imagens internas da Sala de Leitura Amauri Vieira Barbosa	134
Imagem 4 - Imagens internas da Biblioteca Pública Municipal de Jardinópolis/SP em reforma.	135
Imagem 5 - Imagens externas da Biblioteca Pública Municipal de Jardinópolis/SP em reforma.	135

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Procedimentos metodológicos	37
Figura 2 - Organograma do Sistema Municipal de Cultura (SMC) de Jardinópolis.....	96
Figura 3 - Políticas Públicas voltadas ao livro, leitura e biblioteca – Jardinópolis – 2016 a 2021	109
Figura 4 - Organograma Municipal (Biblioteca Pública e Salas de Leitura).....	112

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- BPM** – Biblioteca Pública Municipal
- BRAPCI** – Base de Dados em Ciência da Informação
- CAAE** – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
- CABJ** – Comissão Amigos da Biblioteca de Jardinópolis
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CERLALC** – Centro Regional para o Fomento ao Livro e a Leitura
- CF** – Constituição Federal
- CNB** – Conselho Nacional de Biblioteconomia
- EMPLASA** - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
- FCT** – Faculdade de Ciências e Tecnologia
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- GE** – Grupo Executivo
- GT** – Grupo de Trabalho
- G-8** – Grupo dos Países mais Ricos e Influentes do Mundo
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IFLA** – Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições
- INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDO** – Lei de Diretrizes Orçamentárias
- LLB** – Livro, Leitura e Biblioteca
- LOA** – Lei Orçamentária Anual
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura
- ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OEI** – Organização dos Estados Ibero-Americanos
- OMC** – Organização Mundial do Comércio
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- OP** – Orçamento Participativo
- PDM** – Plano Diretor Municipal

PIB – Produto Interno Bruto

PELL – Plano Estadual do Livro e Leitura

PMLL – Plano Municipal do Livro e Leitura

PMLLLB – Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca

PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura

PNLE – Política Nacional de Leitura e Escrita

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

RMRP – Região Metropolitana de Ribeirão Preto

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SISNEP – Sistema Nacional de Informação Sobre Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos

SNC – Sistema Nacional de Cultura

SMC – Sistema Municipal de Cultura

SME – Secretaria Municipal de Educação

SMCT – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

SMLLB – Semana Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

1	INTRODUÇÃO	20
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
2.1	Breve panorama: lócus da pesquisa	30
2.2	Metodologia	36
2.3	Método	38
2.4	Natureza	39
2.5	Tipologia	40
2.6	Técnicas de coleta de dados	42
2.7	Instrumentos de coleta de dados	45
2.8	Técnicas de análise dos dados coletados	47
2.9	Instrumento de análise dos dados coletados	47
3	ORGANIZAÇÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA: ÉTICA, MORAL E INFORMAÇÃO	50
4	POLÍTICAS PÚBLICAS	62
5	INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE LIVRO E LEITURA	69
5.1	Políticas Públicas Recentes de Incentivo ao Livro, Leitura e Biblioteca	69
5.2	Informação e suas múltiplas facetas	72
5.3	A mediação da informação	75
5.4	O Plano Nacional do Livro e Leitura e a Política Nacional da Leitura e Escrita; eixos temáticos e objetivos	76
5.5	Apropriação da Informação	78
5.6	Plano Municipal do Livro e Leitura: mediadores locais	80
6	POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: LEIS PRECEDENTES AO PMLLB DE JARDINÓPOLIS	85
6.1	Constituição do Município de Jardinópolis - SP	85
6.2	Lei Municipal nº 1.678/1993	87
6.3	Lei Municipal nº 2.064/1997	88
6.4	Lei Complementar Municipal nº 001/2006 (Plano Diretor Municipal - PDM)	89
6.5	Lei Municipal nº 3.653/2010	90
6.6	Lei Municipal nº 3.815/2011	91
6.7	Lei Municipal nº 3.967/2012 – Sistema Municipal de Cultura (SMC)	92
6.8	Lei Municipal nº 4.261/2015	97
6.9	Lei Municipal nº 4.469/2018	98
6.10	Lei Municipal nº 4.493/2018	98
6.11	Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual	102

6.12 Sociedade Civil Organizada: Comissão Amigos das Bibliotecas de Jardinópolis.....	107
7 DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECA (PMLLB) DE JARDINÓPOLIS - SP.....	110
7.1 Estudo de Caso: Levantamento inicial dos dados	110
7.2 PMLLB de Jardinópolis - SP: discussão sobre sua importância e alcance	115
7.3 PMLLB de Jardinópolis – SP: conhecimento prévio sobre o PNLL e a PNLE	120
7.4 PMLLB de Jardinópolis – SP: eventos impactantes.....	122
7.5 PMLLB de Jardinópolis – SP: Nível de participação dos pesquisados no processo de elaboração, regulação e implantação do plano.....	123
7.6 PMLLB de Jardinópolis – SP: biblioteca pública municipal e salas de leitura	126
7.7 PMLLB de Jardinópolis – SP: impressões e expectativas.....	136
7.8 PMLLB e LEI nº 12.244/2010: ações não implementadas.....	138
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICES.....	158

1 INTRODUÇÃO

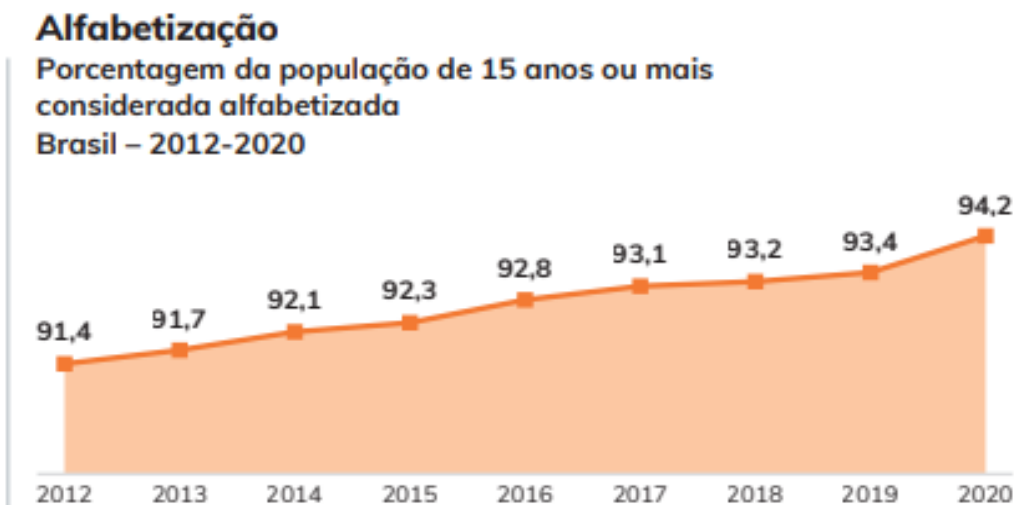
Ao disponibilizar educação pública de qualidade, acesso ao livro e a leitura de forma ampla e democrática, o governo cria a oportunidade para que cada cidadão realize a leitura do mundo que o cerca de forma individualizada e crítica na busca do bem coletivo. O livro em seus mais variados suportes é um instrumento fundamental no processo educacional pois promove a emancipação social e a diversificação cultural. Muitos autores e estudiosos defendem que a transformação social só será alcançada por meio da elevação dos índices de educação e leitura, onde o acesso irrestrito ao livro, deve figurar como a pedra angular em benefício à formação de uma sociedade sustentável, equilibrada e mais justa.

A leitura é uma ferramenta fundamental para a educação e, sobretudo, um instrumento de transformação social e de construção de cidadania. Mobilizar estados e municípios para que implementem políticas públicas em defesa do livro e do fomento à leitura será, certamente, um marco para transformar o Brasil em um país de leitores e para a conquista de melhores índices de desenvolvimento humano e social (BRASIL, 2006a, p. 8).

A busca por melhores índices de desenvolvimento humano e social deve ser uma das principais metas dos países e seus governos, onde se deve assegurar, a todas as pessoas indistintamente, o direito à alimentação, saúde, segurança, renda, cultura e educação. Este último quesito, no Brasil, ainda se demonstra muito distante dos índices alcançados pela maioria dos países desenvolvidos, refletindo assim uma imagem de atraso, como exemplo, podemos citar, a não erradicação do analfabetismo em território nacional.

Segundo dados apresentados pelo coletivo Todos pela Educação, em seu Anuário Brasileiro de Educação Básica de 2021, o Brasil possui hoje um percentual de 5,8% de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos que são consideradas analfabetas, ou seja, não sabem escrever o próprio nome, em números absolutos, esta marca, ultrapassa os 11 milhões de habitantes. Se considerarmos os analfabetos funcionais, pessoas que conseguem ler textos curtos como bilhetes e anúncios, sem poder interpretativo, este número sobe para 29% da população que em números absolutos ultrapassa a casa dos 55 milhões de habitantes (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021).

Gráfico 1- Evolução do percentual de alfabetização da população brasileira (2012-2020)



Fonte: Todos Pela Educação: IBGE/Pnad Contínua, 2021.

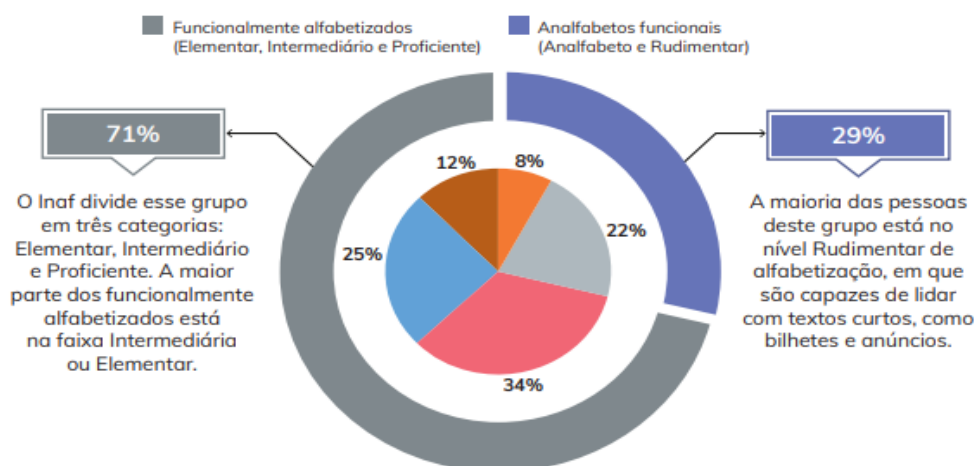
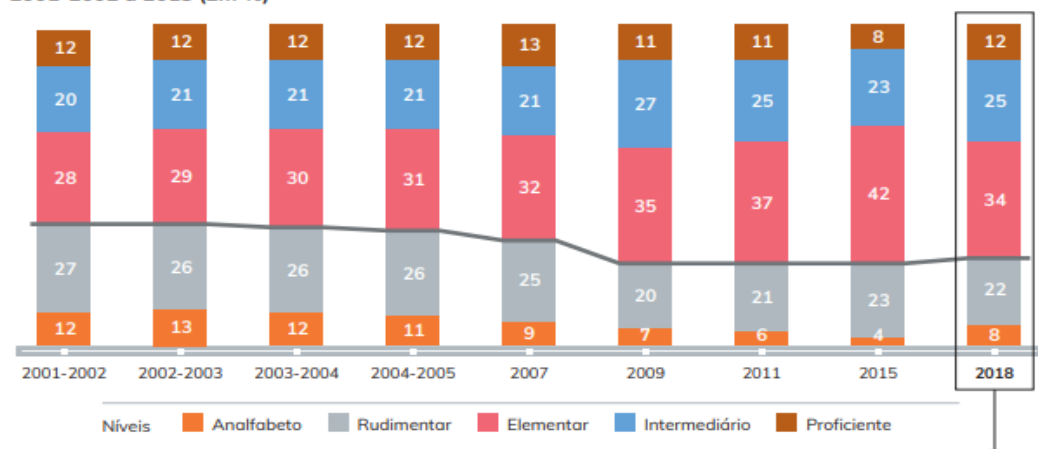
Ao analisarmos os dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 2019/2020 referente aos desafios a serem enfrentados para a construção de uma cultura de incentivo ao livro e a leitura destacam-se, a “[...]falta de investimento em profissionais de ensino; ausência de bibliotecas em cerca de 60% das escolas brasileiras; o analfabetismo funcional de quase 40% dos brasileiros maiores de 15 anos” (FAILLA, 2021).

Números alarmantes se pensarmos que pelo menos um terço da população brasileira não tem competência educacional para ler e interpretar um texto mais elaborado e/ou realizar operações matemáticas mais complexas. Isto para a sociedade torna-se muito danoso, haja vista, a necessidade cada vez maior da ampliação do número de pessoas letradas e com competências informacionais necessárias para sua inserção na dita sociedade da informação.

As iniciativas sociais de incentivo ao **livro, leitura e biblioteca** (LLB) devem balizar-se ao atendimento das necessidades informacionais do público leitor, dito de outra forma, se faz necessário “conhecer quem são os leitores, o que leem, seus hábitos e motivações, como acessam os livros[...]”, a fim de uma construção plural de possibilidades que possam “[...]orientar políticas, programas e ações de governos e da sociedade civil” e que por fim criem políticas públicas assertivas que desempenhem a função de minimizar as exclusões sociais, assegurem o direito a educação de qualidade, o acesso democrático ao livro, leitura e a cultura (FAILLA, 2021).

Gráfico 2 - Evolução do alfabetismo funcional – Brasil – 2001-2002 a 2008

Evolução do alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos
2001-2002 a 2018 (Em %)



O critério de arredondamento das frações dos resultados permite percentuais totais diferentes da soma dos números arredondados.

Fonte: Todos Pela Educação: Ação Educativa e Instituto Paulo Montenegro/Inaf, 2021.

Considerando os dados levantados pelo coletivo Todos Pela Educação (2021, p. 83) em seu Anuário Brasileiro de Educação Básica, evidencia-se que as desigualdades sociais se reproduzem no sistema escolar brasileiro, enquanto apenas “[...]0,3% é a proporção de analfabetos entre a população com mais de 15 anos dos domicílios mais ricos. Entre os mais pobres, são 7,7% aqueles que não sabem ler ou escrever o próprio nome”. Na zona rural este percentual sobe para 15,1% de analfabetos, a questão geográfica tem grande influência, os estados do eixo sudeste/sul apresentam melhores índices que os estados do norte/nordeste, podemos exemplificar o estado de Santa Catarina com um percentual de 1,7% em detrimento ao estado de Alagoas com uma população de analfabetos que chega a 16% de sua população com idade igual ou superior a 15 anos.

A taxa de alfabetização da população adulta é um dos mais importantes indicadores educacionais comparativos entre o desenvolvimento social dos

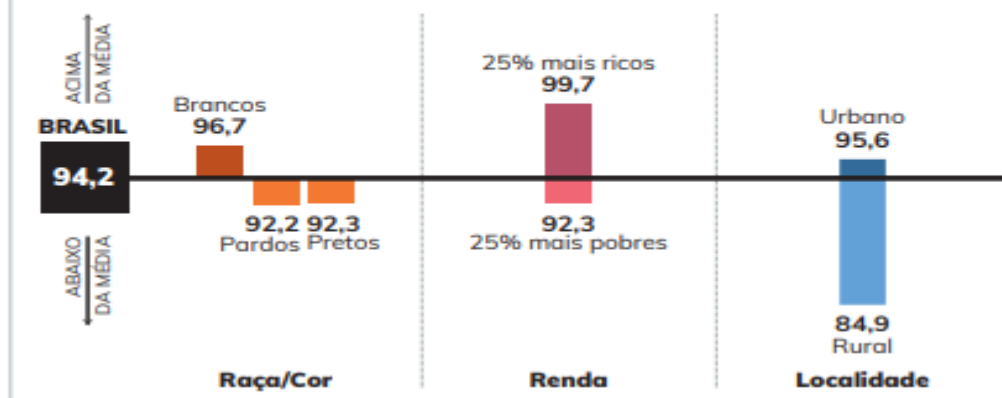
países. [...]O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de alguns recortes: por região, localidade, renda e raça/cor (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 83).

Ao compararmos os dados de pessoas consideradas brancas em contraposição as pessoas classificadas como pretas ou pardas estes números também se revelam desequilibrados. Enquanto a pesquisa demonstra que a população tida como branca atinge um percentual de 96,7% de alfabetização, a população denominada parda assume um percentual de 92,2% e a classificada como preta tem um percentual de 92,3% totalizando um percentual de aproximadamente 4,4% de diferença entre o maior e o menor índice (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 84).

Em outras palavras o grande bolsão do analfabetismo brasileiro tem cor de pele (preta e/ou parda), delimitação geográfica (norte/nordeste) e posição econômico/financeira (mais pobres). Sendo necessário a intervenção estatal, por meio de políticas públicas, como exemplo, o desenvolvimento de Planos Municipais de Livro e Leitura (PMLL) para a minimização deste quadro social tão perverso.

Gráfico 3 - Evolução da alfabetização no Brasil – Raça/Cor, Renda e Localidade – 2020

Porcentagem da população de 15 anos ou mais considerada alfabetizada
Brasil – 2020



Fonte: Todos Pela Educação: IBGE/Pnad Contínua, 2021.

Considerada uma das regiões mais prósperas e desenvolvidas do país, a Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP), situada no norte do estado de São Paulo, institucionalizada em 2016, mostra-se relevante para estudo e análise da implementação de políticas públicas voltadas para o livro, leitura, literatura, biblioteca e escrita, pois

Agrocana (Feira de Bioenergia do Setor Sucroenergético) com sede na cidade de Sertãozinho.

- Maior indústria de bens de capital voltada para o setor sucroalcooleiro do Brasil, com destaque ao município de Sertãozinho pelo amplo parque industrial de metalurgia pesada voltado ao setor.
- Complexa rede comercial e de serviços, especialmente do setor de saúde, que atrai pessoas de várias localidades do país. A cidade de Ribeirão Preto é considerada um polo regional, altamente desenvolvida no setor da saúde, sendo referência nacional e internacional, tendo como destaque o complexo do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, composto por uma ampla rede que envolve hemocentros, hospitais estaduais e municipais, além de clínicas, laboratórios e centros médicos públicos e particulares de baixa, média e alta complexidade.
- Significativo número de instituições de ensino superior e dois dos principais campus de universidades públicas do estado. Destaque para o campus USP Ribeirão Preto e UNESP Jaboticabal, ambos são referência nacional pelo alto nível de conceituação de seus cursos de graduação, pós-graduação e pesquisa.

Ao analisarmos a RMRP percebemos que existe um cenário propício a informação, tecnologia, inovação e conhecimento e para tanto a construção de uma cultura de incentivo ao livro e a leitura torna-se de suma importância para o desenvolvimento das mais variadas competências de todas as pessoas que vivem neste espaço delimitado geograficamente. A propositura de políticas públicas que possam equilibrar as oportunidades de acesso à informação de forma democrática e justa é uma possibilidade real que pode ser almejada por meio da criação dos PMLLs.

As medidas adotadas pelos estados e municípios para elaboração, regulação e implementação de seus planos de livro e leitura, devem respeitar uma série de normas e diretrizes instituídas pelo governo federal e é justamente nesta seara, entre o proposto e o realizado, que desenvolvemos nossa pesquisa.

Nosso universo amostral é o município de Jardinópolis que fica geograficamente localizado na região metropolitana de Ribeirão Preto, estado de São Paulo. O método de pesquisa utilizado foi o estudo de caso desenvolvido por Yin (2015), as técnicas de coletas de

dados empregadas foram a documentação, entrevista, questionário e a observação, e como técnica de análise, dos dados coletados, utilizamos a triangulação das fontes. Salientamos que a escolha do município se deu principalmente pela possibilidade de acompanhamento, do processo de construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB), que hoje encontra-se em fase de elaboração e regulamentação. Deste feito, delimitamos a hipótese, objetivos e a justificativa que nortearam nossa pesquisa.

- **Hipótese:**

Existência de uma sociedade civil organizada que interage nos mais diversos setores políticos, sociais, educacionais, informacionais e culturais do município paulista de Jardinópolis que busca implementar novas políticas públicas, voltadas ao livro, leitura, literatura e biblioteca, sendo estas concentradas a partir da elaboração, regulamentação e implementação de seu Plano Municipal de Livro Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB).

- **Objetivo geral:**

Identificar a participação da sociedade civil organizada, do município paulista de Jardinópolis, na implementação recente (2016-2020) de políticas públicas voltadas ao livro e a leitura, referenciadas pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), tendo como objetivo final a elaboração, regulamentação e implementação de seu Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB).

- **Objetivos específicos:**

- a) Identificar ações da sociedade civil organizada nos cenários políticos, sociais, educacionais, informacionais e culturais que fizeram parte da elaboração do PMLLLB de Jardinópolis – SP.
- b) Mapear o processo de elaboração, regulação e implementação do PMLLLB de Jardinópolis – SP e sua importância frente ao processo de democratização do livro, leitura, literatura e biblioteca na esfera local.

c) Apresentar a relevância da sociedade civil organizada de Jardinópolis – SP, frente a implementação de políticas públicas assertivas, amplas e democráticas em referência ao livro e a leitura em período datado entre 2016 e 2020.

- **Justificativa:** A pesquisa sobre o tema PMLLB, na cidade paulista de Jardinópolis, é original, não há publicações científicas que utilizem o mesmo espaço amostral no período analisado (2020-2022). A pesquisa evidencia-se como sendo de suma importância, principalmente, por seu caráter social, onde as experiências vivenciadas no processo analisado podem vir a servir como modelo de inspiração para implantações futuras de PMLLs customizados em outros municípios. Como resultado objetivou-se otimizar o processo de elaboração, regulação e implantação de novos PMLLs, poupando futuros esforços e recursos públicos, bem como, desenvolver ações que possam de alguma forma contribuir para a diminuição do grande bolsão do analfabetismo cultural, social, informacional e educacional do país.

Salientamos que na literatura é possível recuperar trabalhos que já foram desenvolvidos em outros municípios utilizando a metodologia de estudo de caso para a análise de Planos Municipais de Livro e Leitura. Destacamos dois trabalhos que deram suporte para o início de nossas pesquisas, o primeiro é dissertação de mestrado de Ricardo Queiroz Pinheiro, intitulada “Política Pública de Leitura e Participação Social: o processo de construção do PMLLB de São Paulo”, defendida no ano de 2016, para a obtenção do título de mestre, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Escola de Comunicação e Artes – Universidade de São Paulo/USP, onde o autor analisa todo o processo de elaboração, regulação e implementação do PMLLB da capital paulista (maior cidade do país).

O segundo trabalho a ser destacado é o estudo de caso ocorrido na cidade de Anhumas interior do estado de São Paulo, intitulado, “Políticas Públicas do Livro, Leitura e Biblioteca Escolar no Brasil: das iniciativas federais à implementação municipal”, pesquisa realizada por Fabiana Sala, no ano de 2018, também para obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCT/UNESP Campus de Presidente Prudente, realiza o mesmo padrão de observação que inicia-se na elaboração, regulamentação e finaliza na implementação do PMLLB de Anhumas.

Utilizamos os dois trabalhos como “ponta pé” inicial para a nossa pesquisa, pois apesar das peculiaridades apresentadas, em cada espaço amostral analisado (municípios de São Paulo e Anhumas), percebemos que os instrumentos de coleta e análise dos dados convergiam dentro das prerrogativas da metodologia de estudo de caso desenvolvida por YIN (2015).

A possibilidade da liberdade intelectual e da criação de cidadãos críticos que defendem os direitos democráticos só ocorre por meio da educação, e esta, por sua vez, só existe por meio da leitura e escrita, referenciada em um contexto sociocultural, por isso a importância de políticas públicas que assegurem a criação de bibliotecas públicas e escolares em toda rede de ensino no país e o incentivo a escrita e leitura para todos os alunos a partir dos primeiros anos da idade escolar. Além de servir como espaço ao desenvolvimento da capacidade crítica do indivíduo a biblioteca passa a ter a responsabilidade de transformar seus usuários em leitores cidadãos que devem buscar a melhoria contínua do mundo em que vivem (MARCOLINO; CASTRO FILHO, 2014).

Deste ponto de vista a biblioteca passa a ser um espaço que além de atender de forma imediata as necessidades dos professores e alunos, como a guarda e disponibilização de livros e materiais pedagógicos, pode proporcionar novos tipos de conhecimento, por exemplo, o Letramento Informacional, processo de autoaprendizado, desenvolvido por alunos das mais variadas instituições (públicas, particulares, ensino fundamental, médio e superior) e que vem sendo analisado por muitos pesquisadores de diversas áreas como Educação, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Documentação, Tecnologia da Informação etc.

O conceito de letramento informacional foi construído em torno de diversas noções, uma das quais a sociedade da informação. No seu discurso sobre o tema do letramento informacional, os praticantes ressaltavam as características desse ambiente de abundância de informações e de variedade de formatos, justificando a necessidade de novas habilidades para lidar com a situação altamente complexa e mutável. O letramento informacional consistiria uma capacidade essencial, necessária aos cidadãos para se adaptar a cultura digital, à globalização e à emergente sociedade baseada no conhecimento. Implicaria fundamentalmente que as pessoas tivessem a capacidade de entender as suas necessidades de informação e de localizar, selecionar e interpretar informações, utilizando-as de forma crítica e responsável (CAMPELLO, 2009, p. 12-13).

Além de servir como espaço ao desenvolvimento da capacidade crítica do indivíduo a biblioteca passa a ter a responsabilidade de transformar seus usuários em leitores cidadãos que buscam a melhoria contínua do mundo em que vivem. Sendo que “[...]ao falar em

formação não se abrange apenas o sentido intelectual da palavra, mas também o cultural e social” (MARCOLINO; CASTRO FILHO, 2014, p. 16).

O manifesto IFLA/UNESCO (1994) sobre Bibliotecas Públicas propõe a importância desta tanto para o indivíduo quanto para sociedade, onde o sentido de liberdade, prosperidade e desenvolvimento são elencados como valores fundamentais à humanidade. Considerados pilares básicos da democracia o acesso à informação e o exercício da cidadania só são viabilizados quando cada indivíduo consegue desempenhar papel social ativo, ou seja, “a participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação” (IFLA/UNESCO, 1994).

Já o Manifesto IFLA/UNESCO (1999) para Biblioteca Escolar especifica um nicho da sociedade (estudantes) que deve desempenhar um papel de protagonismo em busca do desenvolvimento social e a manutenção da democracia. Este equipamento informacional “[...] propicia informação e ideias fundamentais para seu funcionamento bem-sucedido na atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento” (IFLA/UNESCO, 1999).

A biblioteca escolar é um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural. Este lugar físico e digital é designado por vários termos (por exemplo, centro de mídia, centro de documentação e informação, biblioteca/ centro de recursos, biblioteca/ centro de aprendizagem), mas biblioteca escolar é o termo mais utilizado e aplicado às instalações e funções (IFLA/UNESCO, 2015).

A dimensão social da biblioteca está diretamente relacionada a questão da mediação da informação, pois os sujeitos informacionais relacionam-se, entre si, e com o mundo em que vivem, deste feito, são criados rizomas de conhecimento, geralmente estabelecidos por ligações dialógicas em um processo efêmero e intencional. Os gestores dos equipamentos informacionais (bibliotecas e afins), não são seres desprovidos de valores e intenções, todos nós temos uma visão de mundo e de forma objetiva ou subjetiva tendemos a replicá-la, em todos os ambientes com os quais nos relacionamos. Sendo assim, a gestão da biblioteca deve deixar muito claro a seus usuários qual é a sua missão e os valores por ela defendido.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Breve panorama: lócus da pesquisa

O município de Jardinópolis tem uma área territorial de 501,870 km², com uma população registrada no último censo (2010) de 37.661 e estimada para o ano de 2020 de aproximadamente 44.970 habitantes, sua densidade demográfica de 74,99 hab/km². A escolarização atinge cerca de 97,1% da população de idade entre 6 e 14 anos, seu Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é de 0,735 (IBGE, 2021).

Mapa 2 - Município de Jardinópolis/SP - Cidades limítrofes - RMRP



Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Jardinópolis – SP, 2016.

Jardinópolis apresenta um salário médio mensal para os trabalhadores formais de 2,4 salários mínimos, contando com um universo de 10.241 pessoas ocupadas (2019¹) perfazendo um percentual de cerca de 23,1% da população e deste universo cerca de 33% desta amostra vive com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo, ou seja, um terço das famílias que vivem no município de Jardinópolis e possuem trabalhadores formais em sua composição, sobrevivem com uma renda per capita de até meio salário mínimo por mês (IBGE, 2021).

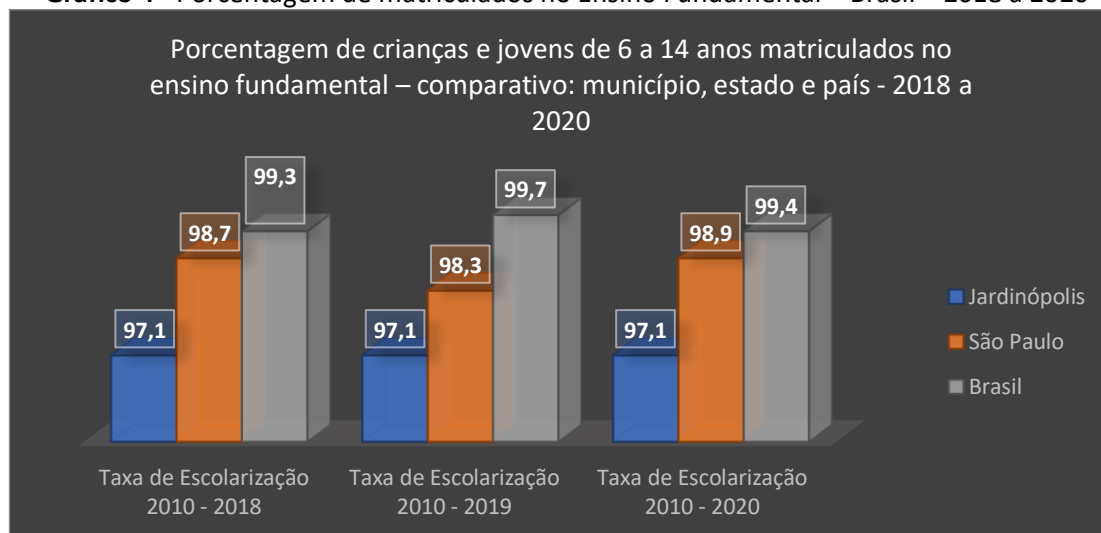
No contexto econômico o município de Jardinópolis possui um PIB per capita (2018) de cerca de R\$ 25.060,21 por habitante ocupando a posição de número 1.771 (Brasil) no ranking do IBGE que pesquisa os 5.570 municípios brasileiros. Neste item ocupa a posição 338 no

¹ Os dados sobre o município têm como referência o ano de 2019, última data de atualização do IBGE deste indicador

ranking estadual que analisa 645 municípios e na região imediata geográfica que analisa 26 municípios ocupa a 16ª posição (IBGE, 2021).

Como dito anteriormente, no município de Jardinópolis, a taxa de escolarização está em 97,1% (2010) para o público de crianças e adolescentes de idade entre 6 e 14 anos. Desta forma o município ocupa a posição 3.514 que avalia 5.570 municípios em todo país, no comparativo estadual sobre o item escolarização Jardinópolis ocupa a posição 519 de uma amostra de 645 municípios do estado de São Paulo. Já na amostra que avalia a região geográfica imediata os dados são piores e o município ocupa a 20ª posição de um universo amostral de 26 cidades, ou seja, apresenta um dos piores desempenhos deste último grupo analisado (IBGE, 2021).

Gráfico 4 - Porcentagem de matriculados no Ensino Fundamental – Brasil – 2018 a 2020



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2021.

O Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) instituído no ano de 2007 formulado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é uma ferramenta de diagnóstico que serve para medir a qualidade do aprendizado nacional e busca estabelecer metas para a melhoria contínua do ensino no país.

O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação

da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos (MEC, 2021).

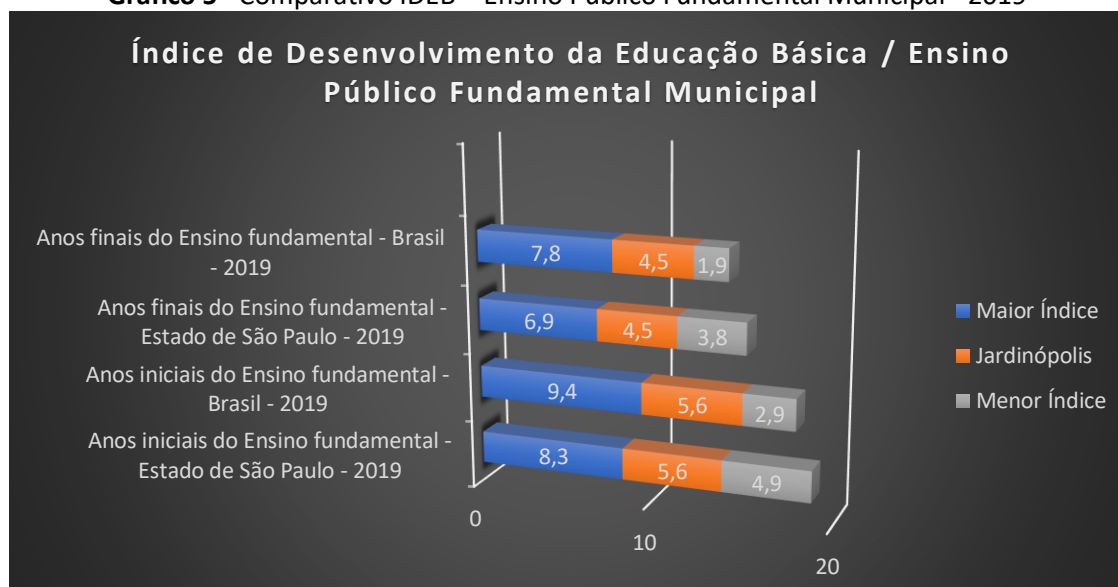
O próprio INEP descreve o IDEB como sendo “um importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação” (INEP, 2021).

A última amostra disponibilizada para o indicador IDEB pelo IBGE é do ano 2019 e os dados referentes ao município de Jardinópolis são o seguinte: para os anos iniciais do ensino fundamental da rede pública municipal o IDEB está em 5,6 e para anos finais do ensino fundamental da rede pública o índice apresentado é de 4,5 (IBGE, 2021).

Ao analisarmos os dados disponíveis sobre o IDEB referente aos anos iniciais (5,6) o município paulista de Jardinópolis ocupa a 3.036ª posição nacional se comparado aos outros 5.570 municípios do país, a posição no estado é a de 618ª lugar de um total de 645 municípios e na região geográfica imediata está na 24ª posição de um total de 26 municípios, ou seja, antepenúltima posição (IBGE, 2021).

Relativo ao IDEB dos anos finais do ensino fundamental (4,5) o município de Jardinópolis ocupa a posição número 2.963 frente ao total de 5.570 municípios brasileiros. Sua posição estadual está em 591ª comparada ao universo amostral de 645 municípios e por fim na região geográfica imediata ocupa a 25ª posição entre os 26 municípios analisados, ou seja, a penúltima posição (IBGE, 2021).

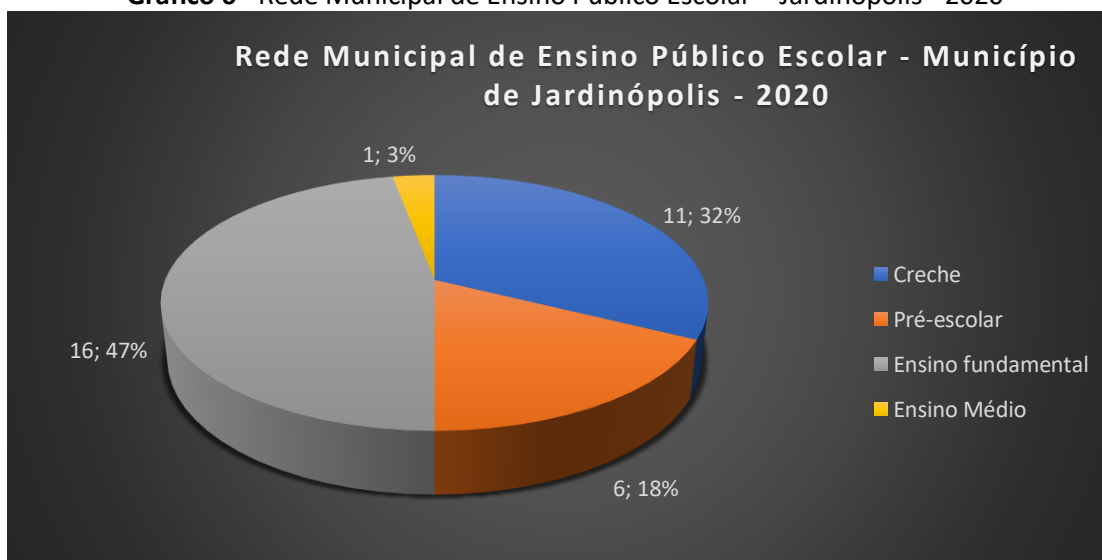
Gráfico 5 - Comparativo IDEB – Ensino Público Fundamental Municipal - 2019



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2021.

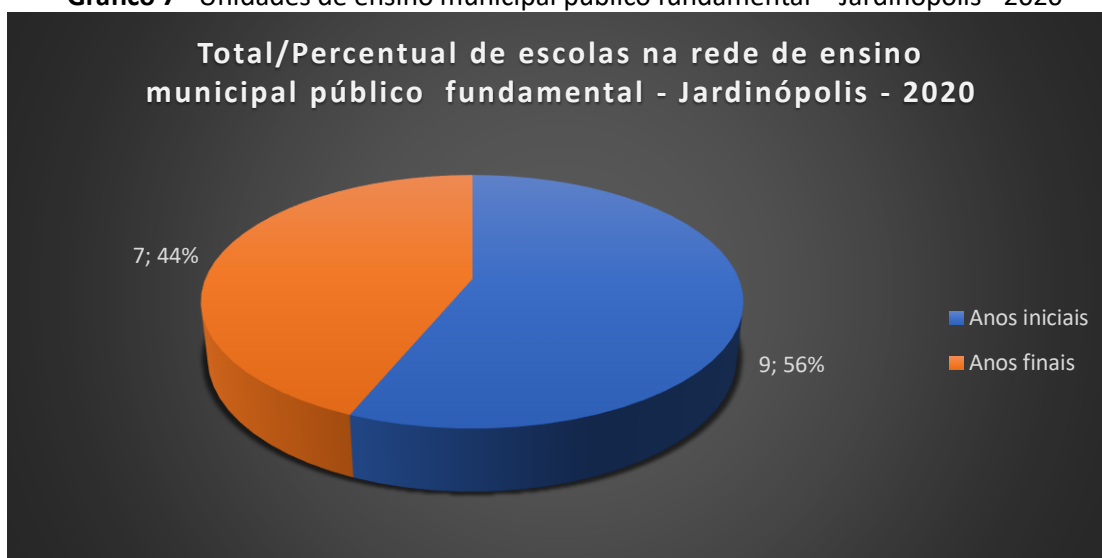
A estrutura da rede de ensino pública de Jardinópolis em sua maior parte é municipal, sendo composta da seguinte forma: 11 creches, 6 unidades pré-escolares, 9 escolas de ensino básico (anos iniciais), 7 escolas de ensino básico (anos finais) e apenas uma escola (estadual) atua no ensino médio. Houve, no ensino infantil municipal, no ano de 2020, um total de 1.957 matrículas (sendo 995 para creche e 962 para idade pré-escolar), no ensino fundamental foram um total de 4.559 matrículas, somando as nove séries que o compõe, já no ensino médio (estadual) somou um total de 1.214 matrículas, compondo os três anos do ciclo (IBGE, 2021).

Gráfico 6 - Rede Municipal de Ensino Público Escolar – Jardinópolis - 2020

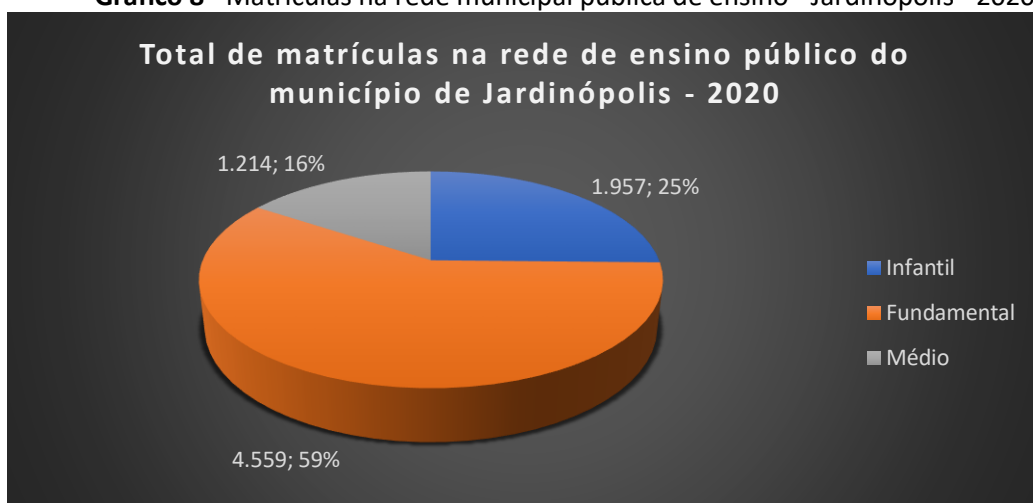


Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2021.

Gráfico 7 - Unidades de ensino municipal público fundamental – Jardinópolis - 2020

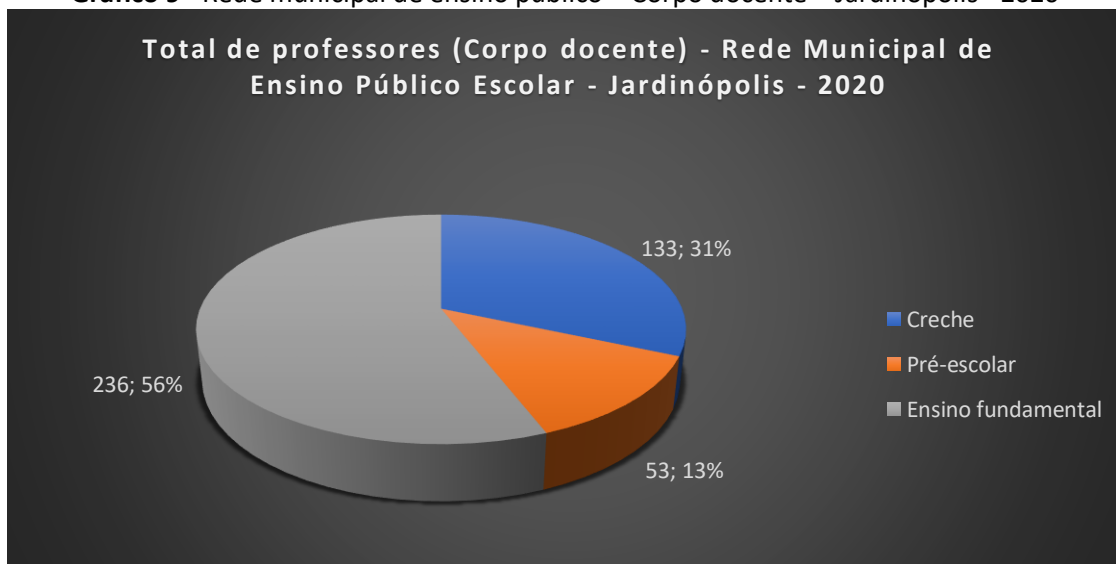


Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2021.

Gráfico 8 - Matrículas na rede municipal pública de ensino - Jardinópolis - 2020

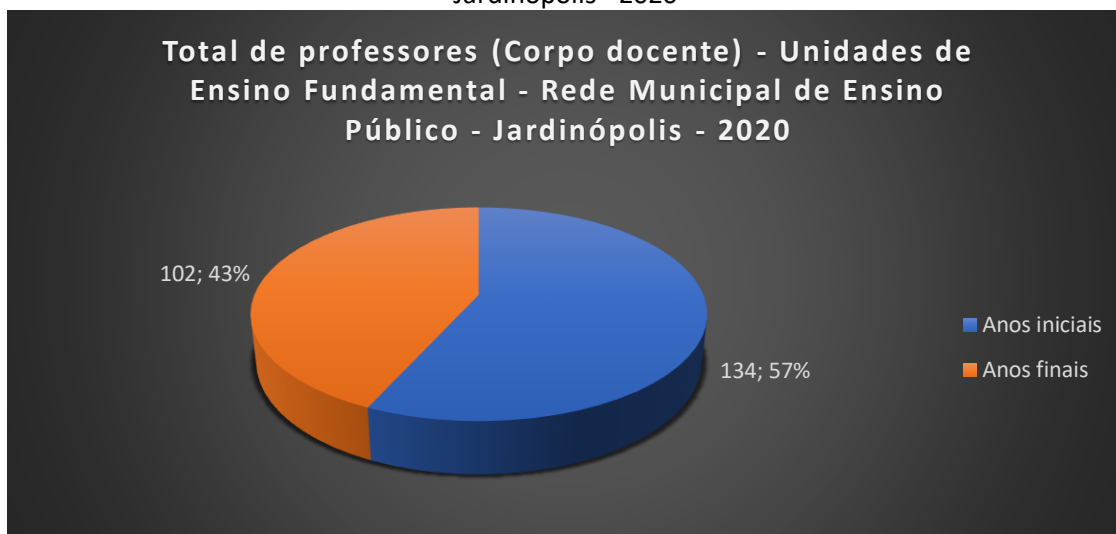
Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2021.

Dando suporte a estrutura do ensino municipal descrita, existe um corpo docente, funcionários públicos, formando uma equipe de 133 profissionais que atuam nas creches, 53 nas unidades pré-escolar, 134 no ensino fundamental (anos iniciais), 102 no ensino fundamental (anos finais) e não localizamos dados segmentados sobre o ensino médio no município, a informação que consta é o total de 97 profissionais, sendo que este total é a soma do setor público mais o privado (IBGE, 2021).

Gráfico 9 - Rede municipal de ensino público – Corpo docente – Jardinópolis - 2020

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2021.

Gráfico 10 - Rede municipal de ensino público – Corpo docente – Ensino Fundamental – Jardinópolis - 2020



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2021.

A Organização das Nações Unidas (ONU) por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) realiza uma série de projetos em mais de 170 países em todo o mundo abordando três grandes frentes: erradicação da pobreza, transformações estruturais e construção de resiliência. Estas três grandes frentes são desdobradas em seis eixos transversais aos quais são alinhados recursos e experiências em prol de um impacto real de melhoria dentro da sociedade (PNUD/ONU, 2021).

Os eixos transversais são:

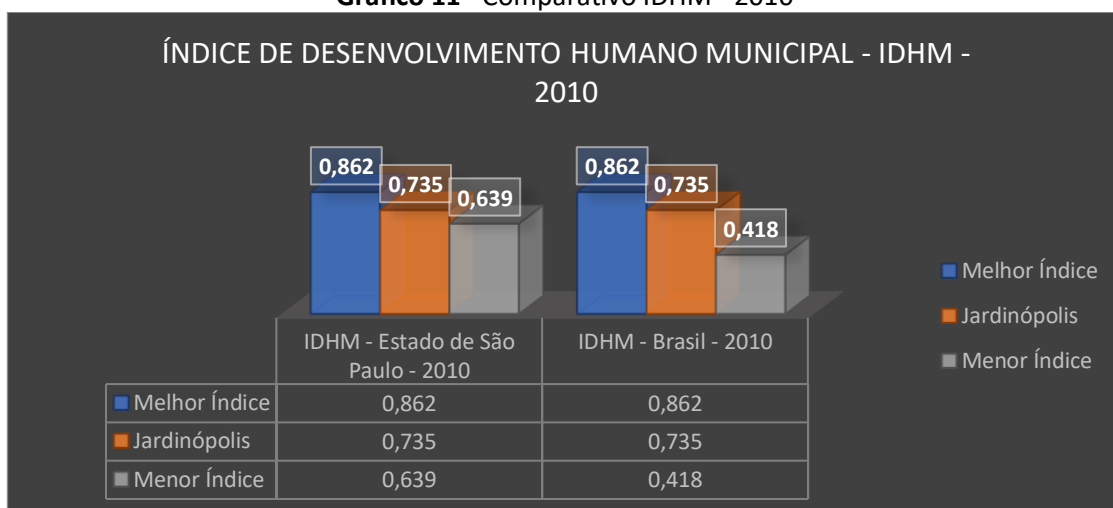
- Manter as pessoas fora da pobreza
- Governança para sociedades pacíficas, justas e inclusivas
- Prevenção de crises e aumento da resiliência
- Meio ambiente: soluções para o desenvolvimento baseados na natureza
- Energia limpa e acessível
- Empoderamento das mulheres e igualdade de gênero

Ao analisarmos a frente “erradicação da pobreza” e o seu desdobramento no eixo “manter as pessoas fora da pobreza”, observamos que o conceito de desenvolvimento humano elaborado e estabelecido pela agência preconiza e atesta “[...]que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana”. Este conceito é a base do Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH) e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) onde são mensurados três indicadores: saúde, educação e renda. O indicador varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (PNUD/ONU, 2021).

O município paulista de Jardinópolis apresenta, como dito anteriormente, um IDHM de 0,735 (último índice disponibilizado é do ano de 2010). Com este índice o município ocupa a 897ª posição no ranking nacional que analisou 5.565 municípios do país inteiro. Quando realizada a comparação no nível estadual o município ocupa a 345ª posição em um espaço amostral que pesquisou 645 municípios em todo o estado de São Paulo. Não conseguimos localizar dados referentes a região geográfica imediata (IBGE, 2021).

Gráfico 11 - Comparativo IDHM - 2010



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2021.

2.2 Metodologia

Ao definir ciência Gil (2008, p.3) descreve-a "[...]como uma forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível". Verificamos proximidade com a fala de TRUJILLO FERRARI (1974, *apud* PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 14), que declara que “ciência é todo um conjunto de atitudes e de atividades racionais, dirigida ao sistemático conhecimento com objetivo limitado, capaz de ser submetido à verificação”. Marconi e Lakatos (2007, p. 80) complementam o conceito alegando que ciência é uma sistematização de conhecimentos, além de um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar.

Marconi e Lakatos (2007, p. 112), observa que na ciência a “metodologia, por sua vez, engloba métodos de abordagem e de procedimento e técnicas”. Prodanov e Freitas (2013, p. 14) alega que “a metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”.

Na Ciência da informação os métodos de pesquisa são de grande relevância no sentido de sistematizar e racionalizar o que venha a ser conhecimento científico. Todo pesquisador deve estar preparado para realizar a crítica reflexiva sobre seus objetos de estudo e para tal deve dialogar com as fontes disponíveis de forma sistematizada e racional com o intuito de conceituar e mediar as informações e isso só é possível através da metodologia científica e como alega Gil (2008, p. 8) o conhecimento científico se distingue dos demais tipos de conhecimento pelo seu caráter fundamental de ser verificável por meio de seus métodos e metodologias. Dito isto, realizamos um organograma, representado pela figura 1, que sintetiza os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa.

Figura 1 - Procedimentos metodológicos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Em virtude das alegações apresentadas, esta pesquisa adotou o conceito de metodologia científica como sendo um processo de acumulação de conhecimentos científicos, que tem caráter racional, sistemático, exato, verificável e por conseguinte falível. É um conjunto de enunciados lógicos e dedutíveis que justificados por outros enunciados, sistematizam a investigação, o raciocínio e a experimentação extensiva. Na interação

sujeito/objeto o pesquisador ampara-se no desenvolvimento de conceitos para a criação de métodos e metodologias em busca de uma reflexão crítica que qualifique, explore e descreva as complexas relações sociais.

2.3 Método

Com o intento de obter uma maior aproximação com o objeto a ser pesquisado e a possibilidade de aprofundamento crítico/reflexivo sobre o tema abordado, adotamos a pesquisa de natureza qualitativa de tipologia exploratória/descritiva e o método utilizado foi o modelo de estudo de caso elaborado por Yin (2015), pois promove uma forma diferenciada para o entendimento de fenômenos sociais complexos, onde a partir da observação holística de um “caso” podemos realizar a generalização para um entendimento mais amplo dos grupos sociais, processos organizacionais e da sociedade datada historicamente (YIN, 2015, p. 4).

Reforçando este entendimento, Martinelli (2012, p. 48) descreve o estudo de caso como um método a ser utilizado para análise de situações concretas e suas particularidades, podendo demonstrar essa possibilidade de se analisar realidades particulares e de forma heurística conseguir obter generalizações para a compreensão mais ampla do objeto de estudo.

Para Flick (2009, p. 135) o principal “objetivo do estudo de casos é a descrição exata ou reconstrução de um caso”. O termo caso deve ser entendido de forma genérica onde pode ser representado por uma pessoa, comunidades sociais, organizações, instituições etc.

Referindo-se ao conceito de estudo de caso, Prodanov e Freitas (2013, p. 60) descreve-o, como sendo, um estudo exaustivo, que coleta e analisa informações da sociedade (indivíduo, família, grupo, comunidade etc.). Afim de estudar-se aspectos relevantes à pesquisa de forma aprofundada e deve-se observar alguns critérios básicos da cientificidade da pesquisa: “severidade, objetivação, originalidade e coerência”.

Ao demonstrar a relevância e complexidade de trabalhar com o método de estudo de caso, Gil (2008, p. 57) esclarece que “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante a outros tipos de delineamentos considerados”.

2.4 Natureza

Ao optarmos pela natureza qualitativa de pesquisa, objetivamos a busca de um entendimento amplo das relações sociais em suas mais variadas singularidades. A sociedade em que vivemos e suas complexidades devem ser entendidas a partir de um olhar plural e sensível, onde os estudos empíricos devem buscar entendimentos customizados para posterior generalização, assim superando o modelo das grandes narrativas e/ou teorias que em outros tempos tentaram responder as questões sociais por meio de grandes modelos de reprodução social. Encontramos respaldo na fala de Flick (2009, p. 20-21) onde o autor aponta que no modelo qualitativo de pesquisa “as narrativas agora precisam ser limitadas em termos locais, temporais e situacionais”.

Corroborando com a discussão Martinelli (2012, p. 24) alega que a pesquisa qualitativa deve ser utilizada para o entendimento da sociedade e os sujeitos que a compõe, de forma direta, o pesquisador deve dialogar com o sujeito social (objeto de estudo). Desta forma, a pesquisa qualitativa propõe-se a uma interação mais próxima entre o sujeito pesquisado e o ambiente em que este está circunscrito. A autora também afirma que a busca por grandes temas ou grandes cronologias são preteridos frente a um entendimento mais focal do objeto de estudo. A intenção é a de aprofundamento de análise sobre os dados levantados, busca-se uma interação mais próxima do sujeito de forma a explorar e se possível descrever os fatos que repercutem em seu dia a dia.

Descrevendo de forma mais aprofundada Yin (2015) observa que a natureza qualitativa é intrínseca ao estudo de caso, onde destaca-se por suas características de descrição densa e evidência observacional detalhada, mas não pode ser designada como unívoca para nortear este método de pesquisa, onde as evidências quantitativas podem ser consideradas dependendo do enfoque dado a pesquisa. De modo geral ressalta-se a importância a natureza qualitativa no sentido de “[..]explicar os presumidos vínculos causais nas intervenções da vida real que são demasiado complexos para as estratégias de levantamento experimentais” (YIN, 2015, p. 20).

Conceituando a pesquisa qualitativa Prodanov e Freitas (2013, p.70) observa “[...]que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Atribuir significados e interpretar os fenômenos sociais são as características básicas para este tipo de pesquisa.

Gil (2008, p.3-4) discorre sobre o tema, e alerta sobre o problema da quantificação dentro das pesquisas sociais, onde discorre sobre as dificuldades que o pesquisador enfrenta, em basear-se apenas em modelos quantitativos (matemáticos) para aprofundar seus estudos em ciências humanas. Alega existir uma relação direta entre sujeito e objeto que não é quantificável em números absolutos. A pessoa que pesquisa traz consigo uma bagagem sociocultural que influencia a suas tomadas de decisões, mas nem por isso a pesquisa que não é quantitativa (qualitativa) se inviabiliza. É necessário a criação de mecanismos próprios de coleta e análise de dados no qual o autor os descreve como sendo quadros de referência que possibilitam o diálogo entre sujeito/objeto e não elimina o caráter científico da pesquisa.

2.5 Tipologia

Adotamos ao formato de pesquisa exploratória, na busca de uma visão mais ampla, e de maior aproximação dos fatos pesquisados, no intento de formular hipóteses sobre um tema ainda pouco estudado. Na intenção de esclarecer os fatos a serem estudados e desenvolver e formular conceitos, utilizamos as ferramentas possíveis em uma pesquisa exploratória.

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores[...] Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2008, p. 27).

Dito de outra forma Prodanov e Freitas (2013, p. 52) ressalta a flexibilidade de planejamento ao utilizar-se a pesquisa exploratória, e a sua principal finalidade é o levantamento de dados sobre o assunto estudado, em diversos aspectos e ângulos, envolvendo: Levantamento bibliográfico, entrevistas e análises de exemplos que estimulem a compreensão.

Martinelli (2012 p. 52) salienta que na pesquisa tida como exploratória existe uma busca incessante e não uma verificação final das informações. O pesquisador deve ter uma

postura de curiosidade sobre os fatos levantados que servirá como norte por toda pesquisa e seu maior intento será a descoberta de novas ideias úteis e críticas sobre o tema abordado. A autora também salienta que o pesquisador sofre e exerce influência aos resultados deste tipo de pesquisa ao selecionar as suas amostras, teorias e métodos, pois o fato de selecionar não é vazio de conceitos preconcebidos do pesquisador, mas ao estabelecer parâmetros de inferências no desenvolvimento de categorias analíticas o pesquisador consegue estabelecer a significação científica exigida.

Para que haja fidedignidade na pesquisa realizada, é fundamental uma avaliação crítica, uma comprovação cuidadosa dos dados coletados, além de uma eliminação daqueles que apresentarem inconsistência e instabilidade nas informações fornecidas (MARTINELLI, 2012, p. 52).

Em sua conceitualização de pesquisa exploratória Yin (2015, p. 244) descreve-a como sendo uma pesquisa mais generalista que tem por finalidade o levantamento inicial dos dados e a identificação das questões e/ou procedimentos mais relevantes a serem desenvolvidos em outros métodos de pesquisa, ou seja, a pesquisa exploratória tem a característica prioritária de desenvolver hipóteses e proposições para uma investigação posterior com uma visão mais aprofundada.

Complementando a conceitualização da tipologia que utilizamos nesta pesquisa, abordamos o conceito de pesquisa descritiva, e iniciamos a análise sobre a ótica de Prodanov e Freitas (2013, p. 52) onde demonstra-se, que o conceito de pesquisa descritiva, se apoia em dois pilares centrais: registro e descrição dos fatos observados. Sendo as seguintes técnicas preconcebidas para levantamento de dados: a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação sistemática.

Já Gil (2008, p. 28) afirma que: “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. O autor aponta para a preferência dos pesquisadores sociais utilizarem esta tipologia (descritiva) em conjunto com outra (exploratória) pois assim conseguem observar mais profundamente as interações e as relações sociais na prática.

Para Yin (2015, p. 244) a pesquisa descritiva deve ter como meta a descrição do fenômeno estudado, e que no estudo de caso será a descrição do próprio “caso” (unidade de análise), inserido em seu contexto social, ao qual o autor chama de mundo real. Observa-se

na fala do autor um movimento de aproximação direta, ao conceito por ele empregado na pesquisa exploratória, sendo que a pesquisa descritiva seria uma espécie de estágio posterior ao da pesquisa exploratória. Não existindo uma hierarquia direta de uma sobre a outra e sim um interacionismo que se retroalimenta, amplia e aprofunda as possibilidades de coleta e análise dos dados relevantes a pesquisa.

Martinelli (2012, p.48) aborda o conceito de pesquisa descritiva de forma sintética, também relacionando-o a pesquisa exploratória, que dentro do método de estudo de caso, na visão da autora, serve para descrever e explicar a vida social. Sendo limitada a sua área de atuação, tal tipologia de pesquisa, é recomendada para a descrição e apreensão da realidade social, em situações em que o conhecimento preexistente seja reduzido ou até mesmo inexistente.

Após as devidas conceitualizações do método, natureza e tipologia de nossa pesquisa descreveremos as técnicas utilizadas.

2.6 Técnicas de coleta de dados

a) Documentação

Devido a sua importância sobre qualquer tema a ser analisado nas sociedades posteriores ao aparecimento da escrita, a informação documental torna-se fundamental no sentido de “[...] poder tomar várias formas e deve ser objeto de planos explícitos de coletas de dados”. (YIN, 2015, p. 109-110). Utilizamos uma variedade grande de documentos que partiram de um levantamento preliminar, que buscou artigos de periódicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado em bases científicas por meio de uma revisão bibliográfica sobre os temas: Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e Plano Municipal do Livro e Leitura (PMLL).

Após este levantamento inicial incluímos mais uma gama de documentos que nos auxiliaram na ampliação de nossa base de dados dentre os quais podemos destacar: leis, manuais, livros, artigos, documentos administrativos, estudos técnicos, projetos de lei e reportagem vinculada na mídia de massa. Partindo dos documentos levantados, sendo os principais o Plano Nacional do Livro e Leitura – Decreto Lei 7.559 de 01 de setembro de 2011, e a Política Nacional de Leitura e Escrita – Lei nº 13.696 de 12 julho de 2018, conseguimos identificar outros também pertinentes ao tema, que trouxeram inferências importantes ao

estudo inicialmente pretendido, sendo este a análise do processo de construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do município paulista de Jardinópolis, para isso utilizamos o procedimento observado por Yin (2015):

[...] Você precisa ter um forte sentido da investigação do seu estudo de caso e focar a informação mais pertinente. Uma sugestão seria separar ou realizar a triagem dos materiais (documentos ou dados numéricos) de acordo com sua aparente centralidade à investigação. Depois, passar mais tempo lendo ou revisando o que parece central e eliminar outros materiais menos importantes, para uma leitura ou revisão posterior. O procedimento não será perfeito, mas permitirá que você continue realizando outras tarefas do estudo de caso (YIN, 2015, p. 113).

b) Entrevista

Utilizamos também a entrevista como fonte de coleta de dados em nossa pesquisa, pois entendemos que “uma das fontes mais importantes de informação para o estudo de caso é a entrevista” (YIN, 2015, p. 114). A sua fluidez e flexibilidade na abordagem com o entrevistado pode induzir a uma falsa impressão de falta de estruturação rígida na metodologia de coleta e análise dos dados levantados, mas salientamos que a entrevista seguiu o modelo de estudo de caso e o roteiro de entrevista preliminarmente adotado, não deixando de observar duas tarefas de suma importância apontadas por Yin (2015, p. 114):

- Seguir sua própria linha de investigação, como refletida pelo modelo de estudo de caso.
- Formular questões verdadeiras (convencionais), de maneira imparcial, para que também sirvam às necessidades de sua linha de investigação.

Adotamos o tipo de entrevista que Yin (2015, p. 115) descreve como sendo “entrevistas curtas de estudo de caso”, tendo como sua característica mais marcante o foco no objetivo a ser atingido pelo pesquisador.

O público-alvo abordado em nossa pesquisa foram membros da sociedade civil de Jardinópolis que fizeram parte da comissão que estava conduzindo as ações públicas para a elaboração, regulamentação e implementação do Plano Municipal do Livro, Leitura, Biblioteca e Literatura do município. Além dos membros da comissão entrevistamos membros do poder executivo municipal e diretores de escolas públicas municipais do ensino fundamental de Jardinópolis.

c) Questionário

Adotamos o conceito de Gil (2008) sobre questionário onde o autor discorre que:

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p. 121).

Como bem observado por Gil (2008) propomos o questionário escrito ao qual o autor designa-o como auto aplicado onde o objetivo principal é a coleta de dados que ajudaram a responder às questões ou problemas da pesquisa, em um movimento dialógico entre o questionário e as outras fontes coletadas (documentação, entrevista e observação).

Objetivamos, conforme a concepção de Gil (2008), realizar a tradução de nossos objetivos de pesquisa em questões na busca de respostas que “[...]irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa” (GIL, 2008, p. 121).

O público-alvo ao qual foi aplicado o questionário teve a seguinte composição: alguns professores readaptados de escolas públicas municipais, além de outros profissionais vinculados ao poder executivo municipal, que detinham relação direta ao processo de elaboração, regulação e implantação do PMLLB de Jardinópolis - SP.

d) Observação

Devido a pandemia mundial da Covid-19 nos cercamos de todos os cuidados necessários para a minimização dos riscos e só após a melhora substancial dos índices da pandemia na esfera nacional, estadual e municipal, fomos a campo. Considerada fonte de coleta de dados extremamente importante em uma pesquisa social de natureza qualitativa pois como alega Yin (2015, p. 118) “como todo estudo de caso deve ocorrer no contexto de mundo real do caso, você está criando a oportunidade para observações diretas”.

Entendemos que pela complexidade da sociedade contemporânea e das relações que ocorrem entre os mais variados grupos sociais, a observação direta é de grande valia, pois pode ser considerada como mais uma fonte de coleta de dados (evidências) dentro do método estudo de caso. Ao observar, o pesquisador também se torna parte efetiva da pesquisa onde,

através de suas percepções, consegue identificar/observar a relação direta sujeito/objeto, e consegue, de forma sutil, observar fontes não verbais de comunicação e que em diálogo com outras fontes enriquece o trabalho final como observado por Yin (2015, p. 119) “a evidência observacional é frequentemente útil para proporcionar informação adicional sobre o tópico sendo estudado”.

Realizamos a observação direta na biblioteca pública municipal e nas salas de leitura das escolas públicas do município de Jardinópolis, de forma complementar à coleta de dados pretendida.

2.7 Instrumentos de coleta de dados

a) Revisão Bibliográfica

Adotamos o conceito Revisão Bibliográfica que abrange a busca de informações sobre o tema estudado, com o intento da construção preliminar de um referencial teórico. A pesquisa utilizou bases de dados científicas, da área da Ciência da Informação (BRAPCI, Portal de Periódicos da CAPES, Web of Science, Scopus etc.), e possibilitou o contato direto com trabalhos e pesquisas que estão sendo desenvolvidos sobre o tema bem como agregou conhecimento e novas informações ao trabalho final.

Daí a importância da revisão da literatura, ainda na etapa do planejamento da pesquisa. Essa bagagem de informações, que contribuiu para o pesquisador formular e delimitar o problema e construir as hipóteses, é que o auxilia na etapa de análise e interpretação para conferir significado aos dados. Mediante o auxílio de uma teoria pode-se verificar que por trás dos dados existe uma série complexa de informações, um grupo de suposições sobre o efeito dos fatores sociais no comportamento e um sistema de proposições sobre a atuação de cada grupo. Assim, as teorias constituem elemento fundamental para o estabelecimento de generalizações empíricas e sistemas de relações entre proposições (GIL, 2008, p. 178).

Estruturamos nossa Revisão Bibliográfica de modo que nos auxiliasse nas etapas iniciais desta pesquisa para que conseguíssemos construir nossa hipótese, objetivos e justificativa, dando sustentação teórica e conceitual, alargando, desta forma, o arcabouço teórico e reflexivo sobre o tema proposto.

b) Roteiro de Entrevista

A entrevista “padronizada ou estruturada: é quando o entrevistador segue roteiro preestabelecido. Ocorre a partir de um formulário elaborado com antecedência”, como descreve Prodanov e Freitas (2013, p. 106). Partilhando deste entendimento e sabendo da dificuldade de extrair as informações necessárias dos entrevistados em um período curto, nós já preestabelecemos o roteiro de entrevista, no sentido de otimizar o tempo, dar assertividade, objetividade e aprofundamento ao tema a ser abordado na entrevista.

Nosso roteiro de entrevista, vide Apêndice A (p. 159), desta pesquisa, foi extraído e adaptado de um estudo de caso ocorrido na cidade de Anhumas, desenvolvido por Sala (2018).

c) Questionário estruturado

Nosso questionário tem uma série ordenada de perguntas em uma linguagem de fácil compreensão sendo redigido de forma direta, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 108) “o questionário deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções que expliquem a natureza da pesquisa e ressaltem a importância e a necessidade das respostas, a fim de motivar o informante”.

E assim como o roteiro de entrevista I, adaptamos o roteiro de entrevista II, da pesquisa de Sala (2018) para ser o nosso questionário, que consta no Apêndice B (p. 160) deste trabalho, e que foi aplicado a alguns professores da rede pública municipal de ensino, além outros profissionais que atuam nas áreas da educação e cultura e que estão diretamente relacionados a elaboração, regulamentação e implantação do PMLLB de Jardinópolis.

d) Roteiro de observação

Utilizamos o roteiro de observação estruturado, seguindo as diretrizes definidas por Gil (2008).

O instrumento de registro pode assumir diferentes níveis de estruturação. Em algumas pesquisas é bastante aberto, conferindo ao pesquisador ampla liberdade para proceder às anotações. Mas também pode assumir a forma de uma grade fechada em que os comportamentos a serem observados são prévia e minuciosamente definidos, de forma tal que cabe ao pesquisador apenas assinalá-los. Neste caso tem-se a lista preestabelecida, que consiste num quadro de linhas e colunas formando uma grade. Cada coluna corresponde a um comportamento a ser observado e cada linha indica o momento em que o comportamento ocorreu (GIL, 2008, p. 106).

Estabelecemos uma grade fechada com pontos-chave a serem observados e alguns espaços a serem preenchidos conforme a sensibilidade do pesquisador frente a acontecimentos que preliminarmente não foram considerados importantes, mas demonstraram relevância para compor a base de dados da pesquisa. Para ter acesso ao modelo utilizado, vide Apêndice C, (p. 161 – 165) deste trabalho.

2.8 Técnicas de análise dos dados coletados

Triangulação dos dados

Nossa técnica de análise ocorreu por meio da triangulação das fontes coletadas (documentos, entrevista, questionário e observação), que trouxe robustez ao trabalho e possibilitou um aprofundamento reflexivo maior sobre o tema pesquisado.

Verifica-se que não é recomendado a utilização de uma única fonte de dado para a realização de um estudo de caso e um importante fator observado por Yin (2015) é a possibilidade de utilizar diferentes fontes de evidência e isso é considerado um ponto forte ao método estudo de caso, “além disso, a necessidade de usar fontes múltiplas de evidência excede em muito a dos outros métodos de pesquisa, como experimentos, os levantamentos, ou as histórias (YIN, 2015, p. 123).

2.9 Instrumento de análise dos dados coletados

a) Redução

Nosso primeiro instrumento de análise dos dados coletados foi a redução que, Segundo Gil (2008), é o processo de seleção e posterior simplificação dos dados coletados em campo.

Entende-se que “[...]esta etapa envolve a seleção, a focalização, a simplificação, a abstração e a transformação dos dados originais em sumários organizados de acordo com os temas ou padrões definidos nos objetivos originais da pesquisa” (GIL, 2008, p. 175). Desta forma, evidencia-se a necessidade de sintetizar pontos-chave dos materiais coletados e este processo é retroalimentado desde o início do processo até o seu término como bem observa Gil (2008, p. 175), “[...] esta redução, embora corresponda ao início do processo analítico, continua ocorrendo até a redação do relatório final”.

b) Apresentação

Outro instrumento de análise descrito por Gil (2008), e adotado nesta pesquisa, é a apresentação. Sendo este, um modelo de análise sistemático dos dados, que busca semelhanças, diferenças e seus inter-relacionamentos, como descrito a seguir.

A apresentação consiste na organização dos dados selecionados de forma a possibilitar a análise sistemática das semelhanças e diferenças e seu inter-relacionamento. Esta apresentação pode ser constituída por textos, diagramas, mapas ou matrizes que permitam uma nova maneira de organizar e analisar as informações. Nesta etapa geralmente são definidas outras categorias de análise que vão além daquelas descobertas na etapa de redução dos dados (GIL, 2008, p. 175).

c) Conclusão/Verificação

Finalizamos nossos instrumentos de análise dos dados coletados, utilizando o modelo cíclico de conclusão/verificação instituído por Gil (2008, p. 176) que prevê a elaboração de uma “[...]revisão para considerar o significado dos dados, suas regularidades, padrões e explicações”. Este diálogo entre conclusão e verificação deve acontecer inúmeras vezes buscando pontos a serem mais bem esclarecidos na pesquisa. Sabemos que o esgotamento de um assunto é praticamente impossível em pesquisas qualitativas, mas o que se busca é a conclusão de respostas as perguntas formuladas que deram origem a pesquisa.

Quanto a validade dos significados dos dados coletados Gil (2008) alega que:

Os significados derivados dos dados precisam ser testados quanto à sua validade. Cabe considerar, no entanto, que o conceito de validade é diferente do adotado no contexto das pesquisas quantitativas, que se refere à capacidade de um instrumento para medir de fato aquilo que se propõe a medir. Aqui validade significa que as conclusões obtidas dos dados são dignas de crédito, defensáveis, garantidas e capazes de suportar explicações alternativas (GIL, 2008, p. 176).

Ratificamos o entendimento de Yin (2015, p. 4), sobre a importância do método estudo de caso, para a compreensão de fenômenos sociais complexos. As pesquisas que acontecem no mundo real, no mundo em que vivemos hoje, precisam de um olhar holístico para um entendimento amplo e profundo do venha ser a sociedade contemporânea.

Neste sentido o método e as metodologias adotadas nesta pesquisa convergem para uma crítica racional, sistematizada, construtiva e reflexiva sobre o objeto de estudo, as fontes e os instrumentos de coleta e análise dos dados. Estas características são fundamentais a uma

pesquisa científica que busca o entendimento de políticas públicas de incentivo ao livro e a leitura na sociedade contemporânea, baseados em fontes informacionais de forma ética e com preceitos morais elevados e que por fim almeje um entendimento ampliado da organização social vigente.

3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA: ÉTICA, MORAL E INFORMAÇÃO

Com o intuito de realizar uma breve reflexão sobre a sociedade em que vivemos atualmente, desenvolvemos este capítulo que esboça minimamente a dinâmica e as contradições da sociedade contemporânea a partir de três pilares de sustentação: ética, moral e informação.

Todas as ações humanas, sejam elas individuais ou coletivas, inseridas em um contexto social, são influenciadas por valores éticos e morais. Sendo considerado valor, tudo “[...]aquilo que influencia a escolha dos meios e dos fins das nossas ações” dentro da sociedade (FARIAS, 2020).

De forma prática os valores éticos podem ser vistos como um guia para tomadas de decisões, um instrumento direcionador de atitudes e um modelo do que venha ser o bom e o correto. Ao direcionarmos e praticarmos nossas ações orientados por princípios éticos, nós estamos conferindo regularidade e coerência ao nosso agir (FARIAS, 2020).

Segundo Farias (2020), etimologicamente a palavra ética tem origem grega (*éthos/êthos*) e está relacionada ao costume, hábito ou o modo de ser do indivíduo ou da sociedade de uma forma geral. A tradução da palavra ética para o latim é a expressão *domus* que se relaciona ao lugar que habitamos, nosso lar e como alega Cortella (2013, p. 106) a partir deste pensamento são estabelecidos valores que determinam a conduta dos indivíduos na sociedade, de tal forma que o homem passa a impor regras sociais a todos os membros da sociedade, tendo como consequência direta a criação da distinta fronteira entre o humano e a natureza.

Para Cortella (2013, p. 105) é impossível se pensar em ética se não houver convivência, para o autor a ética é o que delimita as fronteiras sociais, “ética é aquela perspectiva para olharmos os nossos princípios e os nossos valores para existirmos juntos” em sociedade.

Nós, humanos, vivemos em condomínio. Nós temos autonomia, porém não temos soberania. Não agimos por instinto. Agimos por reflexão, por decisão, por juízo. A ética é o conjunto de princípios e valores da nossa conduta na vida junta. Portanto, ética é o que faz a fronteira entre o que a natureza manda e o que nós decidimos. A ética é aquilo que orienta a sua capacidade de decidir, julgar, avaliar. Só é possível falar em ética quando falamos em seres humanos, porque ética pressupõe a capacidade de decidir, julgar, avaliar com autonomia. Portanto pressupõe liberdade (CORTELLA, 2013, p. 106).

Cortella (2013, p. 106-107), desenvolve três questões que ao serem respondidas simultaneamente e de forma afirmativa, conseguem atender ao conjunto de valores éticos e trazer felicidade ao indivíduo dentro da sociedade, sendo elas: Quero? Devo? Posso?

O exercício destas respostas pode ser concebido como a consolidação do que venha a ser moral, ou seja, a moral para Farias (2020) é o conjunto de regras e convicções que são defendidas pelos indivíduos ou grupos sociais e que deve ter exercício prático diário na vida das pessoas. Segundo Cortella (2013), tal exercício, pode ser executado por meio da efetivação das respostas às três questões anteriormente mencionadas. Salientando, que os indivíduos passam por grandes dilemas, ao tomarem suas decisões diárias, de forma ética e baseados em regras morais, sendo percebido que este processo é mais tranquilamente conduzido quando a pessoa, envolvida no processo possui princípios sólidos e uma integridade ética preservada.

A sociedade ocidental tida hoje como sociedade informacional é alicerçada pelos pensamentos gregos que tiveram amplificação, para o restante do mundo, a partir das conquistas romanas. Os mundos considerados antigo, moderno e mesmo contemporâneo mantiveram os fundamentos teóricos e filosóficos gregos e isso tem reverberação científica, em nossas sociedades, até os dias atuais, e é a partir desta ótica que a análise social atual se faz.

[...]o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido as novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico. [...]o conteúdo real de “sociedade informacional” tem de ser determinado pela observação e análise (CASTELLS, 1999, p. 65).

Seguindo este arcabouço teórico-filosófico ocidental, verifica-se que uma das formas de se analisar a organização social é por meio dos pressupostos éticos e morais e suas mais variadas facetas, desenvolvidas dentro da sociedade, sendo que para um indivíduo, ser considerado um cidadão e estar inserido socialmente, o seu modo de vida deve estar rigorosamente alinhado aos preceitos éticos preestabelecidos, em um exercício diário, afim de desenvolver uma conduta moral, como forma de garantia de sua permanência, no seio social, ao contrário, o desenvolvimento de uma postura antiética, ou de renúncia as regras morais, impostas pela sociedade, findará na exclusão e na marginalização do indivíduo, frente

a sua comunidade e em um nível mais elevado da própria sociedade, e, este, por sua vez, sofrerá as sanções previstas no contrato social.

Ora, como seres humanos não podem engendrar novas forças, mas somente combinar e dirigir as existentes, não lhes resta outro meio para se conservarem senão formar, mediante agregação, uma soma de forças que possa vencer a resistência, impulsionando-as para um só móvel e as fazendo atuar em conjunto. [...]quanto aos associados, tomam coletivamente o nome de *povo* e se denominam em particular *cidadãos* enquanto participantes da autoridade soberana e *súditos* enquanto submetidos às leis do Estado (ROUSSEAU, 2015, p. 20-21).

O mundo contemporâneo, aqui analisado, é dotado de complexidade e incertezas, as pessoas se agrupam em espaços físicos que há tempos tiveram suas fronteiras demarcadas de forma artificial e que ao longo de toda a história vem sendo constantemente modificadas, seja por efeito de acordos comerciais, financeiros, diplomáticos ou até mesmo em decorrência de força maior, por meio de levantes populares, consequência das grandes guerras ou do expansionismo acelerado da globalização (SANTOS, 2001).

O mundo se torna fluido, graças à informação, mas também ao dinheiro. Todos os contextos se intrometem e superpõem, corporificando um contexto global, no qual as fronteiras se tornam porosas para o dinheiro e para a informação. Além disso, o território deixa de ter fronteiras rígidas, o que leva ao enfraquecimento e à mudança de natureza dos Estados nacionais (SANTOS, 2001, p. 66).

As fronteiras, de um território físico, são construídas artificialmente sendo necessário um esforço constante para a sua manutenção, sendo que suas delimitações podem ser relativizadas ou colocadas em xeque a qualquer momento, seja por meio de movimentos internos ou externos ao território delimitado. Observa-se constantemente conflitos entre os estilos de vida de quem já está estabelecido em um determinado território e os recém-chegados.

Fala-se, porém, em globalização da economia como um momento necessário da economia mundial a que, por isso mesmo, não é possível escapar. [...]Se a globalização implica a superação de fronteiras, a abertura sem restrições ao livre comércio, acabe-se então quem não puder resistir. Não se indaga, por exemplo, se em momentos anteriores da produção capitalista nas sociedades que lideram a globalização hoje elas eram radicais na abertura que consideram agora uma condição indispensável ao livre comércio. Exigem, no momento, dos outros, o que não fizeram consigo mesmas. Uma

das eficácias de sua ideologia fatalista é convencer os prejudicados das economias submetidas de que a realidade é assim mesmo, de que não há nada a fazer, mas a seguir a ordem natural dos fatos. Pois é como algo natural ou quase natural que a ideologia neoliberal se esforça por nos fazer entender a globalização e não como uma produção histórica (FREIRE, 1996, p. 80).

Uma característica peculiar da sociedade em que vivemos é o movimento urbano de segregação social, onde são criadas subdivisões as mais diversas camadas da sociedade. Várias cidades convivem no mesmo espaço físico. Existe a cidade dos bem-nascidos, a cidade industrial, a cidade universitária, a cidade dormitório, e tantas outras cidades quanto queiram classificar, mas é em seus contornos, em suas margens em suas periferias que as fronteiras se tornam muito mais voláteis, e é justamente estes contornos, estas margens que estão sendo implicitamente demonstrados ao longo desta pesquisa.

A segregação ocorre tanto pela localização em diferentes lugares quanto pelo controle da segurança de certos espaços abertos apenas à elite. Do auge do poder e de seus centros culturais, organiza-se uma série de hierarquias socioespaciais simbólicas, de forma que os níveis administrativos inferiores possam refletir os símbolos de poder e apropriar esses símbolos, construindo comunidades espaciais de segunda ordem. Estas, por sua vez, também tenderão a isolar-se do resto da sociedade em uma sucessão de processos hierárquicos de segregação que, juntos, são equivalentes a fragmentação socioespacial. No limite, quando surgem tensões as cidades decaem, as elites se refugiam entre os muros das “comunidades fechadas”[...] (CASTELLS, 1999, p. 506).

A comunidade inserida na sociedade informacional pode ser entendida como um grupo de pessoas, que não precisam obrigatoriamente ser definidas nem se quer estarem circunscritas no mesmo território físico, mas que concorrem com algo que outras rejeitem e que, com base nesta crença, atestem alguma autoridade. A vinculação de membros à comunidade geralmente reside em apelos a fatores ditos naturais, como sangue, religião, tradições comuns, conjunto de regras morais etc. Este pensamento pode ser visto em Kant (2007) que por meio de seu Imperativo Categórico defende a universalização da ética a partir da criação de uma lei moral universal em que consegue aglutinar indivíduos sociais ao redor do mesmo conjunto de regras, assim criando comunidades, mesmo que as pessoas estejam fisicamente distantes umas das outras.

A introdução de novas tecnologias no seio social abriu possibilidades antes inexistentes, desenvolvendo necessidades onde elas não existiam previamente. A tecnologia

cria a sua própria demanda, pressionando os mercados, modificando as estruturas sociais, agrupando os seres humanos em nichos e por fim como alegam Marx e Engels (1998, p. 14-15) “produzindo necessidades”.

A construção de necessidades, na sociedade informacional, pauta-se pelo incentivo ao consumismo exacerbado de informação e a alienação econômica do indivíduo, incentivada por meio da publicidade massificada nos meios midiáticos, e isto pode trazer sérias consequências para a sociedade, como por exemplo, questões consideradas públicas e sociais (no sentido de serem compartilhadas a todos membros da sociedade), são suprimidas por questões consideradas privadas e/ou individualizadas (construção de identidades, nichos, estilos de vida, moda etc.).

O impacto de uma velocidade na vida cotidiana nunca antes experimentada pela sociedade ao longo da história é observada na transmissão da informação. As novas tecnologias informacionais, associadas às telecomunicações, desempenham papel fundamental nesse processo. Essa ênfase causa mudanças na construção da estrutura social e na concepção do conhecimento. O ambiente em que vivemos torna-se permanentemente mutável, exigindo uma atualização e um alto grau de complexidade por parte dos sujeitos sociais e das organizações (LIMA; PINTO; LAIA, 2002, p. 77).

Os conflitos éticos existentes entre o setor público e o privado no seio social, são analisados por pensadores como John Stuart Mill que professam o que vem a ser concebido como ética utilitarista, ou seja, as questões éticas não devem ser classificadas como sendo certas ou erradas em relação aos princípios éticos e as regras morais preestabelecidas e sim de acordo com as consequências que as escolhas trarão ao grupo como um todo. Neste caso, em específico, a construção de necessidades e a alienação das pessoas, apontadas anteriormente, podem ser justificadas, utilizando-se da ética utilitarista, tendo como uma possível consequência do processo, o estímulo a inovação e a geração de oportunidades aos mais vulneráveis socialmente falando (MILL, 2020).

A constante construção, de identidades sociais individuais de consumo, justificada pela ética utilitarista, rotula as pessoas à um modelo de diferenciação social, por meio do estilo de vida adotado, e que preconiza um movimento permanente do consumo pelo consumo, em uma vertente vertiginosa e crescente de inovação e obsolescência quase que instantânea da informação.

Quando é estabelecido um nicho social, obrigatoriamente, crava-se um marco de estratificação, ou seja, estabelece-se que um grupo dentro da sociedade é obrigatoriamente diferente dos demais e como tal deve receber um tratamento diferenciado. Tal postura cria no seio social o que podemos chamar de indicadores de posição social onde a sociedade informacional, organizada em comunidades e organizações, altamente desenvolvidas tecnologicamente, promovem um discurso de igualdade de oportunidade de consumo e de capacidade de acesso à informação a todos os seus membros, mas que na verdade não passa de uma falácia.

A igualdade de oportunidade e de resultado é distribuída de forma diferenciada e desigual, gerando assim um stress social em uma gama de pessoas, socialmente excluídas, apesar da existência de um discurso contrário, e por estarem insatisfeitas com estas iniquidades, buscam, por meio de protestos e manifestações populares, outras formas de se organizarem socialmente.

As bases da ética e suas regras morais são questionadas, uma vez que a igualdade social não é alcançada, os indivíduos tentam estabelecer novas formas de alcançarem os seus objetivos, a estratificação social passa a ser analisada não pela ótica da conduta moral ou ética do indivíduo e sim pelos jogos do poder dentro da sociedade, onde os micropoderes desempenham papel central de disciplinar os indivíduos sociais a partir do sequestro e transformação de seu tempo em força de trabalho (FOCAULT, 1979).

O grande capital internacional exerce, ao mesmo tempo, pressão sobre os Estados-nação no sentido de obterem a quebra de barreiras comerciais, fiscais e jurídicas, para a obtenção da livre circulação de moedas, capitais e mercadorias, em contraposição, há o erguimento de verdadeiras muralhas de proteção social com a mitigação da livre circulação de pessoas, em busca de isolamento social, cada vez maior, dos mais ricos, frente a camada mais pobre da população. A globalização não conseguiu produzir efeitos assertivos e duradouros de diminuição do abismo social, pelo contrário seu maior efeito foi o crescimento exponencial da polarização social extremada, ou seja, aumento dos índices de concentração de riquezas nas mãos de poucos em consonância ao aumento do número de miseráveis no mundo.

Para Foucault (1979 p. 46-47) o que existe na sociedade contemporânea capitalista (sociedade informacional) são os jogos de poder, sendo que em todas as relações humanas

(sociais, culturais, econômicas, jurídicas etc.) o poder exerce um efeito ideológico sobre os indivíduos, e isto ocorre em um sistema de poderes estabelecidos dentro da própria sociedade. O poder não é algo controlável e não apresenta uma dimensão de totalidade, por mais que se busque uma hegemonia em sua própria gênese encontra resistência ao próprio poder constituído.

Ao produzir comportamentos, atitudes e ideias, o poder na sociedade informacional cria um estado de vigilância que se sustenta sobre o discurso do bem-estar comum e cria o que Foucault (1979 p. 48-49) convencionou chamar de sociedade disciplinar, um sistema de sequestro que transforma tempo em força de trabalho e acumula capital nas mãos de poucas pessoas. As instituições assumem o poder de vanguarda na sociedade informacional, pois conseguem estabelecer padrões de controle, vigilância e coerção. Distribuindo as pessoas em modelos institucionais lineares e individualizados, buscando uma padronização dos corpos sociais, que são subjugados por um discurso que está na ordem das leis e de caráter totalizante.

Como efeito destes jogos de poder Foucault (1999) identifica o surgimento de corpos periféricos e múltiplos que se relacionam com toda a sociedade ao passo que constroem práticas sociais e culturais, estabelecendo o que convencionou-se chamar de corpos dóceis, que podem ser classificados como economicamente ativos e politicamente submissos.

A sociedade informacional coloca à disposição dos indivíduos uma gama inédita de recursos simbólicos que estendem seu potencial em uma aparente individualização (autonomia/autorrealização). Dessa forma, para garantir a própria integração, a sociedade deve estender o seu controle sobre os níveis simbólicos das ações, as esferas que constituem o sentido e a motivação do agir.

Ao analisar as sociedades capitalistas contemporâneas Giddens (2008) destaca a importância do que chama de flexibilidade social, principalmente estabelecendo uma relação direta entre o risco e a confiança. Na sociedade contemporânea, nos apoiamos em sistemas informacionais (abstratos) que regulamentam praticamente tudo, em nossa vida, por exemplo, sistema logístico de abastecimento de alimentos, purificação de água, geração e disponibilização de energia, sistemas financeiros/bancários, sistemas informacionais e de tecnologia etc.

Ao estabelecermos a confiança, aceitamos os termos subentendidos no contrato social e passamos a fazer parte destes sistemas abstratos, assim imediatamente assumimos os riscos, pois não possuímos o mínimo controle sobre eles, quiçá conseguimos descrever todas as etapas envolvidas em tais processos, ou seja, não existe controle total e direto e estes sistemas tornam-se autônomos em si mesmos.

Giddens (2008) destaca as seguintes características da sociedade capitalista contemporânea (informacional).

1. Natureza competitiva e expansionista, implicação de inovação tecnológica constante e difusa, baseada em volumes cada vez maiores de informações dispersas.
2. A economia tem razoável independência de outras áreas sociais.
3. A insulação do estado e da economia se fundamentam sobre a preeminência da propriedade privada e dos meios de produção.
4. A autonomia do estado é condicionada pela sua dependência de acumulação de capital.

O estado possui centralização administrativa, controle coordenado sobre seu território e mecanismos de vigilância/controlado, que na maior parte do tempo se dá de forma indireta tendo como base o controle à informação, destacando-se também o controle monopolizado dos meios de violência dentro de fronteiras territoriais.

Para Giddens (2008, p. 38), a sociedade informacional é inerentemente globalizante, devido as características de suas novas instituições, que se baseiam em informação, inovação e tecnologia. Buscando de forma incessante a virtualização das fronteiras, a criação de um mercado global e o enfraquecimento da autonomia do Estado-nação.

Deleuze e Guattari (1995) vão analisar a sociedade não realizando uma reflexão direta sobre a realidade e sim por meio do imperativo da construção de um discurso conceitual sobre a sociedade contemporânea (informacional), ou seja, para os pensadores, a filosofia consiste na atividade de criação de conceitos e por meio destes conceitos explorar e descrever a sociedade.

Conceito é uma maneira de organizar o pensamento do indivíduo, inserido socialmente, para o enfrentamento do problema analisado, sendo que a partir dos conceitos podemos construir respostas para os mais diversos tipos de problemas. O conceito não é

entendido como definição e sim como algo imanente, ou seja, que existe no cerne do objeto analisado e por tanto inseparável dele (o conceito está contido no objeto analisado).

Esta forma de refletir e analisar a sociedade não tem um método de aprendizado preestabelecido e sim um processo de relação entre os signos estabelecidos socialmente e os indivíduos inseridos na sociedade. O aprendizado é mediatizado por outrem e só é efetivado quando é estabelecida uma relação direta entre os signos sociais e os envolvidos no aprendizado.

Deleuze e Guattari (1995) apontam para a fragmentação do conhecimento dentro da sociedade informacional, a visão do mundo passa a ser múltipla, não existe apenas uma realidade. Não existe uma realidade social única e sim múltipla e fragmentada, a multiplicidade de conhecimentos possibilitam o ambiente propício para a criação de respostas diferenciadas aos novos problemas enfrentados pela sociedade informacional.

Para Deleuze e Guattari (1995, p.14) o conhecimento deve ser pensado metaforicamente como um modelo de rizoma, sem começo ou fim, são estabelecidas diversas conexões, bifurcações, pontes, nós etc. Neste modelo não existe uma hierarquia preestabelecida onde existirão atores principais e coadjuvantes, todas as formas de conhecimento são fundamentais para uma compreensão ampla e aprofundada do que venha ser a sociedade contemporânea capitalista e suas mais distintas contradições.

Para Santos (2001, p. 18) o mundo pós-moderno, a sociedade informacional, a sociedade capitalista contemporânea, a sociedade do conhecimento e tantos outros adjetivos que possam cunhar e classificar a sociedade atual é a personificação de pelo menos três mundos em um só. “O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal qual como ele é: globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização”.

O movimento de unificação mundial atual é visto por Santos (2001, p. 37), como um sendo um processo de globalização perverso, onde a figura do indivíduo e de toda a sociedade passa a ser subjugada por meio de uma dupla tirania que está calcada no poder aquisitivo e no controle sobre a informação. Para o autor estas duas variantes são responsáveis em produzir “as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo *ethos* as relações pessoais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas”.

A organização social contemporânea está inserida em uma disputa entre produção e consumo, que desloca o foco dos meios de produção, para o convívio social das pessoas, onde instala-se uma violência estrutural que se escalone em níveis que permeiam o estado, as empresas, as comunidades e os indivíduos. Desta forma instaura-se um sentimento de insegurança individual, passando-se a vigorar práticas sociais que até então eram consideradas moralmente condenáveis, como sendo “[...]condições da vida contemporânea, fundadas na matematização da existência, carregando consigo uma crescente sedução pelos números, um uso mágico das estatísticas” em contraposição a reflexão crítica e aprofundada (SANTOS, p.53).

Santos (2001, p. 54) demonstra que a informação está concentrada nas mãos de poucos, assim como os meios de produção, e esta só chega a maior parte da população de forma enviesada e tem por intenção ideológica confundir, trazer desinformação e desmobilizar as pessoas. Esta atmosfera caótica é construída de forma intencional pelas grandes empresas e estados tidos como dominantes, exercendo o que vem a ser chamado de “globalitarismo”, processo social que prevalece as seguintes características: “competitividade, salve-se-quem-puder, canibalismo, supressão da solidariedade, acumulando dificuldades para o convívio social saudável e para o exercício da democracia”.

A globalização como forma de organização social para Santos (2001, p. 55) atinge o ápice de perversidade quando manifesta de forma “pura” o estado, o dinheiro e a competitividade, gerando assim uma estrutura original de violência social que se desdobra em outras formas e níveis de violência, permeando assim toda a sociedade informacional, tendo como objetivo principal a consagração do fim da ética e da política.

Para Negri e Hardt (2014, p. 27) a organização social pós-moderna (sociedade informacional) está fundamentada no que vem a ser chamado de Império, projeto capitalista supranacional que unifica os poderes informacionais, jurídicos, políticos e econômicos de todos os Estados-nação ao redor do planeta. A centralização do poder é legitimada por meio de estruturas supranacionais como a ONU, FMI e OMC e que exercem papéis de destaque para que ocorra a transferência do poder dos estados individuais para o centro supranacional que é dominado pelos países mais ricos e influentes do mundo hoje composto basicamente pelos G-8 mais a China e a Índia.

O modelo deste novo Império exerce sobre todos os indivíduos que compõem a sociedade uma autoridade única e individualizada, e que pode identificada como ampla e eficaz, pois ao mesmo tempo, pode ser percebida como “[...]sistema e hierarquia, construção centralizada de normas e produção de legitimidade de grande alcance, espalhada pelo espaço mundial. É configurado *ab initio* como dinâmica e flexível estrutura sistêmica, articulada horizontalmente” (NEGRI; HARDT, 2014, p. 31).

Negri e Hardt (2014, p. 32) identificam a origem do Império a partir da definição de um poder constituído e estabelecido pelo capitalismo exacerbado na sociedade pós-moderna, em contraposição ao enfraquecimento dos Estados-nação, sendo que esta nova ordem mundial se efetiva, em um primeiro momento, por meio de normas internacionais e em situações tidas como excepcionais utiliza-se a coerção.

Esta nova ordem mundial pauta-se em “valores universais” que devem ser exercidos por todos os Estados-nação na busca da manutenção do bem-estar mundial, em um processo de permanente estado de exceção emergencial, tido como direito de polícia. O equilíbrio desta balança é regulado pelo que vem a ser chamado de direito de intervenção, uma concepção de direito ou dever “[...]que têm os senhores dominantes da ordem mundial de intervir em territórios de outros senhores no interesse de prevenir ou resolver problemas humanitários, garantindo acordos e impondo a paz” (NEGRI; HARDT, 2014, p. 35).

Envolto a este processo, destaca-se um estado em crise, imanente e permanente, frente ao neoliberalismo, e este cenário, por sua vez, pode ser representado pelas figuras subjetivas da crise: o endividado, o mediatizado, o securitizado e o representado. Personas que representam o universo social onde as pessoas perdem suas características individuais e são suprimidos por um poder central. São estabelecidas relações diretas de efeito e causa sobre as ações individuais e coletivas, tendo como objetivo final, a construção de uma hegemonia social (NEGRI; HARDT, 2016, p. 19).

A máquina imperial vive da produção de um contexto de equilíbrios e/ou de redução de complexidades, pretendendo apresentar um projeto de cidadania universal e, para isso, intensificando a eficácia de sua intervenção em cada elemento de relação comunicativa, ao mesmo tempo em que dissolve identidade e história de forma completamente pós-modernista (NEGRI; HARDT, 2014, p. 53)

A organização social pós-moderna (sociedade informacional) apoia-se no modelo econômico capitalista e sustenta-se sobre a ótica da sociedade de controle e do biopoder, não são mais os aparelhos do estado que normalizam a sociedade e sim mecanismos de informação, comunicação e de tecnologias fluídas em um sistema rizomático que exercem influência nas práticas diárias e cotidianas de todos os indivíduos. Assim são criadas redes de micropoderes flexíveis e flutuantes que controlam a vida de todos em um processo de globalização perverso e injusto.

Os valores éticos e morais são relativizados, seguindo os preceitos de Maquiavel (2002) onde os fins justificam os meios. As pessoas são absorvidas por estruturas sociais abstratas que influenciam suas decisões diárias, impelindo riscos e condicionando todos a uma confiança incondicional e irrestrita, sobre estes mecanismos autônomos, todo este processo sendo balizado por informações disponibilizadas em um processo enviesado de mediação da informação.

As tentativas de organização social surgidas a partir do século XXI, trazem novas perspectivas para o rearranjo da sociedade informacional, ampliam-se as possibilidades, altera-se o discurso de bem público para o bem comum, o controle estatal passa a ser questionado e abre-se a alternativa para a autogestão democrática. A busca pelo equilíbrio social, a diminuição de seu abismo e a horizontalização do poder são os balizadores para este novo formato de organização da sociedade. O acesso à informação de forma irrestrita, ampla e democrática, balizados pela ética e o moral, deve ser garantido pelo estado democrático de direito tendo como ferramenta a construção de políticas públicas assertivas.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS

Não existe um consenso sobre o que venha ser o conceito de políticas públicas, termo utilizado nas mais variadas áreas do conhecimento humano e com grande ênfase nas Ciências Sociais Aplicadas. A relação entre as demandas da sociedade e o atendimento por parte do estado/governo é a premissa básica do que venha ser política pública.

Dito de outra maneira, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral. Ela faz solicitações (pedidos ou demandas) para os seus representantes (deputados, senadores e vereadores) e estes mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos (tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente da República) para que atendam as demandas da população (SEBRAE, 2008, p. 5-6).

Para Botelho (2016) a política pública não deve ocorrer de forma desordenada e aleatória, tendo como motivação pressão específica ou conjuntural. Uma ação isolada por si só também não deve ser considerada, pois a premissa a ser atendida são os elos da cadeia de criação: formação, difusão e consumo. Para a autora, “uma política pública exige de seus gestores a capacidade de antecipar problemas para prever mecanismos para solucioná-los”.

Ao elaborar uma política pública deve-se ter um planejamento de intervenção em um setor específico, e isto significa “[...]dar importância a ele, e não cometer uma ingerência nos conteúdos da produção. Significa o reconhecimento, por parte dos governantes, do papel estratégico que a área tem no conjunto das necessidades da nação” (BOTELHO, 2016, p. 29-30).

Segundo Goldin (2003, p. 163, *apud* Rosa; Odonne, 2006, p. 185) “uma política pública permite garantir que os problemas não serão crônicos e idênticos aos que sempre existiram”, ou seja, para os autores a política pública está permeada nos mais diversos setores da sociedade e o seu sucesso ou insucesso dependerá da articulação social em busca de sua transformação. Os mais diversos setores da sociedade devem pautar-se pela sustentabilidade e coerência na busca de responder aos anseios sociais existentes.

Souza (2006, p. 23-24), por sua vez, realiza um resgate histórico do conceito elencado quatro pensadores:

- Harold Laswell conceitualizou política pública como sendo um processo de decisões e análises que implica responder às seguintes questões: “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”. Na década de 1930 formulou o conceito de análise de política pública (*policy analysis*), que relaciona o conhecimento científico/acadêmico vinculado as instituições e o empírico observado nas ações governamentais, além de construir um ambiente de discussão composto por cientistas sociais, grupos de interesse e o governo.
- Herbert Simon foi o responsável por agregar ao conceito de política pública na década de 1950 o termo, racionalidade limitada (*policy makers*), que prevê a necessidade de criação de estruturas sociais que auxiliem a padronização comportamental dos atores envolvidos no processo no sentido de minimizar interesses particulares frente as necessidades coletivas.
- Charles Lindblom também na década de 1950 realiza duras críticas ao racionalismo apregoado por Laswell e Simon, alegando que a formulação e análise das políticas públicas devem ser vislumbradas em conjunto com as relações de poder dos diversos atores envolvidos no processo, não sendo possível delimitar uma forma rígida de interação entre as fases existentes, tão pouco prever seu início ou fim. Sendo necessário uma maior observação dos papéis exercidos pelo estado, instituições, burocratas e outros atores.
- David Easton na década de 1960, contribui com a evolução do conceito agregando o sentido de sistema, definindo-o “[...]como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, as políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos” (SOUZA, 2006, p. 24).

Após este resgate histórico Souza (2006) realiza algumas reflexões sobre política pública e alega que:

Pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Em

outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Para Guaraldo (2015) as políticas públicas devem ser entendidas com um bem comum e/ou público a que todos os cidadãos devem ter direito, sendo o seu conceito entendido algo que pertence a todos dentro de uma sociedade de forma igualitária e sem restrições, buscando interligar as variantes: informação e conhecimento. A simbiose entre diversos atores e instituições sociais frente ao processo de criação da cultura, hábito de leitura e escrita tem por finalidade a busca de uma sociedade mais crítica e ao mesmo tempo mais desenvolvida.

Kingdon (2003, *apud* Capella, 2006) define política pública como sendo um processo formado por quatro grandes frentes, sendo elas:

- Estabelecimento de uma agenda de políticas públicas
- Consideração de alternativas para a formulação de políticas públicas
- Escolha dominante entre o conjunto de alternativas disponíveis
- Implementação da decisão

Mais que definir o que venha a ser política pública é necessário uma reflexão sobre como ocorre a transformação dos anseios sociais em ações governamentais, ou seja, como um problema social passa a ter importância para o governo e transforma-se em política pública?

Para responder esta questão Capella (2006, p. 1) analisou dois modelos teóricos: O modelo de Múltiplos Fluxos (Multiple Streams Model) elaborado por John Kingdon e o chamado de Equilíbrio Pontuado (Punctuated Equilibrium Model), desenvolvido por Frank Baumgartner e Brian Jones. Tais modelos evidenciam os fluxos processuais necessários para que uma demanda social passe a ser considerada relevante ao ponto de entrar na agenda governamental, ser classificada como prioritária e por fim ser implantada como política pública.

Capella (2006) evidencia uma sequência que ocorre nos dois modelos analisados. Cada parte da referida sequência é subdividida em outras etapas que dinamizam o processo. De forma geral a autora elenca a seguinte sequência:

- Primeiro passo é a recepção da demanda social (problema) a ser analisado.
- Segundo passo é a análise do cenário em busca de respostas (soluções) as demandas anteriormente apresentadas.
- Terceiro passo é a contextualização da demanda e resposta frente ao governo e as instituições envolvidas no processo (dinâmica político/institucional).
- Quarto passo é a ponderação do peso exercido pelos agentes (atores) dentro do processo analisado.
- Quinto passo é o fechamento do ciclo, onde existe a oportunidade de alteração do quadro instituído (mudança da agenda) e são oportunizadas novas políticas públicas.

O Quadro a seguir consegue exemplificar os desdobramentos (subdivisões) de cada etapa (passo).

Quadro 1 - Agenda-setting - Os Modelos de Kingdon e Baumgartner/Jones

	KINGDON <i>MULTIPLE STREAMS MODEL</i>	BAUMGARTNER E JONES <i>PUNCTUATED EQUILIBRIUM MODEL</i>
PROBLEMAS	Não há vínculo causal entre problemas e soluções. Questões não se transformam em problemas automaticamente: problemas são construções que envolvem interpretação sobre a dinâmica social. Definição de problemas é fundamental para atrair a atenção dos formuladores de políticas. Problemas são representados por meio de indicadores, eventos, crises e símbolos que relacionam questões a problemas.	Não há vínculo causal entre problemas e soluções. Questões não se transformam em problemas automaticamente: problemas são construídos (<i>policy images</i>) e difundidos. Definição de problemas é essencial para mobilizar a atenção em torno de uma questão. Problemas são representados por meio de componentes empíricos e valorativos (<i>tone</i>): números, estatísticas, argumentação, histórias causais.

SOLUÇÕES	Não são desenvolvidas necessariamente para resolver um problema. Geradas nas comunidades (<i>policy communities</i>), difundem-se e espalham-se (<i>bandwagon</i>) no processo de amaciamento (<i>soften up</i>). Soluções tecnicamente viáveis, que representam valores compartilhados, contam com consentimento público, e a receptividade dos formuladores de políticas têm maiores chances de chegar à agenda.	Não são desenvolvidas necessariamente para resolver um problema. Geradas nos subsistemas, difundem-se e espalham-se rapidamente (<i>bandwagon</i>). Soluções que têm imagens fortemente vinculadas a uma instituição e representam valores políticos (<i>policy images</i>) têm maiores chances de chegar ao macrossistema.
DINÂMICA POLÍTICO-INSTITUCIONAL	O contexto político cria o “solo fértil” para problemas e soluções. “Clima nacional”, forças políticas organizadas e mudanças no governo são fatores que afetam a agenda. Ideias, e não apenas poder, influência, pressão e estratégia são fundamentais no jogo político.	O contexto político e institucional exerce influência sobre a definição de problemas e soluções. Imagens sustentam arranjos institucionais (<i>policy venues</i>), incentivando ou restringindo a mudança na agenda. Disputa em torno da <i>policy image</i> é fundamental na luta política.
ATORES	O presidente exerce influência decisiva sobre a agenda. Alta burocracia e Legislativo também afetam a agenda. Grupos de interesse atuam mais no sentido de bloquear questões do que de levá-las à agenda. A mídia retrata questões já presentes na agenda, não influenciando sua formação.	O presidente exerce influência decisiva sobre a agenda. Grupos de interesse desempenham papel importante na definição das questões. A mídia direciona a atenção dos indivíduos, sendo fundamental à formação da agenda.
MUDANÇA NA AGENDA	Oportunidades de mudança (<i>windows</i>) possibilitam ao empreendedor (<i>policy entrepreneur</i>) efetuar a convergência de problemas, soluções e dinâmica política (<i>coupling</i>), mudando a agenda.	Momentos críticos, em que uma questão chega ao macrossistema, favorecem rápidas mudanças (<i>punctuations</i>) em subsistemas anteriormente estáveis. <i>Policy entrepreneurs</i>, imagens compartilhadas (<i>policy image</i>) e a questão institucional são fundamentais nesse processo.

Fonte: Capella, 2006, p. 35-36.

O quadro 1 apresenta um panorama geral das duas teorias que se complementam, por exemplo, ao evidenciar a importância dos atores para a formação da agenda de políticas públicas, Kingdon (2003) elenca a mídia como menos expressiva e sendo apenas uma divulgadora da agenda já existente, enquanto para Baumgartner e Jones (1993) a mídia é um dos atores responsáveis direto pela formação da agenda, uma vez que a mídia consegue realizar o direcionamento da atenção das pessoas. Também é percebido muita similaridade entre as teorias que estão alicerçadas em preceitos “pós-positivistas”, com ênfase no campo das ideias, com trato independente, abordando tanto o individual quanto o coletivo, em um sistema que consegue perceber as restrições e as oportunidades de mudança existentes (CAPELLA, 2006, p. 36).

Souza (2006, p. 36) também elenca similaridades e completude entre as diversas correntes teóricas existentes sobre o tema alegando que apesar “[...]das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais:”

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Apesar de não utilizar o conceito direto do que venha ser política pública, Ranganathan (2009, p. 138) em seu clássico “As 5 Leis da Biblioteconomia”, no capítulo 4, intitulado “A Segunda Lei e Suas Implicações”, contribui muito com nossa discussão, ao realizar uma análise sobre os compromissos necessários para que a sociedade contemporânea consiga atingir o objetivo público, comum a todos os cidadãos, de dispor “a cada pessoa seu livro”. Nesta análise o autor aponta as responsabilidades incumbidas a cada agente social para o atingimento de tal objetivo.

- Estado: “Os compromissos do Estado giram em torno de a) financiamento, b) legislação, e c) coordenação”.
- Autoridade responsável pelas bibliotecas: “A obrigação desta está centrada em dois fatores: 1) a seleção de livros, e 2) a seleção de pessoal”.
- Profissionais técnicos (Pessoal das bibliotecas): “as [...]determinações poderão não ser adequadamente executadas a não ser que o pessoal da biblioteca cumpra o seu dever de maneira eficiente”
- Leitor: “[...]todo leitor somente terá seus livros se todo leitor se lembrar que não é o único que usa a biblioteca; não deve esquecer que a Segunda Lei defende não somente os direitos e privilégios dele, mas também dos outros”.

Respeitando as peculiaridades de cada sociedade e do tempo histórico transcorrido, a obra de Ranganathan (2009) torna-se extremamente atual e necessária, pois evidencia que políticas públicas de estado são processos complexos com implicações e reverberações nos mais distintos setores sociais. Fatores como organização da sociedade civil e a pressão popular, são fundamentais para evidenciar e legitimar as demandas sociais, frente às instituições, públicas e/ou privadas, e, a partir do devido respaldo do estado (financiamento, legislação e coordenação) as políticas públicas são tiradas do papel e colocadas em prática.

Todo este processo para estabelecimento das políticas públicas baseia-se em informações e estas por sua vez são mediadas por agentes ou instituições. A elaboração/recepção do problema, análise/classificação das respostas e mesmo a institucionalização da política pública só é viável por meio da apropriação e mediação da informação. Sem informação dinamizada e disponibilizada de forma ampla, para basear as tomadas de decisões, praticamente inviabiliza todo o processo. Hoje, como em nenhum outro tempo passado, a população tem amplo acesso à informação, em volume cada vez maior e praticamente em tempo real, este advento ocorre principalmente, devido as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) e isso pressiona os governos a mudarem suas agendas de políticas públicas sistematicamente.

5 INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE LIVRO E LEITURA

Pode-se pensar em cultura e educação, no contexto atual, sem a presença do livro, leitura, biblioteca e, conseqüentemente, da mediação da informação?

A resposta é óbvia... claro que não. Cultura e educação só são viáveis hoje, pela relação direta entre a mediação da informação, acesso democrático ao livro e a leitura sistemática.

Por meio do livro, homens e mulheres são capazes de criar uma nação que compreende seus desafios e busca soluções para a construção de um país justo, sustentável e democrático. A leitura sistemática constrói uma subjetividade complexa, permite o deleite estético e amplia o repertório de conhecimentos do leitor. A cultura e a educação têm um papel estratégico na formulação e execução das políticas que promovam o acesso ao livro e a formação de leitores como ações de cidadania, inclusão social e desenvolvimento humano (BRASIL, 2006a, p.4).

O grande desafio é a construção de sistemas que estabeleçam gerações de leitores, e isto só é possível com o apoio de mediadores da informação com competências desenvolvidas para tal propósito. A qualificação dos agentes (professores, bibliotecários, agentes de leitura etc.), a promoção de uma visão ampla para biblioteca, principalmente pública, dentro e fora do ambiente escolar e o apoio a cadeia de produção livresca tornam-se fatores essenciais para ampliação do público leitor. “A dimensão cultural da leitura consiste na compreensão da cultura como expressões simbólica, cidadã e econômica” (BRASIL, 2006a, p. 5).

A informação simbolizada na figura do livro desempenha um papel de entidade emancipadora do cidadão, difusora de cultura, empreendedora econômica e defensora do estado democrático de direito. Com papel tão relevante dentro da sociedade contemporânea a informação é considerada um dos bens mais preciosos de um estado ou de uma nação.

5.1 Políticas Públicas Recentes de Incentivo ao Livro, Leitura e Biblioteca

As políticas públicas brasileiras de incentivo à leitura e o acesso ao livro tiveram sua representação exponenciada a partir da Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003 onde se instituiu a Política Nacional do Livro (BRASIL, 2003), demonstrando claramente uma mudança de postura frente a importância que o governo federal passava a dar ao livro, leitura, biblioteca e a escrita a partir de então.

O livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2003).

Após esta foi instituída a lei nº 12.244 de 24 maio de 2010 que dispôs sobre a Universalização das Bibliotecas nas Instituições de Ensino no País, esta lei em específico teve dois eixos chave. Primeiro instituir uma quantidade mínima de livros para cada acervo baseada na quantidade de alunos matriculados em cada instituição de ensino e em segundo lugar instituiu um prazo máximo (dez anos) para que todas as unidades escolares tivessem as suas respectivas bibliotecas.

Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares [...] seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário (BRASIL, 2010).

Observando atentamente a Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências, pode-se verificar, em seu texto, principalmente no que tange as metas 7.33 e 16.6 da referida lei, um realinhamento às políticas públicas de incentivo ao livro e a leitura. O texto propõe ações para a efetiva capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores de leitura, objetivando a formação de novos leitores “[...]de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem” (BRASIL, 2014).

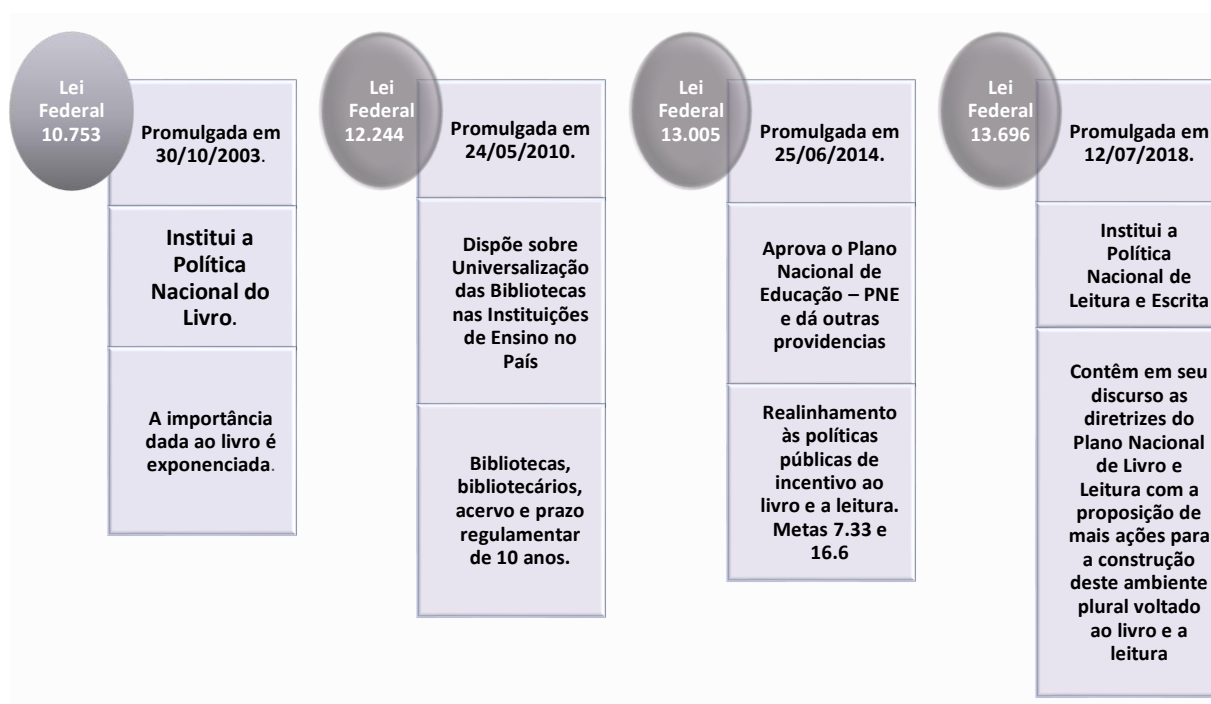
Por fim, a Lei 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita, contém em seu discurso as diretrizes do Plano Nacional de Livro e Leitura com a proposição de mais ações para a construção deste ambiente plural voltado ao livro e a leitura (BRASIL, 2018).

O PNLL será elaborado em conjunto pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Educação de forma participativa, assegurada a manifestação do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e de representantes de secretarias estaduais, distritais e municipais de cultura e de educação, da sociedade civil e do setor privado (BRASIL, 2018).

As políticas públicas de incentivo ao livro e a leitura estão hoje basicamente concentradas no PNLL, instituído a partir da Portaria Interministerial 1.442/2006 (BRASIL, 2006b) e depois alterada para Decreto Lei 7.559/2011, e na PNLE, Lei 13.696 sancionada em 2018 (BRASIL, 2018), ambos em vigência e sob a égide da Secretaria Especial da Cultura (extinto Ministério da Cultura) e do Ministério da Educação (MEC).

Este esforço entre a secretaria especial e o ministério tem como objetivos: a elaboração, regulamentação e a implementação destas políticas públicas na esfera local, evidenciando assim que “as políticas públicas para as ações de livro e leitura demandam, além das políticas estruturantes[...], soluções específicas locais, adotadas e implementadas com a participação dos diversos setores da sociedade” (BRASIL, 2006a, p. 5).

Quadro 2 - Políticas Públicas Nacionais recentes de incentivo ao livro e a leitura no Brasil.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A sociedade brasileira apresenta sérias distorções em seu caráter formativo com problemas datados à época de seu período colonial. A escravidão e a censura da metrópole frente a colônia deixaram cicatrizes que não foram totalmente superadas, ao contrário, e estão escancaradas, ainda hoje, nos mais diversos setores da sociedade. Nos casos específicos da educação, livro, leitura e escrita nós podemos minimamente observá-las pelas lentes

ampliadas da ciência e da pesquisa, tendo como exemplo os dados apresentados no Anuário da Educação Básica Brasileira 2021 que demonstra em suas páginas iniciais as mazelas que a população brasileira ainda sofre sobre o tema.

A elitização da leitura e do livro, e a prática da censura – durante a Antiguidade e no decorrer do Período Medieval – chegaram ao Brasil no bojo da colonização, antes mesmo da biblioteca, e ainda hoje continuam fortemente arraigados no seio da sociedade brasileira com séria consequências e repercussões para a sua vida social, intelectual e cultural, haja visto os alarmantes índices de analfabetismo, dos quais inúmeros segmentos das classes populares trabalhadoras Têm sido vítimas no transcorrer desses 500 anos de história do país (MORAES, 1979; MILANESI, 1988, apud MAROTO, 2012, p. 40).

A Ciência da Informação (CI) tem um papel fundamental em refletir e agir de forma contundente frente a um quadro tão perverso e desigual como o apresentado, não esqueçamos que o objeto de trabalho da CI e a própria informação, em todos os seus suportes. Desta forma, ensejamos que a CI consiga ultrapassar as amarras do tecnicismo e tecnicismo, e, realmente, consiga ser protagonista, de forma assertiva, do processo de democratização do livro, leitura e biblioteca, ou seja, da informação em suas mais variadas possibilidades.

5.2 Informação e suas múltiplas facetas

O conceito de informação é muito discutido em várias áreas do conhecimento humano e dentro da Ciência da Informação a discussão se demonstra imprescindível, sendo por isso possível encontrar, em variadas correntes teóricas, descrições singulares, sobre o termo em questão.

Dentre os vários conceitos, destacaremos o de Buckland (1991, p. 351), que descreve a informação como sendo algo que pode ser intangível (Informação-como-processo e Informação-como-conhecimento) ou tangível (informação-como-coisa). Seguindo as distinções apresentadas para os modelos intangíveis, a informação-como-conhecimento, é descrita como uma possível alteração cognitiva do indivíduo após apropriação e processamento de uma nova informação, ou seja, uma informação que não era conhecida previamente pelo indivíduo, é apropriada, processada e transformada em um novo conhecimento, transformando assim o próprio indivíduo, já o processo em si, entre apropriar-se da informação e transformá-la em um novo conhecimento é tido como a informação-como-

processo. Para o modelo tangível, proposto por Buckland, é demonstrado a informação-como-coisa, como sendo todo e qualquer tipo de informação que pode ser medida ou tocada, em outras palavras, toda informação que possa ser representada por meio de dados, códigos, sinais, textos, imagens e objetos.

Para Almeida e Moraes (2013) o conceito de informação é moldado socialmente, em consonância a uma perspectiva histórico-cultural, que dispõe de uma relação direta entre o desenvolvimento de tecnologias e a reorganização social, representadas em um primeiro momento pela evolução dos meios de comunicação e, posteriormente, pelo processo de industrialização e da produção material da sociedade (industrialização) em larga escala. Esta evolução que é datada pós século XV e acontece até os dias atuais, reflete na postura dos indivíduos que interagem socialmente, frente ao surgimento dos novos meios de comunicação e produção social, transformando através dos tempos a sociedade e o que venha a ser concebido como informação.

Se até o final do século XIX, o termo informação possuía o sentido relativamente estabelecido de notícia, fato ou evento comunicado por alguém ou por uma instituição, a partir do século XX, especialmente em sua segunda metade, o conceito passa a receber novas conotações, das quais duas merecem maior atenção. A primeira é a adotada pela cibernética, que define informação como medida de incerteza, como processo de introdução de ordem num sistema tendencialmente entrópico. A segunda conotação do termo informação começou a circular nos anos 70, com a ideia de uma “evolução” da sociedade capitalista em direção a uma “sociedade da informação”, passando informação a ser vista como “dados tratados e organizados”. É importante ressaltar a diferença entre as duas visões. Na concepção da cibernética, a informação é um processo ou relação de trabalho que permite o sistema recuperar ou manter sua capacidade, em permanente dissipação, de seguir fornecendo trabalho. Na visão que reduz a informação a dados, ela passa a ser entendida como objeto passível de apropriação e mercantilização (ALMEIDA; MORAES, 2013, p. 179-180).

Já para Capurro e Hjørland (2007, p. 193) não se pode pensar o conceito de Informação de forma isolada, sem referenciá-lo a outros conceitos, e este processo de formulação do conceito também é datado historicamente, com identidade própria e busca atendimento à objetivos específicos. Sendo que o conceito de informação será formulado a partir das “necessidades interpretativas” de cada indivíduo e de suas “habilidades” de interpretação, tendo como característica comum, o compartilhamento do conceito dentro de um grupo que congrega do mesmo discurso.

Existem muitos conceitos de Informação e eles estão inseridos em estruturas teóricas mais ou menos explícitas. Quando se estuda Informação, é fácil perder a orientação. Portanto, é importante fazer a pergunta pragmática: *“Que diferença faz se usarmos uma ou outra teoria ou conceito de informação?”* Esta tarefa é difícil porque muitas abordagens envolvem conceitos implícitos ou vagos que devem ser esclarecidos. (Tal esclarecimento pode provocar resistência porque Informação é muito frequentemente usada como um termo para aumentar o *status*, com pouca ambição teórica). Deveríamos também perguntar a nós mesmos o que mais precisamos saber sobre o conceito de informação[...] (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 193).

Para Almeida Júnior (2015, p.32) não existe informação prévia ou dada, a informação não cabe em modelos conceituais fixos, pois é um processo em construção que nunca finda, para o autor o que existe é uma protoinformação que pode ser entendida da seguinte maneira: Protoinformação significa uma “quase informação”, uma “possível informação”, uma “talvez informação”, uma “quem sabe informação”. Desta forma, observa-se que “a informação vai recebendo significados e interferências ao longo de seu ciclo de vida”. Mantemos uma relação dúbia com a informação, onde sua apropriação pode ser considerada consciente ou inconsciente, tácita ou explícita, por mais que tentemos não possuímos o seu total domínio e assim como ela própria, assumimos o papel duplo de sujeito e objeto nesta relação.

A informação vai se construindo, se impregnando de intenções, interesses, desejos, valores. A informação carrega embates, lutas por poder, por dominação, por imposições de conceitos, verdades. O ideológico não é eliminado pelo emprego de técnicas documentais, ao contrário, estas reforçam esse caráter ideológico presente na construção da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 4).

Observamos que o conceito de informação pode ser entendido como algo que não existe por si só, sendo construído socialmente, a partir das necessidades de cada indivíduo, em uma perspectiva histórico-cultural, pode assumir características tangíveis e intangíveis, sendo um processo em construção em si mesmo que se retroalimenta, nunca finda e relaciona-se a significados e representações em um sentido singular de indivíduo para indivíduo, sendo para isso obrigatório o referenciamento a outros conceitos.

A matéria prima em todo processo analisado é a informação em seus mais variados suportes, dando aqui maior ênfase ao livro, de forma que sua conceitualização se fez

necessário no sentido evidenciarmos qual é o entendimento de informação que será utilizado neste trabalho.

5.3 A mediação da informação

A informação por si só não é informação, e sua criação, finalidade e apropriação só se torna possível por meio de sua mediação. Assim como o conceito de informação devemos conceitualizar a mediação da informação no sentido de esclarecer quais são as posições defendidas neste trabalho, pois entendemos que em todas as relações humanas, por mais que se busque o contrário, não existe a imparcialidade.

O conceito de mediação da informação para Almeida e Moraes (2013, p. 179), não é fixo ou estanque, relaciona-se com a tecnologia da informação, a capacidade de recepção e interpretação, por parte dos receptores, também ao conjunto de estruturas espaço-temporais, criado pela própria sociedade, responsável pelo estabelecido da interação social, nos mais variados contextos, sendo este conjunto, datado historicamente, responsável pela seleção, formatação e disponibilização da informação dentro da própria sociedade. O processo dialógico mediação/informação é entrecortado por uma série elementos sociais, culturais, econômicos, históricos e tecnológicos que não permitem o engessamento do termo dentro de apenas um único modelo.

As modalidades de interação relacionam-se com os diversos contextos sociais. Sua realização bem-sucedida depende da capacidade dos receptores em “negociar” efetivamente com as diversas estruturas espaços-temporais que se apresentam. Por outro lado, a tecnologia não basta, por si só, para criar a comunicação. Ou seja, há que se considerar a oposição entre a velocidade da informação e o vagar da comunicação, entre a performance técnica e as dificuldades da intercompreensão entre indivíduos e coletividades reais. Em segundo lugar, deve-se considerar a necessidade de uma reflexão acerca do tipo de informação produzida por estes sistemas técnicos. Em outras palavras, a relação/oposição entre a facilidade de acesso e competência para a assimilação e a manipulação de informações e conhecimentos (ALMEIDA; MORAES, 2013, p. 179).

Para Almeida Júnior (2015), a mediação da informação é um processo permeado por intenções e ideologias, que possui ações implícitas e explícitas, e envolve usuários, mediadores, produtores de informação, suporte dos materiais, equipamentos informacionais, informação e o momento em que todo esse processo acontece. Observa-se que a construção

do conhecimento acontece sempre em uma relação entre um indivíduo e o outro, nunca de forma isolada, e neste movimento dialógico, entre o eu e outro, o conhecimento surge por meio da mediação. Tais ideias ficam mais bem esclarecidas em um conceito atualizado pelo autor, sobre mediação da informação, conforme texto descrito em sequência:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 24).

Observamos o conceito de mediação da informação como sendo um processo dialógico que permeia toda a sociedade informacional em seus mais variados aspectos sociais, culturais, econômicos, históricos e tecnológicos. Não existindo de forma isolada sem a interação entre os indivíduos sociais. É um processo interpessoal que necessita de capacitação de recepção e interpretação entre o emissor e o receptor da informação. Dado historicamente é um processo em constante mutação, onde as ferramentas tecnológicas atuam, cada vez mais, como fator preponderante para a seleção, formatação e disponibilização da informação.

Após a conceitualização do que venha ser informação e mediação da informação, analisaremos os eixos temáticos do Plano Nacional do Livro e Leitura e seus desdobramentos na Política Nacional de Leitura e Escrita no intuito de estabelecermos uma relação entre o papel definido aos gestores responsáveis pela implantação dos referidos planos e a mediação da informação.

5.4 O Plano Nacional do Livro e Leitura e a Política Nacional da Leitura e Escrita; eixos temáticos e objetivos

O PNLL estabeleceu quatro eixos temáticos (BRASIL, 2006a) a serem desenvolvidos pelos gestores no processo de implantação local dos Planos Municipais do Livro e Leitura, que permanecem contidos nos dez objetivos da PNLE (BRASIL, 2018), sendo eles:

Quadro 3 - Quadro comparativo entre os eixos temáticos PNLL e objetivos PNLE

Plano Nacional do Livro e Biblioteca - Eixos temáticos (2006)	Política Nacional da Leitura e Escrita - Objetivos (2018)
--	--

Eixo 1 – Democratização do acesso	I – Democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade
Eixo 2 – Fomento à leitura e à formação de mediadores	II – Fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais
Eixo 3 – Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico	III – Valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas
Eixo 4 – Apoio à criação e ao consumo de bens de leitura	IV – Desenvolver a economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia nacional, por meio de ações de incentivo ao mercado editorial e livreiro, às feiras de livros, aos eventos literários e à aquisição de acervos físicos e digitais para bibliotecas de acesso público
	V – Promover a literatura, as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico em território nacional e no exterior, para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos
	VI – Fortalecer institucionalmente as bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações
	VII – Incentivar pesquisas, estudos e o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, com vistas a fomentar a produção de conhecimento e de estatísticas como instrumentos de avaliação e qualificação das políticas públicas do setor
	VIII – Promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas
	IX – Incentivar a criação e a implantação de planos estaduais, distrital e municipais do livro e da leitura, em fortalecimento ao SNC
	X – Incentivar a expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora, por meio do fortalecimento de ações educativas e culturais focadas no desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos.

Fonte: Brasil, 2006a e Brasil, 2018. Adaptado pelo autor, 2021.

Os quatro eixos do PNLL e os dez objetivos observados no PNLE se relacionam em um processo rizomático, que pode ser considerado, um espiral virtuoso em um sentido cíclico/progressivo. Ao propor a democratização ao acesso à informação/livro, o fomento à leitura e à formação de mediadores, valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico e o apoio à criação e consumo de bens de leitura, entende-se subliminarmente, a partir desta leitura preliminar, a existência de uma visão de mundo, muito bem delimitada, que busca um referencial idealizado para a sociedade pretendida e tida como distante da que existe hoje.

Isto é de suma importância, no sentido de perceber que nenhum discurso vem esvaziado de um pensamento político/ideológico, e neste caso, o proposto, por meio do PNLL (eixos temáticos) e do PNLE (objetivos), é a disponibilização em larga escala de informação, principalmente no suporte físico do livro, que passa a ter uma conceitualização que transcende o próprio suporte.

Nesse sentido, o livro, mais do que um objeto físico, torna-se um objeto simbólico da diversidade cultural; mais do que uma ferramenta didática, torna-se um instrumento feito de palavras na formação subjetiva das pessoas; mais do que uma mercadoria na prateleira de uma livraria, torna-se um meio de fomentar a economia criativa e produtiva do livro e da leitura no país (BRASIL, 2006a, p. 5).

A diversidade social e cultural perpassa pelo processo de mediação, sendo que a apropriação, do que venha ser, informação e conhecimento, dependerá, dentre outras necessidades, dos fluxos informacionais, construídos, de forma customizada, em cada localidade, onde, as bibliotecas públicas e escolares públicas, têm papel fundamental na democratização do acesso e na emancipação intelectual de seus usuários.

5.5 Apropriação da Informação

O PNLL e a PNLE representam um modelo idealizado de políticas públicas de incentivo à cultura e a educação para a sociedade brasileira do futuro, seus discursos estão pautados em prover uma socialização da informação, de forma mais ampla e igualitária, onde as pessoas menos favorecidas economicamente, e em desvantagem ao acesso à informação, logo, marginalizados socialmente, possam promover a sua libertação intelectual, por meio de uma

relação direta entre livro/sujeito/conhecimento, tendo como meta final uma sociedade mais justa, democrática e responsável no âmbito ambiental e social.

Não esqueçamos, que na elaboração dos Planos Municipais de Livro e Leitura, os articuladores deste processo, governo federal, estadual, municipal, sociedade e instituições representativas, delegam suas autoridades e suas responsabilidades a representantes de seus interesses, gestores locais, e estes, por sua vez, fazem a mediação da informação de forma personalizada, que defendem, entre outras coisas, seus próprios interesses, criando uma hierarquia de informações que serão disponibilizadas ou não, conforme a posição ocupada, dentro da estrutura preestabelecida em cada processo local.

Para uma compreensão mais fácil, analisaremos o “Guia para elaboração e implantação dos Planos Estadual e Municipal do Livro e Leitura (PELL e PMLL)”, documento criado, pelos Ministérios da Cultura e Educação em 2006, como instrumento balizador sobre o tema, que se utiliza de uma roupagem técnica e de aparente imparcialidade, no sentido de promover um ambiente apenas consultivo e regulador, sem caráter expressivo de obrigatoriedade e por conseguinte menos formal. Ledo engano, pois ao criar tal documento, a esfera federal acaba exercendo grande pressão sobre governos estaduais e municipais, no sentido de se traçar um planejamento que esteja minimamente alinhado aos seus desejos e anseios, não sendo permitido pensar-se em um grupo de trabalho “sério”, sobre o tema, que não o tenha consultado, apropriado ou rechaçado as diretrizes ali descritas.

Aqui retomamos as reflexões sobre informação e mediação da informação, dentro do contexto do PNLL e da PNLE, pois no simples ato de se relacionar com o referido documento, nós estamos, de alguma forma, apropriando seus conceitos, modelos e padrões, mesmo que seja para criticá-los, questioná-los ou simplesmente ignorá-los, isto acontece de forma consciente ou inconsciente. O documento em questão foi construído por um grupo social, de forma intencional, possui um conteúdo informacional que foi escolhido, classificado, organizado e disponibilizado em uma trajetória histórica, dispondo de uma posição político/ideológica frente ao mundo e a sociedade, ou seja, suas escolhas, classificações, formatações, inclusões, até mesmo suas lacunas, vazios e silêncios são propositais, evidenciando e reforçando um posicionamento, uma intencionalidade dentro do processo de mediação da informação que não é imparcial.

Há que se ficar bem claro, também, que na mediação existe “interferência” do profissional que atua no espaço em que ela é deflagrada. A interferência contradiz o senso comum dos profissionais da área que defende uma impossível neutralidade no âmbito do fazer desses profissionais. Não só a interferência é salutar, como é, também imprescindível. Os limites entre a interferência e a manipulação, no entanto, são frágeis e passíveis de não serem percebidos (ALMEIDA JÚNIOR, 2007, p. 34).

O PNLL e a PNLE tratam de forma explícita a questão da mediação da informação, delimitada à leitura, somente no eixo 2 do PNLL e nos objetivos 2 e 8 descritos na PNLE, estabelecendo diretrizes curriculares necessárias aos mediadores e agentes de leitura no sentido de buscar uma padronização das técnicas que devem ser utilizadas no atendimento as demandas dos usuários dos equipamentos informacionais, por meio da “capacitação” da mão de obra existente, em um processo de formação continuada, onde se buscará ou intensificará convênios com as universidades e os centros de formação de professores e educadores.

Programas de capacitação de educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura. Projetos especiais com universidades e centros de formação de professores. Cursos de formação de educadores com estratégia de fomento à leitura e de estudantes que se preparam para o magistério em literatura infantojuvenil. Ampla utilização dos meios de educação a distância para formação de promotores de leitura em escolas, bibliotecas e comunidades (MARQUES NETO, 2010, p. 53).

Espaços plurais de formação dos mediadores da informação devem surgir da interação entre as comunidades, os centros de formação oficiais e as universidades.

5.6 Plano Municipal do Livro e Leitura: mediadores locais

A menção ao papel dos gestores locais, responsáveis pela implantação dos Planos Municipais do Livro e Leitura é tratado de forma genérica tanto no PNLL quanto na PNLE, mas tal postura, pode ser identificada como uma forma sutil de preestabelecer um papel quase que oculto, a este agente, no processo em si, construindo a ideia de autogestão, sem hierarquias predefinidas. Novamente devemos nos debruçar sobre os documentos, na tentativa de uma interação dialética no sentido de evidenciarmos o verdadeiro papel deste agente em todo o processo.

Como dito anteriormente, ao analisar os eixos temáticos do PNLL (BRASIL, 2006a, p. 19-20) e os objetivos do PNLE (2018) observam-se referências diretas à mediação da informação somente no Eixo 2 (PNLL) e nos Objetivos 2 e 8 (PNLE), mas nos outros três eixos temáticos e oito objetivos, dos respectivos documentos, a mediação está permeando de forma implícita todas as estruturas existentes. A própria construção do PNLL, que serviu de base para a elaboração da PNLE, se deu em uma leitura mediada da sociedade, à época, onde no ano de 2003, baseado “[...]em propostas internacionais do Centro Regional para o Fomento ao Livro e à Leitura (Cerlalc) e da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), [...] elegeram o ano de 2005 como o ANO IBERO-AMERICANO DA LEITURA – VIVALEITURA” (BRASIL, 2006a, p. 6).

Entre os anos de 2005 e 2006 aconteceram mais de 150 reuniões públicas por todo o país a fim de se discutir o tema livro e leitura, uma equipe multidisciplinar propôs um diálogo a todos os setores da sociedade brasileira, que instituíram diretrizes a serem alcançadas no curto, médio e longo prazo, sendo estas compiladas em um único documento, institucionalizado em 12/08/2006 pela portaria interministerial nº 1.442, do extinto Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, intitulado como Plano Nacional do Livro e Leitura (BRASIL, 2006b).

Esta construção plural do PNLL já nasceu mediada, o diálogo entre as partes, a apropriação das informações e a construção de novos conhecimentos se deram de forma simultânea, relacionando as estruturas sociais, numa perspectiva espaço-temporal, e com interferência direta das TICs (tecnologia da informação e comunicação). A busca incessante pela informação, como resposta aos anseios sociais, é primordial neste tipo de processo, pois ao apropriar-se de novas informações, é percebido simultaneamente, um movimento que vai de encontro, ao atendimento das demandas estabelecidas previamente e a geração de novas questões até então inexistente, ou seja, a informação não traz certezas e sim incertezas, pois as respostas obtidas geram novas perguntas, novos questionamentos, que devem ser respondidos em um novo processo de construção da informação de forma mediada e isto acontecerá de forma cíclica e infinita.

Sabendo que o PNLL e por conseguinte a PNLE se estabeleceram de forma mediada em suas origens e que os gestores responsáveis pela implantação em suas localidades dos

Planos Municipais do Livro e Leitura estão inseridos neste contexto, como podemos avaliar o seu papel no referido processo?

Em uma perspectiva plural não se objetiva a busca por uma resposta unívoca e sim a construção de um cenário que pode servir para análise dos possíveis papéis de atuação a serem desempenhados pelo gestor. O primeiro passo é identificar quem pode assumir o papel de gestor responsável pela implantação dos Planos Municipais do Livro e Leitura, e neste sentido, devemos nos atentar a um passo anterior ao da implantação, ou seja, devemos nos atentar ao ato da construção dos planos municipais. O próprio Guia para a Implantação do PMLL já delimita um público específico a ser explorado com o intuito de formar os Grupos de Trabalho (GTs) que seriam responsáveis pelos debates, discussões e estruturação do PMLL. Segue descrição do referido público:

Dessa forma, pode ser constituído um grupo de trabalho (GT) que reúna dirigentes e gestores de Educação e Cultura no poder público (municipal, regional, estadual ou nacional), profissionais e usuários das bibliotecas, educadores, estudantes, livreiros, editores, jornalistas, intelectuais, escritores, lideranças comunitárias, lideranças políticas e gestores públicos e privados que atuam nesse campo, além de representantes das instituições locais, tais como sindicatos, clubes de serviço e associações culturais, religiosas etc. Recomenda-se a criação de um grupo executivo, do qual façam parte membros do poder público e membros da sociedade, para dar encaminhamento às deliberações do grupo de trabalho que será criado (BRASIL, 2006a, p. 14).

Verifica-se, pelo excerto do texto anteriormente citado, a idealização de um grupo de pessoas que hipoteticamente possuem, em sua gênese, as características necessárias para assumir o posto de gestão do processo de implantação do PMLL, e que em sua maioria, já exerce um papel de destaque no seio social local, temos como exemplos, “dirigentes”, “gestores”, “profissionais da informação”, “educadores”, “livreiros”, “editores”, “jornalistas”, “intelectuais”, “escritores”, “lideranças políticas”, “representantes das instituições locais” etc. Por outro, lado verifica-se pouca ênfase dada à população de forma geral, sendo esta representada, em nosso entendimento, pelos grupos de “estudantes” e “usuários das bibliotecas”, que são em larga escala, os maiores públicos, em números absolutos, que utilizam as bibliotecas.

O que está evidenciado nas orientações descritas no Guia, de forma implícita, é que o papel de gestor da implantação será desempenhado, obrigatoriamente, por alguém

pertencente a um dos grupos que exercem mais influência na sociedade, geralmente ficando a cargo dos gestores e dirigentes vinculados as Secretarias Municipais da Cultura e Educação, até mesmo pelo conhecimento tácito acumulado sobre o tema no exercício de suas funções.

Esta pesquisa evidencia que a mediação da informação ainda percorre um caminho vertical nas estruturas sociais, ou seja, de cima para baixo, e está implicitamente espelhada nas estruturas do PNLL e PNLE. Os gestores locais são responsáveis por estabelecer as diretrizes em suas localidades no sentido de estruturar e regulamentar o PMLL, e para isso devem possuir uma visão panorâmica da sociedade e de todo processo a ser implantado.

O papel do gestor local, responsável pela implantação do PMLL, também está circunscrito no contexto da mediação da informação, mas isto ocorre, em um nível diferenciado de mediação, ao compará-lo com os mediadores descritos no eixo 2 do PNLL e nos objetivos 2 e 8 da PNLE, pois este assume uma postura de controlador dos fluxos informacionais em todo o processo a ser implantado. Ao se apropriar, processar e depois disponibilizar a informação, aos demais agentes, o gestor local, responsável pela implantação do PMLL, está de forma direta sofrendo e realizando interferências no processo, ou seja, realizando a mediação da informação, logo, assume o papel de mediador da informação.

Estabelecida a relação entre o gestor local, responsável pela implantação do PMLL, e a mediação da informação, evidenciam-se as suas responsabilidades e a posição de destaque alcançada dentro do processo em si. O mediador deve assumir a função de facilitador, na busca de uma gestão participativa, onde sua interferência deve ser incessantemente evidenciada, de modo que todos os participantes do processo, percebam suas intenções e ideologias, e possam realizar suas interações de forma democrática, de outra forma, sua interferência pode ser entendida como manipulação.

Uma política pública do livro e leitura deve ter, essencialmente, como fundamento a democratização do acesso ao conhecimento e à informação. Sendo assim, a gestão participativa do Plano é o melhor caminho para atingir as metas e os objetivos que forem estabelecidos, garantindo a continuidade das ações por meio do acompanhamento da sociedade civil (BRASIL, 2006a, p. 13).

Esta pesquisa não esgota as infinitas possibilidades de outras leituras sobre o tema, mediação da informação e a construção de políticas públicas de incentivo ao livro e a leitura, concentradas nos Planos Municipais do Livro e Leitura. O intuito é estimular outras pesquisas

e propiciar a criação de um ambiente colaborativo que consiga realizar o aprofundamento teórico/reflexivo sobre este e outros temas relacionados a leitura e a escrita.

6 POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: LEIS PRECEDENTES AO PMLLB DE JARDINÓPOLIS

6.1 Constituição do Município de Jardinópolis - SP

A autonomia municipal instituída a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que elevou os municípios ao posto de ente federativo autônomo, é ressaltada por Sala (2018) como um marco divisório para a educação básica brasileira, pois a partir de então passa a ser administrada de forma direta pelos próprios municípios. A autonomia municipal frente a educação, que anteriormente era considerada, em sua maior parte, responsabilidade direta do Estado e União, cria um ambiente propício ao desenvolvimento de uma cultura educacional que realiza ações mais incisivas para o atendimento de suas necessidades locais.

A partir de então, a discussão, sobre o acesso ao LLB, de forma mais ampla e democrática, passa a ser tema recorrente nas formulações das políticas públicas municipais ligadas a área da cultura e educação.

Sala (2018) ressalta que até a promulgação da CF/88 os municípios detinham sistemas administrativos educacionais, mas não possuíam autonomia para a elaboração de normas ou políticas públicas próprias para o setor da educação. A partir da promulgação da CF/88 o cenário muda e os municípios passam a serem responsáveis diretos pela educação básica em seus estados.

O município de Jardinópolis pertencente a RMRP está geograficamente localizado no oeste do estado de São Paulo, e como já descrito anteriormente, apresenta um quadro socioeconômico com grandes desafios a serem superados com ênfase ao setor da educação.

A educação encarada como agente de transformação social, hoje, tem como pilares de sustentação a informação e sua mediação, sendo que este processo só se torna viável por meio do acesso democrático ao livro, leitura e a biblioteca. Dito isto, nada mais sensato do que avaliar as políticas públicas desenvolvidas no município paulista de Jardinópolis que tenham como propósito a construção de uma cultura de incentivo de acesso ao livro, leitura e a biblioteca e que devem estar concentradas em seu Plano Municipal de Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca.

Ao iniciarmos as buscas por políticas públicas voltadas ao LLB na esfera municipal jardinopolense, em um primeiro levantamento, não encontramos referências diretas a tais

temas, apenas algumas relações tênues vinculadas as dimensões da educação e cultura, como podemos observar no texto transcrito da Constituição Municipal de Jardinópolis, promulgada em 05 de abril de 1990, que em seu artigo 5º declara que privativamente o poder municipal constituído proverá “[...]ao seu peculiar interesse e ao bem-estar da sua população[...]” diretrizes, de ordem política, social, educacional, cultural, econômica, jurídica e administrativa, a serem observadas por todos seus moradores. Em seu inciso V é descrito o papel municipal frente a educação básica de seus munícipes, devendo “manter, com a cooperação técnica e financeira do Estado e da União, programas de educação pré-escolar e ensino fundamental” (JARDINÓPOLIS, 1990).

Reforçando esta temática voltada a educação no artigo 6º da Constituição Municipal de Jardinópolis está previsto a complementaridade por parte do município frente aos demais entes federativos (Estados e União), e em seu inciso V está descrito a responsabilidade do município em “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e ciência” (JARDINÓPOLIS, 1990).

No artigo 78º da já mencionada constituição está previsto que as ações administrativas e legislativas municipais obrigatoriamente devem ser voltadas para a melhoria de vida de seus munícipes. Em complemento ao artigo anterior destaca-se o 79º que prevê a atuação do poder público municipal em frentes sociais prioritárias que devem buscar a promoção da justiça social, sendo a educação elencada como a primeira frente a ser trabalhada em conjunto com a saúde. “Primordial e preferencialmente Educação e Saúde, são deveres essenciais do Município e direito dos cidadãos, aos quais serão amplamente assegurado acesso” (JARDINÓPOLIS, 1990).

O artigo 80º trata da estruturação da educação em modelos padrão de escolas para o atendimento dos munícipes desde a idade pré-escolar até o ensino médio (antigo 2º grau) perpassando pelo ensino profissionalizante e a educação de jovens e adultos (JARDINÓPOLIS, 1990).

No artigo 81º é tratado de forma específica a questão da erradicação do analfabetismo no município onde hipoteticamente nenhuma criança ou jovem em idade escolar deveria ficar longe da escola (JARDINÓPOLIS, 1990).

Já no 100º dispõem-se sobre o incentivo à livre manifestação cultural dos munícipes jardinopolenses, elencando os seguintes incisos a serem analisados (JARDINÓPOLIS, 1990):

- I. Criação, manutenção e abertura de espaços públicos devidamente equipados e capazes de garantir a produção, divulgação e apresentação cultural e artística;
- II. Desenvolvimento do intercâmbio cultural e artístico com entidades privadas, integração de programas culturais, visando o pleno funcionamento da Casa da Cultura;
- III. Acesso aos acervos das bibliotecas, museus, arquivos e congêneres;
- IV. Promoção de aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da cultura;
- V. Melhorando e aprimorando o museu municipal.

O inciso III trata especificamente dos acervos dos equipamentos culturais como bibliotecas, museus, arquivos etc. Destacamos que tais espaços não assumiram apenas os papéis de equipamentos culturais, mas também de equipamentos informacionais, onde as bibliotecas, museus e arquivos forma encarados como instrumentos fundamentais na mediação da informação junto a população local (JARDINÓPOLIS, 1990).

Ao analisarmos os referidos artigos e seus incisos da Constituição Municipal de Jardinópolis, podemos verificar que não existe uma clara harmonização entre a dimensão do que venha ser educação e/ou cultura. A informação e o conhecimento estão elencados como pressupostos direcionados a educação em contrapartida o lazer e o ócio estão direcionados a cultura e os seus desdobramentos. A figura do livro como fonte de conhecimento não aparece nos textos da constituição municipal, tão pouco é delimitado o espaço da biblioteca como um equipamento informacional que dá suporte a toda a estrutura educacional e cultural do município.

Estes pequenos destaques a luz da Constituição do município paulista de Jardinópolis, promulgada 2 anos após a Constituição Federal de 1988, são representativos no sentido de se perceber a importância debelada à questão do livro e leitura na esfera local. O incentivo à leitura não se manifesta de forma literal no texto apresentado e por conseguinte não tem efetividade, como sendo algo importante, no imaginário popular local, principalmente na faixa mais pobre da população, como demonstram os dados do IBGE (2019) em referência a taxa de escolarização fundamental, na faixa de idade entre 6 e 14 anos, no município.

6.2 Lei Municipal nº 1.678/1993

Em 22 de abril de 1993, foi promulgada a Lei nº 1.678 que “institui o dia do ‘Poeta Jardinopolense’ a ser comemorado no primeiro sábado do mês de maio” de cada ano. Esta lei prevê em seu parágrafo único do artigo 1º que “durante o mês de abril até a referida data de cada ano, as escolas municipais promoverão atividades culturais em comemoração ao evento”. Subentende-se que para a realização destas ações culturais que promoveram a figura do poeta jardinopolense nas escolas, os professores e os alunos obrigatoriamente tiveram que acessar e dialogar com as obras de tais artistas, por meios de seus poemas, peças, livros etc. Os equipamentos informacionais de apoio a grande parte do alunado, principalmente os atendidos pela rede pública de ensino, foram a biblioteca municipal e as bibliotecas/salas de leitura escolares, existentes à época. A partir desta lei iniciou-se a documentação de uma ação vinculante de acesso democrático ao LLB, mesmo sem uma transcrição literal em seu texto sobre o tema (JARDINÓPOLIS, 1993).

6.3 Lei Municipal nº 2.064/1997

No ano de 1997 foi sancionada a Lei Municipal n 2.064 que tornava obrigatório a colocação de dois jornais diários e duas revistas semanais na Biblioteca Pública Municipal Dr. João Batista Berardo (JARDINÓPOLIS, 1997).

Desta forma a Prefeitura Municipal deverá manter assinaturas de dois jornais diários e duas revistas semanais, todos de grande circulação nacional e colocá-los permanentemente na Biblioteca Pública Municipal Dr. João Batista Berardo – a disposição e leitura de estudantes e do público em geral (JARDINÓPOLIS, 1997).

Vemos que na referida lei, à época, houve, mesmo que de forma muito tímida e isolada, a iniciativa de se incentivar o uso da biblioteca municipal por todos os seus munícipes pois o texto descreve de forma literal que o propósito almejado é o atendimento das demandas informacionais estudantis e do público em geral, ou seja, além dos estudantes a população local tinha o direito de acessar o material da biblioteca. Ao disponibilizar o recurso informativo e cultural dos novos jornais e revistas o poder público municipal demonstra que em sua agenda de políticas públicas de cunho social ainda existia espaço para a construção de uma cultura de incentivo ao livro, leitura e a biblioteca (JARDINÓPOLIS, 1997).

6.4 Lei Complementar Municipal nº 001/2006 (Plano Diretor Municipal - PDM)

A cidade de Jardinópolis tem um Plano Diretor, Lei Complementar 01/2006, publicada em 05 de outubro de 2006, que em sua Seção VI, trata do tema específico da educação municipal. No artigo 116º do referido plano o texto é assertivo quanto a questão da qualidade do ensino que deverá ser proporcionada pelo município por meio da qualificação profissional dos educadores com vistas a “[...]formação profissional, pessoal e como cidadão dos jovens do município” (JARDINÓPOLIS, 2006).

O texto que descreve o artigo 117º aponta 12 diretrizes ligadas a área da educação (JARDINÓPOLIS, 2006).

- I. Construção de uma nova unidade escolar de educação infantil localizada no setor dos loteamentos São Gabriel, Morumbi e adjacências;
- II. Instituir o Programa Escola da Família que consiste na abertura das Escolas nos finais de semana, ficando à disposição das famílias para utilizarem a área para lazer;
- III. Desenvolver programas de aperfeiçoamento e atualização profissional com o intuito de aprimorar a formação dos professores;
- IV. Oferecer e garantir estrutura física adequada nos edifícios escolares, como também, equipamentos, recursos e materiais básicos necessários ao desenvolvimento e a prática de atividades esportivas, culturais e de lazer;
- V. Informatizar a rede municipal de ensino, tanto setor administrativo, quanto garantir a inclusão digital dos alunos;
- VI. Promover atividades extracurriculares para que o aluno permaneça por um período mais longo em contato com a escola, realizando aulas de pintura, música, dança, teatro, culinária, tapeçaria, reforço escolar, e atividade de esporte e lazer entre outros;
- VII. Garantir transporte gratuito para os alunos da Zona Rural;
- VIII. Implantar planos e projetos para se reduzir a evasão escolar;
- IX. Promover programas para integrar família, escola e comunidade;
- X. Implantar medidas para se elevar os índices de aprovação e diminuir os índices de reprovação, como aulas de reforço;
- XI. Erradicar o analfabetismo;
- XII. Continuar a promover a distribuição de uniformes e materiais complementares em todos os níveis do Ensino municipal.

Fica explicito pela transcrição na íntegra do texto destinado à educação e em suas 12 diretrizes descritas no PDM de Jardinópolis que a preocupação com a criação de uma cultura

direcionada ao LLB é inexistente. De forma genérica o referido plano em sua décima primeira diretriz alega ter como meta a erradicação do analfabetismo, mas não é observado ao longo de todo o restante do documento a descrição de uma metodologia a ser adotada para o atingimento da referida meta. Subentende-se que a formulação de uma cultura de incentivo ao LLB devesse estar contida nesta diretriz, mas não é o que acontece, não sendo possível constituir um posicionamento afirmativo sobre o tema, uma vez que não existem elementos constitutivos no texto que possam balizar tal afirmação (JARDINÓPOLIS, 2006).

No artigo 123º do PDM é proposto a implantação da Política Municipal de Cultura que em seu inciso V dispõe sobre a ampliação e renovação do acervo da Biblioteca Municipal Dr. João Batista Berardo. Novamente o tema LLB tem uma abordagem muito tênue pelo poder público municipal. “[...]Ampliar e renovar o acervo da Biblioteca Municipal Dr. João Batista Berardo”, este pequeno trecho destacado é a única menção direta ao tema em um documento que conta com mais de 63 páginas, demonstrando, mais uma vez, o olhar enviesado que o poder municipal instituído, à época, demonstrava. No Plano Diretor não há, por exemplo, a menção às bibliotecas e/ou salas de leitura escolares, isso já passadas quase duas décadas desde a promulgação da Constituição Municipal (JARDINÓPOLIS, 2006).

6.5 Lei Municipal nº 3.653/2010

A Lei n 3.653 publicada, pelo município paulista de Jardinópolis, em 04 de maio de 2010, “dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Cultura (FMC) e dá outras providências”, e tem como principal objetivo regulamentar um fundo municipal destinado ao setor a cultura, sendo este responsável por “[...]gerar recursos destinados à promoção do desenvolvimento cultural no Município, com consequente possibilidade de apoiar financeiramente” (JARDINÓPOLIS, 2010):

- a) Programas de Formação Cultural, a realização de cursos e oficinas e concessão de bolsas de estudo na área de sua atuação;
- b) Manutenção de grupos artísticos;
- c) Manutenção, reforma e ampliação de espaços culturais;
- d) Projetos de difusão cultural, incentivar turnês artísticas do Município, realização de Festivais, Mostras ou Circuitos Culturais ou apresentação de artistas nacionais e internacionais;
- e) Pesquisas acerca da produção, difusão, comercialização ou recepção das atividades culturais;

Nesta lei observamos a preocupação do poder público em fomentar uma parceria público privada em busca de recursos que auxiliem o município no seu desenvolvimento cultural. Ação é positiva pois propunha um posicionamento mais aberto a discussão por parte do poder público instituído, promoveu, de certa forma, o incentivo as artes e ações culturais por parte dos atores locais. O texto é escrito de forma muito genérica e isto para política pública é muito ruim, pois neste caso, ao não especificar o entendimento sobre o que venha ser cultura e seus desdobramentos para a referida lei, torna o texto ambíguo e superficial, o conceito de cultura fica à deriva em um mar de possibilidades e interpretações e isso, por fim, restringe o raio de ação da lei em questão (JARDINÓPOLIS, 2010).

Aprofundando a reflexão a respeito da Lei n 3.653/10 de Jardinópolis, observamos que este tipo de generalização, empregado na lei, carrega em si uma série de questões que não podem simplesmente serem deixadas de lado, como se houvesse um consenso prévio sobre os conceitos nela utilizados e/ou como se a população de uma forma geral já dominasse o assunto em pauta. Como não existe expressamente no verbete da lei a conceituação do termo cultura, o seu entendimento e possíveis desdobramentos ficam prejudicados (JARDINÓPOLIS, 2010).

Sendo assim, não é possível identificar quais atores sociais participariam da proposição, formulação e utilização dos “programas de formação cultural”, “realização de cursos e oficinas culturais”, “manutenção de grupos artísticos”, “manutenção, reforma e ampliação de espaços culturais”, “projetos de difusão cultural”, “produção, difusão, comercialização ou recepção das atividades culturais”, elementos em destaque que estão como objetivos a serem alcançados a partir da referida lei (JARDINÓPOLIS, 2010).

A proposição de um ambiente de discussão voltado ao desenvolvimento sociocultural local é muito importante para toda a sociedade, mas as políticas públicas devem ser transparentes e equilibradas, formando uma espécie de escudo de proteção principalmente aos grupos sociais mais vulneráveis. O tema LLB assume um papel de vanguarda quando estão inseridos de forma explícita na formulação das ações sociais, culturais e/ou educacionais. Infelizmente é algo que não ocorre na lei analisada, não sendo possível estabelecer uma relação direta entre o tema LLB e a lei em questão (JARDINÓPOLIS, 2010).

6.6 Lei Municipal nº 3.815/2011

Observamos a Lei Municipal nº 3.815 de 05 de julho de 2011 que se “dispõe sobre a criação e elevação de cargos na tabela constante do anexo I da Lei nº 1702/93, com suas posteriores alterações, dando outras providências”. A lei em questão, trata de forma direta sobre a criação e/ou ajuste do quadro efetivo de funcionários públicos municipais. Por meio deste ato, foi criado o cargo de bibliotecário municipal, com destaque para o número total de vagas (apenas uma), também fora criado, neste mesmo ato, o cargo de Médico I – Ultrassonografista (JARDINÓPOLIS, 2011).

O preenchimento das vagas fora realizado por meio de concurso público municipal, devendo o titular da vaga de bibliotecário exercer sua função respeitando uma jornada de trabalho de 40h semanais, também fica instituído a obrigatoriedade, de comprovação, por parte do candidato, do título de Bacharel em Biblioteconomia e de seu Registro no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB). No texto que segue, estão descritas as atribuições necessárias ao exercício do cargo de bibliotecário, à época, na cidade de Jardinópolis, estado de São Paulo (JARDINÓPOLIS, 2011).

Ao Bibliotecário serão cometidas as atribuições dentre outros serviços, o de disponibilizar informação em qualquer suporte; gerenciar unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas; o processamento técnico, atividades culturais, gerenciamento de recursos e atendimentos às necessidades da comunidade, agregando valores sociais, culturais e de cidadania dentro dos planos administrativos de apoio à Educação e à Cultura (JARDINÓPOLIS, 2011).

6.7 Lei Municipal nº 3.967/2012 – Sistema Municipal de Cultura (SMC)

A Lei nº 3.967 promulgada no município paulista de Jardinópolis em 06 de novembro de 2012, “dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Jardinópolis, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências” (JARDINÓPOLIS, 2012).

Diferente das leis anteriormente apresentadas, a Lei n 3.967/12 traz concepções claras sobre as dimensões culturais as quais o texto defende, não deixa dúvida quanto ao conceito de cultura apresentado e nomeia quais são os atores e os setores que estão contemplados no texto apresentado. Já em seu primeiro artigo a lei informa que, à época, o município por meio

do Sistema Municipal de Cultura, mantinha um alinhamento às políticas instituídas pelo governo federal, no setor cultural, direcionadas pelo Sistema Nacional de Cultura (JARDINÓPOLIS, 2012).

O Sistema Municipal de Cultura – SMC integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil (JARDINÓPOLIS, 2012).

Ao descrever a finalidade da cultura no seio municipal a referida lei objetiva a promoção local do desenvolvimento humano, social e econômico das pessoas por meio do pleno exercício de seus direitos culturais. Em seus artigos subsequentes 2, 3 e 4 da lei 3.967/12 é descrito o papel que o poder público municipal deve exercer, “[...]devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Jardinópolis”, e a importância estabelecida a cultura, sendo descrita como “[...]um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz[...]” (JARDINÓPOLIS, 2012).

No artigo 5º estabelece-se a divisão de responsabilidade entre o poder público municipal e a sociedade local em “planejar”, “fomentar”, “assegurar”, “promover”, “valorizar”, “estabelecer” e “desenvolver” ações culturais nas dimensões materiais e imateriais pautadas no interesse público e na diversificação cultural existente no município (JARDINÓPOLIS, 2012).

Ao estabelecer, no artigo 6º, as diretrizes para o planejamento de políticas públicas municipais para a área da cultura, a Lei 3.967/12 estabelece que o poder público deve (JARDINÓPOLIS, 2012):

- I. assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- II. universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- III. contribuir para a construção da cidadania cultural;
- IV. reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- V. combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

- VI. promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
- VII. qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
- VIII. democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
- IX. estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
- X. consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
- XI. intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
- XII. contribuir para a promoção da cultura da paz.

O 6º artigo é de suma importância para nosso trabalho uma vez que fica registrado em seu texto como o poder público municipal transforma a sua agenda em política pública efetiva. Ao evidenciar a sua intencionalidade, o poder público local, cria prerrogativas priorizadas, mesmo que de forma involuntária, para que certos temas ultrapassem a barreira institucional de agenda e possa vir, quem sabe no futuro, tornar-se uma política pública implementada (JARDINÓPOLIS, 2012).

Os artigos 7º, 8º e 9º, da referida lei, estabeleceram pontes entre o setor público e privado, com a proposição de parcerias público-privadas que deveriam demonstrar benefícios para ambos os lados, em busca da otimização dos gastos públicos e do aproveitamento das competências profissionais dos atores envolvidos em todo processo. Buscou-se a construção de um ambiente plural e transversal de discussão sendo proposto uma aproximação entre as políticas públicas voltadas a cultura e outras vinculadas à “educação”, “comunicação social”, “meio ambiente”, “turismo”, “ciência e tecnologia”, “esporte”, “lazer”, “saúde” e “segurança pública”. Tal proposição só se tornaria viável a partir de um ambiente que preservasse individualmente a liberdade política, econômica e social de cada munícipe, além de garantir a oportunidade de acesso democrático e amplo, por parte destes, à “[...]saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos[...]” (JARDINÓPOLIS, 2012).

Em consonância ao artigo anterior no 10º (JARDINÓPOLIS, 2012) é observado que “[...]cabe ao poder público municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:”

- I. o direito à identidade e à diversidade cultural;
- II. livre criação e expressão;
 - a- livre acesso;

- b- livre difusão;
 - c- livre participação nas decisões de política cultural.
- III. o direito autoral;
- IV. o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

A concepção do que venha ser o conceito de cultura é controversa, datada historicamente e não há um consenso sobre sua definição. Ao observarmos o texto que dá corpo a Lei n 3.967/12 do município paulista Jardinópolis fica evidente sua conceituação que descreve o termo cultura a partir de uma perspectiva tridimensional de natureza: simbólica, cidadã e econômica (JARDINÓPOLIS, 2012).

A Dimensão Simbólica da Cultura está relacionada aos “[...]bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Jardinópolis abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local[...]” (JARDINÓPOLIS, 2012).

A Dimensão Cidadã da Cultura serve como base de sustentação para a diminuição do abismo social onde “[...]os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais”. Nesta dimensão o poder público instituído deve garantir a democratização de acesso aos equipamentos e recursos culturais que o município dispõe. Fica aqui também instituída as diretrizes para a “criação”, “produção”, “formação”, “expansão”, “ampliação”, “difusão” e “fruição” dos valores culturais locais. Nesta dimensão também se estabelece o direito à identidade e à diversidade cultural (JARDINÓPOLIS, 2012).

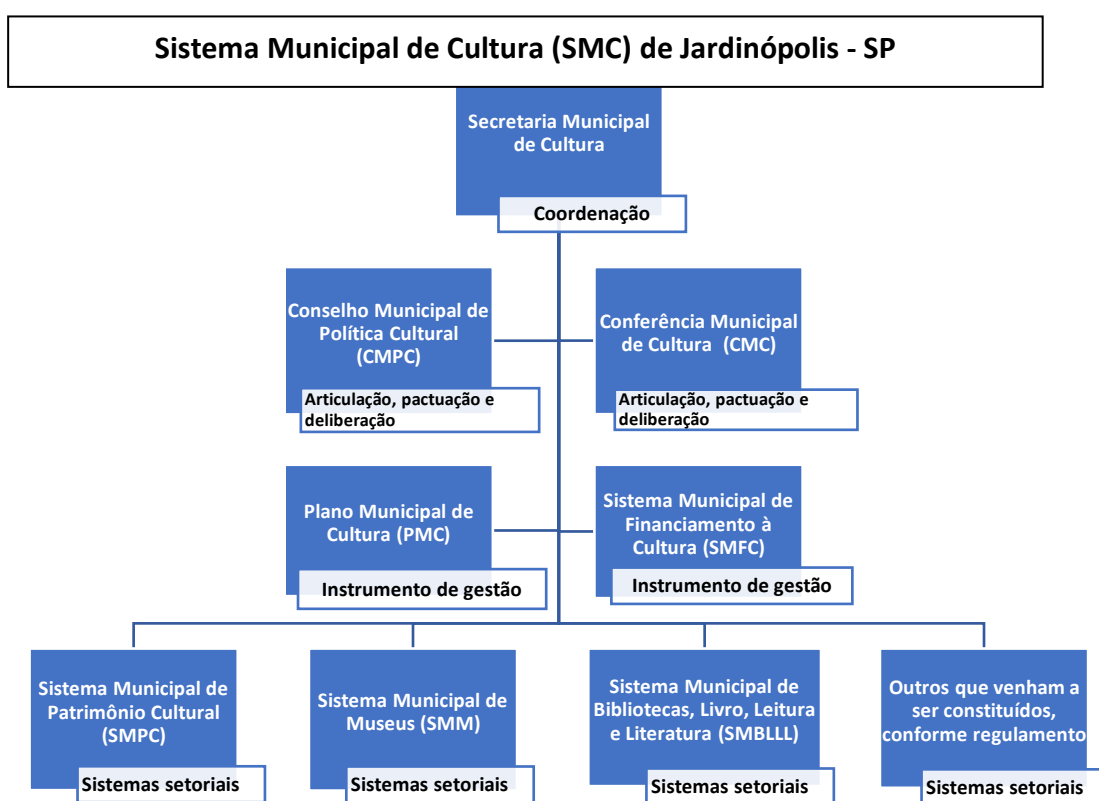
A Dimensão Econômica da Cultura prevê o respaldo do poder público municipal no sentido de criar e garantir condições para a fomentação de uma indústria cultural que promova um ambiente voltado a inovação e criatividade sendo este um “[...]local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais” (JARDINÓPOLIS, 2012).

Os bens culturais são revestidos de ideias, valores e sentidos, sendo desta forma constituídas identidades e diversidades culturais. Toda a estrutura cultural do município deve se apoiar em uma cadeia produtiva específica, de localidade para localidade, ou seja, cada

município tem suas particularidades e uma cadeia cultural produtiva de identidade própria. O estímulo ao desenvolvimento de bens, produtos e serviços só acontece por meio da geração de conhecimento local que deve ser compartilhado por todos. Este mecanismo cultural atua em frentes de apoio aos artistas locais que devem ter assegurados os seus direitos autorais, mas não podemos perder de vista que mais importante que o valor mercantil o valor sociocultural deve prevalecer em toda esta estrutura (JARDINÓPOLIS, 2012).

O Sistema Municipal de Cultura (SMC) está estruturado conforme organograma descrito:

Figura 2 - Organograma do Sistema Municipal de Cultura (SMC) de Jardinópolis



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

O Sistema Municipal de Cultura (SMC) é fundamental para a gestão da política pública municipal de cultura que por meio do Plano Municipal de Cultura (PMC) promove junto aos outros entes federativos (União, Estados e Distrito Federal) um processo de interlocução que busca um diálogo entre as “[...]respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil” (JARDINÓPOLIS, 2012).

O Sistema Municipal de Cultura – SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de

informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos (JARDINÓPOLIS, 2012).

A Lei Municipal n 3.967/12 é de suma importância para o desenvolvimento de uma cultura de incentivo ao LLB na cidade de Jardinópolis, pois ao ser estabelecido o Sistema Municipal de Cultura (SMC), pela referida lei, evidenciou-se a necessidade de um particionamento, deste sistema maior em outros subsistemas menores chamados de Sistemas Setoriais, a fim de se realizar o tratamento de questões mais complexas e específicas. Dentre os subsistemas que compõe o SMC de Jardinópolis, destaca-se o Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura (SMBLLL), órgão colegiado com participação obrigatória de membros da sociedade civil local, que tem por finalidade “[...]propor diretrizes para elaboração das políticas próprias referentes às suas áreas e subsidiar nas definições de estratégias de sua implementação” (JARDINÓPOLIS, 2012).

Ao delimitar o tema livro, leitura, literatura e biblioteca como algo importante para seus munícipes, a Lei Municipal n 3.967/12, demonstrou-se, à época, na vanguarda cultural, educacional e social de seu município. A proposição de um colegiado específico para tratar do tema, ressalta a importância relegada ao mesmo, por parte do poder público instituído, e acaba por influenciar, de forma positiva, o imaginário da população, ao incentivar o gosto pelo ato da leitura e a adoção do hábito de frequentar bibliotecas e/ou salas de leitura. Deste feito ganha destaque como precursora do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de Jardinópolis (JARDINÓPOLIS, 2012).

6.8 Lei Municipal nº 4.261/2015

A Lei Municipal nº 4.261, promulgada em 24 de março de 2015 e com redação posteriormente acrescida/alterada pela Lei Municipal nº 4.404 de 06 de dezembro de 2016, “Institui no Município de Jardinópolis, a Semana Cultural Neco Rosseto”, ação que busca incentivar atividades culturais locais e regionais. Dentre as 9 atividades apresentadas na referida lei destacamos a 9ª que discorre sobre a “[...]literatura, para formação de leitores e escritores, com atividades de contação de histórias e outras, nas bibliotecas e salas de leitura, gincanas literárias e concursos de estímulo à escrita”. Percebe-se ao longo do texto da referida

lei a intencionalidade de aproximar a população da biblioteca e por conseguinte ao livro e a leitura. A cultura é pensada em sua dimensão social e o coletivo se sobressai frente ao individual, a utilização coletiva dos ambientes é bem-vinda no sentido de estimular as seguintes atividades (JARDINÓPOLIS, 2016):

- I - Exposição de trabalhos manuais, artesanais e artísticos;
- II - Apresentação de danças regionais;
- III - Dramatizações;
- IV - Encontro de violeiros e festivais de música;
- V - Palestras e visitação a locais com destaque cultural no município;
- VI - Exibição de filmes;
- VI - Exibição de filmes e estímulo às produções comunitárias, com instruções e concursos;
- VII - Exposição e mostra de fotografias;
- VIII - Gastronomia.
- IX - Literatura, para formação de leitores e escritores, com atividades de contação de histórias

6.9 Lei Municipal nº 4.469/2018

Em 15 de maio de 2018 foi promulgada a Lei nº 4.469 que “dispõe sobre a elevação do cargo de bibliotecário, constante do anexo I da Lei nº 1.702/93, com suas posteriores alterações, dando outras providências”. A referida lei eleva o número total de vagas destinadas ao cargo de bibliotecário nos quadros municipais, elevando em 100% a dotação anterior, mas em números absolutos verificamos que a ação é ainda estava muito aquém das reais necessidades da rede municipal de ensino e cultura pois elevou o quadro anterior de 01 (um) para 02 (dois) bibliotecários (JARDINÓPOLIS, 2018a).

6.10 Lei Municipal nº 4.493/2018

Um marco histórico em referência ao LLB para o município de Jardinópolis é a instituição da Lei nº 4.493 de 18 de julho de 2018 que “institui a Semana Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca – Dr. João Baptista Berardo no calendário de eventos do município de Jardinópolis, a ser promovida na última semana do mês de abril de cada ano, incluindo os dias 23 a 27” (JARDINÓPOLIS, 2018b).

A referida lei em seu artigo 1º institui um calendário anual de promoção do LLB no município, informa que esta ação é um desdobramento dos fins e objetivos estabelecidos pelo Sistema Municipal de Cultura (SMC) implementado pela Lei Municipal nº 3.967/12. A lei nº 4.493/18 tornou-se uma realidade a partir do empenho da sociedade civil organizada, poder legislativo, representado pelos vereadores municipais e do poder executivo, representado pelo prefeito municipal. O destaque deste artigo fica a cargo da parceria entre as secretarias da cultura e educação que passam a ser conjuntamente responsáveis pela promoção anual do evento (JARDINÓPOLIS, 2018b).

No artigo 2º são descritos os objetivos da “Semana Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca – Dr. João Baptista Berardo”, sendo eles (JARDINÓPOLIS, 2018b):

- I. Celebrar o livro nas suas diversas formas como os tradicionais impressos, livros digitais e/ou eletrônicos, áudio-livros, digitais-daisy e livros em braille, contribuindo assim para valorizar sua importância e de seus autores no imaginário da população de Jardinópolis e Jurucê e chamar atenção para importância do livro e o direito a leitura como bem educacional e cultural essencial. E destacar a importância do LLB como vetores de conhecimento para formação de cidadania, desenvolvimento da sociedade e crescimento intelectual do indivíduo do nosso Município, e que bons livros transmitem conhecimento dos saberes, ajudam a desenvolver senso crítico, transmitem cultura, melhoram a escrita e tornam a leitura prazerosa.
- II. Valorizar o livro e a biblioteca e incentivar a prática da leitura e conscientizar a população do município de Jardinópolis quanto aos benefícios da leitura por meio de diversas atividades culturais, sociais, educativas e proporcionar mais uma opção de lazer aos munícipes e turistas.
- III. Celebrar no dia 23 de abril de cada ano a "Noite dos Livros e das Rosas", contribuindo com a democratização do acesso ao livro e estímulo à leitura em Jardinópolis, evento inspirado na antiga tradição Catalã de festas realizadas no mês de abril, em que os livros são trocados por rosas em eventos ligados à leitura e literatura;
- IV. Homenagear anualmente, no dia 27 de abril, o munícipe e escritor João Baptista Berardo, nascido em 27 de abril de 1927 em Jardinópolis, e presente por muito tempo no convívio de nossa comunidade. Autor de importantes livros, publicações de artigos em jornais locais e nacionais, membro da Academia Ribeirão-pretana de Letras e que dá o nome à Biblioteca Municipal de Jardinópolis;
- V. Realizar a Feira Municipal do Livro, evento de caráter cultural, educacional e social, destinado à promoção e divulgação de publicações e obras municipais, regionais e de outros locais, realização de debates, painéis e atividades artísticas, organizados pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo em parceria com a Secretaria Municipal da Educação.

- VI. Considerar a multiplicidade de práticas de leitura/escrita, valorizar a importância dos livros tradicionais impressos e desenvolver atividades para orientar e estimular o leitor em relação ao acesso a outras formas inovadoras de leitura, utilizando novas tecnologias como os livros digitais, digitais-daisy e sobre os diversos equipamentos, dispositivos, plataformas, formatos, programas e aplicativos existentes.
- VII. Além das atividades descritas nos incisos I a VII deste artigo, poderão ser desenvolvidas ainda nos dias da "SEMANA MUNICIPAL DO LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECA - DR. JOÃO BAPTISTA BERARDO" diversas outras atividades relacionadas ao LLB, como:
- a) Participação ativa das escolas nas atividades diversificadas da semana;
 - b) Desenvolver atividades nas bibliotecas/salas de leitura com estímulo à realização de palestras e debates com escritores e outros; integrados à visita de turmas de estudantes das escolas do município.
 - c) Incentivar a visita às bibliotecas/salas de leitura escolares e à biblioteca municipal;
 - d) Realização de atividades como festivais, concursos, elaboração de cursos e oficinas de criação literária, exposição de textos nas bibliotecas/salas de leitura da rede municipal de ensino, na biblioteca municipal e na feira do livro;
 - e) Implementar ações de incentivo e acesso à leitura;
 - f) Palestras interativas, saraus literários, montagem de exposições e vernissage;
 - g) Valorização dos autores do município;
 - h) Realização de atividades também no Distrito de Jurucê (JARDINÓPOLIS, 2018b).

A Lei 4.493/18 está alinhada ao PNLL e a PNLE, ao evidenciar a importância do LLB como bens essenciais para a cultura e a educação da população em geral, com ênfase aos socialmente mais vulneráveis. O livro não é mais vislumbrado somente a partir de seu suporte físico, e sua intencionalidade ultrapassa as ações educacionais e/ou culturais, assumindo uma identidade social, e em um sentido mais amplo, pode ser almejado como uma espécie de portal, que tem o poder de quebrar as amarras sociais, podendo propiciar a ascensão social de uma camada da população até então desassistida de seus mais elementares direitos (JARDINÓPOLIS, 2018b).

Ao incentivar a leitura, valorizar o livro e estimular o uso amplo e democrático da biblioteca, a lei 4.493/18 evidencia uma nova fase vivenciada pelo município paulista de Jardinópolis que a partir da organização de alguns setores de sua sociedade civil conseguiu estimular a construção de ambientes plurais de permanente reflexões e discussões sobre temas relevantes para a sua sociedade. Os principais canais de interação entre a sociedade civil organizada e o poder público instituído são as audiências públicas, fóruns, grupos de discussão e coletivos populares (JARDINÓPOLIS, 2018b).

Tais canais conseguem construir mecanismos de interação junto ao poder público municipal, resultando na construção de políticas públicas participativas que buscam a diminuição do abismo social, educacional e cultural vivenciado por grande parte da população de Jardinópolis – SP. Considerados vetores do conhecimento dentro da sociedade, o livro, leitura e a biblioteca promovem a cidadania, estimulam o “[...]desenvolvimento da sociedade e crescimento intelectual do indivíduo, [...]livros transmitem conhecimento dos saberes, ajudam a desenvolver senso crítico, transmitem cultura, melhoram a escrita e tornam a leitura prazerosa” (JARDINÓPOLIS, 2018b).

O processo de democratizar o acesso ao LLB proposto pela Lei Municipal 4.493/2018 de Jardinópolis é de grande relevância à sua população, pois se efetivamente a lei for implementada no dia a dia do município, será possível disponibilizar uma ampla gama de recursos (livros, revistas, jornais etc.), em diversos tipos de equipamentos culturais/educacionais/informacionais (bibliotecas públicas, bibliotecas escolares, bibliotecas comunitárias, salas de leitura etc.), tendo por finalidade a emancipação intelectual de seus munícipes, em um processo dialógico em que ocorre a apropriação e mediação da informação, sendo necessário, para isso, uma postura crítica e transparente sobre o objeto analisado (leitura individualizada/crítica do mundo) (JARDINÓPOLIS, 2018b).

Existe um simbolismo representativo, muito forte, nas datas escolhidas para a comemoração anual da Semana Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca (SMLLB) da cidade de Jardinópolis – SP. Neste período, entre os dias 23 e 27 de abril, acontece anualmente, a Feira Municipal do Livro (FML) de Jardinópolis – SP que prioriza a promoção e a divulgação da cena cultural, educacional e artística local/regional, agregando assim valor às obras, artistas e escritores locais/regionais, sem deixar de lado, é claro, o contato com as obras e autores de relevância nacional e internacional (JARDINÓPOLIS, 2018b).

O dia 27 de abril é o dia de encerramento das atividades da SMLLB e tem como o grande homenageado o escritor jardinopolense Dr. João Baptista Berardo que inclusive dá nome a referida feira, autor reconhecido na cidade e na região, consegue compor o sentimento de pertencimento e proximidade tão necessários à identificação e adesão popular e por conseguinte sucesso do evento e o incentivo ao gosto pela leitura (JARDINÓPOLIS, 2018b).

O esforço coletivo para o desenvolvimento de uma cultura que classifica o livro como um agente de transformação social, cultural e educacional é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e menos perversa. As bibliotecas, principalmente públicas e escolares, desempenham papéis cruciais dentro da sociedade informacional, que é o da democratização da informação e a formação de cidadãos críticos. As bibliotecas têm hoje o seu raio de ação exponenciado, por vários fatores que estão ligados de forma direta ou indireta a necessidade de inovação constante (processo, produto e pessoas). As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), são ferramentas indispensáveis para a construção de um ambiente atrativo e acolhedor, para os novos modelos de bibliotecas, principalmente aqueles que pretendem atender as necessidades informacionais das gerações contemporâneas mais jovens, sendo que tais ferramentas também podem trazer inúmeros benefícios, para o próprio poder público, como os de ordem econômica (baixo custo de manutenção) e os operacionais (atendimento simultâneo de várias pessoas) (JARDINÓPOLIS, 2018b).

6.11 Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual

O município paulista de Jardinópolis, assim como os demais municípios brasileiros, deve obrigatoriamente por força de lei e a luz da CF/88, realizar quadrienalmente o seu Plano Plurianual (PPA), que visa o planejamento, orçamentação e o estabelecimento de diretrizes, em linhas gerais, das futuras ações públicas municipais, descrevendo as formas, os prazos e os setores da sociedade local ao qual os recursos públicos serão empregados. Sendo necessário empregar, por parte do poder público instituído, uma postura diferenciada no sentido de regulamentar e implementar seu PPA, pois além de respeitar as normas e as leis de cunho orçamentário o PPA deve proporcionar o desenvolvimento positivo dos indicadores sociais, educacionais e culturais, ou seja, melhorar as condições de vida das pessoas dentro dos municípios (BERCOVICI, 2015).

Atender as exigências da Lei Federal Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não estourando o teto de gastos, vinculados aos orçamentos preestabelecidos aos municípios, é uma obrigação e deve estar contida dentro do PPA de cada cidade. Por outro lado, minimizar as ações e diretrizes estabelecidas no PPA, simplesmente, à ação direta da execução orçamentária municipal, é no mínimo, evidenciar uma postura reducionista sobre o tema, com possíveis desdobramentos negativos como, por exemplo, a inibição do desenvolvimento de ações e políticas públicas de médio e longo prazo. Sendo necessário salientar que obrigatoriamente o PPA “[...]tem duração de quatro anos, iniciando-se no segundo ano do mandato político e terminando no segundo ano do mandato seguinte – visando a garantir a continuidade do planejamento e das políticas públicas”, ultrapassando assim as intenções das legendas partidárias (SILVA; AMORIN, 2012).

O planejamento não pode ser reduzido ao orçamento por um motivo muito simples: porque perde sua principal característica, a de fixar diretrizes para a atuação do Estado. Diretrizes estas que servem também de orientação para os investimentos do setor privado. O PPA é uma simples previsão de gastos, que pode ocorrer ou não, sem qualquer órgão de controle da sua execução e garantia nenhuma de efetividade. A redução do plano ao orçamento é apenas uma forma de coordenar mais racionalmente os gastos públicos, não um verdadeiro planejamento, voltado ao desenvolvimento, ou seja, à transformação das estruturas socioeconômicas do país. [...]Esta limitação da atividade planejadora exclusivamente às dotações orçamentárias é agravada pelas restrições impostas, recentemente, à atuação do Estado em todos os níveis pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Independentemente do mérito de buscar o controle dos gastos públicos, impedindo o seu desperdício, esta lei, visivelmente, impõe uma política de equilíbrio orçamentário a todos os entes da Federação. A única política pública possível passa a ser a de controle da gestão fiscal (BERCOVICI, 2015, p. 32).

Além do PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são instrumentos que auxiliam a gestão orçamentária pública e dão suporte para a elaboração de políticas públicas assertivas que realmente contarão com dotação orçamentária e efetivamente poderão ser colocadas em práticas.

A LDO e a LOA são instrumentos públicos considerados de curto prazo, com validade de apenas um ano, ou seja, anualmente devem ser renovadas, e diferenciam-se, entre si, basicamente pelo caráter da fundamentação de seus objetivos.

Segundo Costa, Pares e Vall, (2006, *apud* Silva; Amorin, 2012, p. 435) a LDO tem como objetivo principal a definição das prioridades gerais (diretrizes), do poder público instituído, para o próximo ano do governo (próximo exercício), sendo que “[...]a lei de diretrizes orçamentárias, instrumento de curto prazo, é válida para um exercício financeiro – que coincide com o ano civil, compreendendo o período de 1º. de janeiro a 31 de dezembro.”

Já a LOA atua de forma mais específica e viabiliza-se com base na previsão das receitas orçamentárias previstas a comporem os cofres públicos, e que tem, principalmente, como fonte financeira, os recursos advindos da arrecadação de tributos municipais. Na LOA há a descrição detalhada, em um formato orçamentário, das ações proposta no PPA para o próximo ano de mandato governamental. Sendo que a LOA ou “[...]lei orçamentária anual, é também válida para um exercício fiscal”, ou seja, período de 12 meses (COSTA; PARES; VALL, 2006, *apud* SILVA; AMORIN, 2012, p. 435).

No caso específico, do município paulista de Jardinópolis, a tríade, PPA, LDO e LOA, ganha ainda mais destaque ao ser discutida à luz do orçamento participativo, exercido no município, e que segundo Santos e Avritzer (2002, *apud* AVRITZER, 2003) pode ser entendido como:

[...]uma forma de rebalancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa baseada em quatro elementos: a primeira característica do OP é a cessão de soberania por aqueles que a detêm enquanto resultado de um processo representativo a nível local. A soberania é cedida a um conjunto de assembleias regionais e temáticas que operam a partir de critérios de universalidade participativa. Todos os cidadãos são tornados, automaticamente, membros das assembleias regionais e temáticas com igual poder de deliberação; em segundo lugar, o OP implica na reintrodução de elementos de participação a nível local, tais como assembleias regionais e de elementos de delegação, tais como os conselhos, a nível municipal representando, portanto, uma combinação dos métodos da tradição de democracia participativa, em terceiro lugar, o OP baseia-se no princípio da auto regulação soberana, isso é, a participação envolve um conjunto de regras que são definidas pelos próprios participantes, vinculando o OP a uma tradição de reconstituição de uma gramática social participativa na qual as regras da deliberação são determinadas pelos próprios participantes; em quarto lugar, o OP se caracteriza por uma tentativa de reversão das prioridades de distribuição de recursos públicos a nível local através de uma fórmula técnica (que varia de cidade de cidade para cidade) de determinação de prioridades orçamentárias que privilegia os setores mais carentes da população. As primeiras experiências de OP associam o princípio de carência previa no acesso a bens públicos a um maior acesso a esses mesmos bens (SANTOS; AVRITZER, 2002, *apud* AVRITZER, 2003).

O município paulista de Jardinópolis, pauta-se no artigo 48, Parágrafo Único da Lei Federal Complementar nº 101/00, popularmente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, para exercer junto à sua população audiências públicas com o objetivo de expor e referendar anualmente o seu Orçamento Participado (OP). O governo público instituído, legitima suas ações por meio do OP, que dialoga diretamente com a sociedade atual e tenta se desvencilhar das amarras impostas pelo velho tradicionalismo político. As palavras de ordem passam a ser: descentralização dos mecanismos de tomada de decisão e empoderamento da sociedade civil, estas diretrizes foram instituídas e colocadas em prática, pela primeira vez no Brasil, pelo “[...]governo do Partido dos Trabalhadores na cidade de Porto Alegre (1989-2002)” (AVRITZER, 2003).

Jardinópolis vem exercitando, ao longo destes últimos anos, este modelo inovador de gestão pública, sendo formulado anualmente um edital de audiência pública, com ampla divulgação, nos principais meios de comunicação e mídias sociais, a fim de convocar toda a população do município a participarem das discussões para a elaboração/alteração do PPA, LDO E LOA dos próximos exercícios.

A sociedade civil organizada e o poder público instituído apresentam propostas de novas políticas públicas, com o intento de atender as demandas da sociedade de forma mais ágil e assertiva. O ambiente plural promovido pela adoção do Orçamento Participativo, dá legitimidade as decisões tomadas, uma vez que, tanto a sociedade civil quanto o poder público, hipoteticamente, teriam o mesmo peso político nas tomadas de decisões que utilizam este modelo de gestão pública. A parceria firmada, entre poder público instituído e a sociedade civil organizada, promove a construção de um ambiente de discussão permanente, plural e democrático. No caso específico de Jardinópolis e de suas recentes políticas públicas voltadas ao LLB, podemos destacar as quatro últimas ações/metastas instituídas (JARDINÓPOLIS, 2018c):

LDO: Exercício 2019

- I. Unidade executora: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
 Função: Cultura
 Subfunção: Difusão cultural
 Programa: Acesso e fomento a leitura
 Atividade: Reforma e adequação da Biblioteca Municipal “João Baptista Berardo”

Produto: Reforma e adequação da biblioteca
Custo financeiro para o exercício: R\$ 200.000,00

- II. Unidade executora: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Função: Cultura
Subfunção: Difusão cultural
Programa: Acesso e fomento a leitura
Atividade: Reforma e adequação da Biblioteca Municipal “João Baptista Berardo”
Produto: Aquisição de livros para a Biblioteca Municipal
Quantidade (metafísica): 788 unidades
Custo financeiro para o exercício: R\$ 20.000,00
- III. Unidade executora: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Função: Cultura
Subfunção: Difusão cultural
Programa: Acesso e fomento a leitura
Atividade: Realização da Semana Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca “João Baptista Berardo”
Produto: Eventos culturais
Custo financeiro para o exercício: R\$ 109.500,00
- IV. Unidade executora: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Função: Cultura
Subfunção: Difusão cultural
Programa: Acesso e fomento a leitura
Atividade: Biblioteca Municipal “João Baptista Berardo”
Produto: Atendimento aos usuários
Custo financeiro para o exercício: R\$ 87.000,00

Estas e outras propostas foram anteriormente discutidas nos fóruns competentes, depois passaram pela apreciação dos poderes legislativo, executivo e judiciário municipal e por fim foram apresentadas e discutidas na comissão do Orçamento Participativo que buscaram equalizar as prioridades da sociedade local e o orçamento financeiro municipal por um período determinado.

Estas políticas públicas são ações que incentivam e estimulam a criação de uma cultura de leitura e de acesso amplo e democrático ao livro e a biblioteca no município paulista de Jardinópolis, mas não é parte de uma ação coordenada entre os entes federativos (governo federal, estado e município). Ações isoladas sem uma coordenação, plano de ação e metas (curto, médio e longo prazo) tendem a perder força política e seu raio de ação ao longo dos anos. Por isso a necessidade da construção de um instrumento de ação pública que ultrapasse as barreiras das legendas partidárias e promova o interacionismo de todos os setores da

sociedade e de todos os entes federativos, por isso a importância em âmbito nacional do Plano Nacional do Livro e Leitura e da Política Nacional de Leitura e Escrita e na esfera local dos Planos Municipais do Livro e Leitura.

6.12 Sociedade Civil Organizada: Comissão Amigos das Bibliotecas de Jardinópolis

A sociedade civil organizada em um movimento popular, vem exercendo grande pressão, particularmente a partir dos últimos 5 anos, sobre o governo municipal de Jardinópolis, a fim da implementação de um número maior de políticas públicas mais amplas e assertivas, voltadas ao LLB. Deste movimento popular surgiu uma comissão que se autointituiu como “Comissão Amigos das Bibliotecas de Jardinópolis”, composta por “munícipes, vereadores, funcionários públicos e o poder executivo municipal”. Sua primeira ação foi a realização de um diagnóstico amplo e detalhado sobre como estavam, à época, as condições físicas e estruturais, usabilidade dos acervos e a organização/subordinação administrativa dos equipamentos informacionais (bibliotecas) existentes no município.

A Comissão é fruto de um movimento da sociedade civil perante o poder público que se consolidou. É formada por munícipes, vereadores e poder executivo. Tem como objetivo fazer o diagnóstico das bibliotecas do município, apresentar um relatório propositivo para as dificuldades diagnosticadas e atuar em conjunto ao poder público para atender as exigências da lei 12.244/10 que trata da universalização das bibliotecas escolares em instituições de ensino público e privado do Brasil.

A Comissão entende que as bibliotecas devem ser ferramentas de emancipação e desenvolvimento do município e estará na causa até que de fato toda criança, todo adolescente da nossa cidade, possam ter acesso COM QUALIDADE e como um direito estabelecido, a um livro, a uma política de leitura, a uma política de desenvolvimento literário e envolvimento com o LIVRO, porque acredita que só assim - quando nossas bibliotecas estiverem cumprindo seu papel, teremos a TRANSFORMAÇÃO SOCIAL que esperamos (CABJ, 2018).

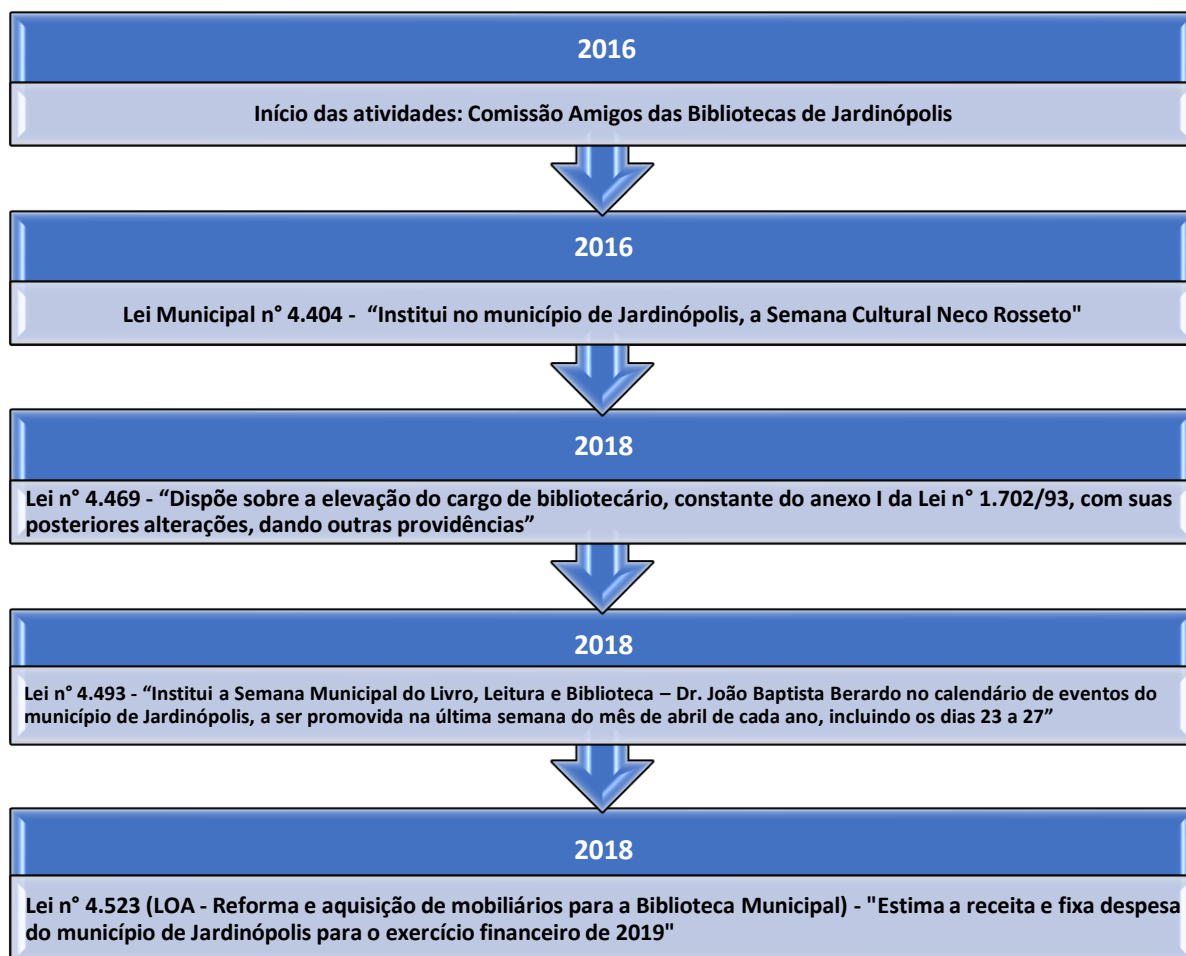
O movimento de interacionismo, entre a sociedade civil e o governo municipal de Jardinópolis, inicia-se em meados de 2016, mas somente ganha força a partir do ano de 2018, com a implementação de importantes políticas públicas municipais voltadas diretamente ao LLB. Também em 2018 acontece, por intermédio da Comissão Amigos da Biblioteca de Jardinópolis (CABJ) e da Secretaria Municipal da Educação (SME), uma conferência municipal, aberta ao público em geral, denominada: “A Construção Coletiva e Participativa do Plano Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca de Jardinópolis”, evento que reuniu membros do

governo municipal (prefeito, vereadores e secretários municipais), professores e alunos da rede pública de ensino municipal, representantes da sociedade civil e convidados, com destaque ao Prof. Dr. Cláudio Marcondes de Castro Filho (USP – Ribeirão Preto), a ilustradora Semíramis Paterno e o especialista e ex-diretor de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, do extinto Ministério da Cultura (Minc), o senhor Volnei Canônica.

Esta conferência seria a primeira ação, o ponta pé inicial, para a formalização de um movimento de articulação que pleiteava a construção, regulamentação e implantação do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do município paulista de Jardinópolis. Seguindo os exemplos dos municípios paulistas de São Paulo, Anhumas e Ribeirão Preto e tentando aproveitar a expertise e as experiências vivenciadas por estas e outras localidades, Jardinópolis iniciou, à época, as premissas básicas para a implementação de seu PMLLLB, mas o processo foi interrompido, no meio do caminho, e até a presente data não fora concluído.

Os atores envolvidos no processo da construção do PMLLLB de Jardinópolis criaram, à época, um ambiente amplo de discussão que detinha uma homepage na internet (página no Facebook), intitulada “Comissão Amigos das Bibliotecas de Jardinópolis”, que concentrava todas as ações, reuniões, pautas, leis em vigor e em tramitação, sobre o tema, em todas as esferas federativas, dicas de cursos, eventos, fóruns, workshops, oficinas, além de servir como meio de divulgação do grupo e das propostas à população de forma geral, principalmente aos munícipes de Jardinópolis, com intuito de despertar o interesse e o seu engajamento.

A interlocução entre a sociedade civil organizada, representada CABJ e o governo municipal resultou em ações iniciais assertivas para a efetivação de uma cultura voltada ao LLB. Podemos citar algumas conquistas alcançadas nos últimos cinco anos conforme ilustração:

Figura 3 - Políticas Públicas voltadas ao livro, leitura e biblioteca – Jardinópolis – 2016 a 2021

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A CABJ, conjuntamente com o poder legislativo e executivo municipal, foi responsável pela implementação de políticas públicas importantíssimas no município paulista de Jardinópolis, além participar do desenvolvimento de outras ações culturais, educacionais e informacionais na esfera local. Membros da comissão são atores atuantes, junto ao governo municipal e a sociedade, no planejamento e fiscalização do uso do erário público, destinado ao atendimento das necessidades informacionais, educacionais e culturais da população jardinopolense, por meio da participação assídua nas audiências públicas de discussão e implementação do PPA, LDO e LOA do município.

7 DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECA (PMLLLB) DE JARDINÓPOLIS - SP

Para uma melhor compreensão do processo de elaboração do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de Jardinópolis realizamos, além do levantamento bibliográfico e de outras fontes escritas, uma pesquisa de campo que envolveu entrevistas, questionários e observação. A partir de agora realizaremos a descrição dos dados levantados a partir do discurso dos atores envolvidos (participantes da pesquisa) no intuito de demonstrarmos em qual estágio encontra-se o PMLLLB de Jardinópolis/SP.

7.1 Estudo de Caso: Levantamento inicial dos dados

Antes de iniciarmos a descrição dos dados levantados em campo, ressaltaremos que o planejamento, confecção e aprovação do projeto desta pesquisa ocorreu no ano de 2019, e o seu desenvolvimento ocorreu no período (2020-2022), justamente no momento mais grave da pandemia mundial da Covid-19, sendo impactado de forma direta a etapa da coleta de dados, principalmente a etapa de observação, que correu um sério risco, de simplesmente não ter sido realizada, devido aos elevados índices de infestação e mortes pela pandemia da Covid-19 na RMRP – SP, área geográfica onde fica localizada a cidade de Jardinópolis. Respeitando todos os protocolos de proteção e distanciamento social, foi possível adaptar as entrevistas e os questionários presenciais para meios eletrônicos e a observação fora possível após melhora expressiva dos índices de infestação e mortes por Covid-19 na região pesquisada, principalmente depois da vacinação em larga escala de toda a população com idade igual e/ou superior a 12 anos.

Esta informação torna-se de extrema relevância para esta pesquisa pois este evento de ordem mundial (Covid-19) trouxe muitas reflexões, mudanças comportamentais e no caso brasileiro, uma politização extremada da questão, encabeçada pelo presidente da nação, que polarizou, ainda mais, os grupos sociais, deixando pouco espaço para outras questões que não estivessem diretamente ligadas a pandemia e ou agenda partidária do presidente, como em nosso caso as políticas públicas de acesso ao LLB não estavam umbilicalmente ligadas nem a uma nem a outra questão, detinha uma importância secundária nas agendas dos entrevistados, fato este mais que compreensivo pelo momento vivenciado.

Na maior parte do período (2020-2022) não foi possível realizar a coleta dos dados de forma presencial pelos motivos sanitários anteriormente apontados, mas também não havia clima para que as pessoas interagissem de forma positiva no preenchimento dos questionários ou na realização das entrevistas, mesmo que de forma virtual. A única opção possível, à época, foi a manutenção do contato, semanalmente, com os potenciais entrevistados e a espera pela melhora dos índices alarmantes que abateram toda RMRP. Salientamos que muitos dos entrevistados foram acometidos de forma direta ou indireta pela doença e pessoas foram envolvidas pelo luto com a perda de parentes e amigos, fato impactante e de enorme relevância para o resultado final desta pesquisa.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedeceram aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Salientamos que as coletas dos dados só ocorreram após a apreciação e a aprovação de nosso projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília. Processo inscrito no Sistema Nacional de Informação Sobre Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (SISNEP), sob o registro CAAE: 43376421.5.0000.5406 (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética).

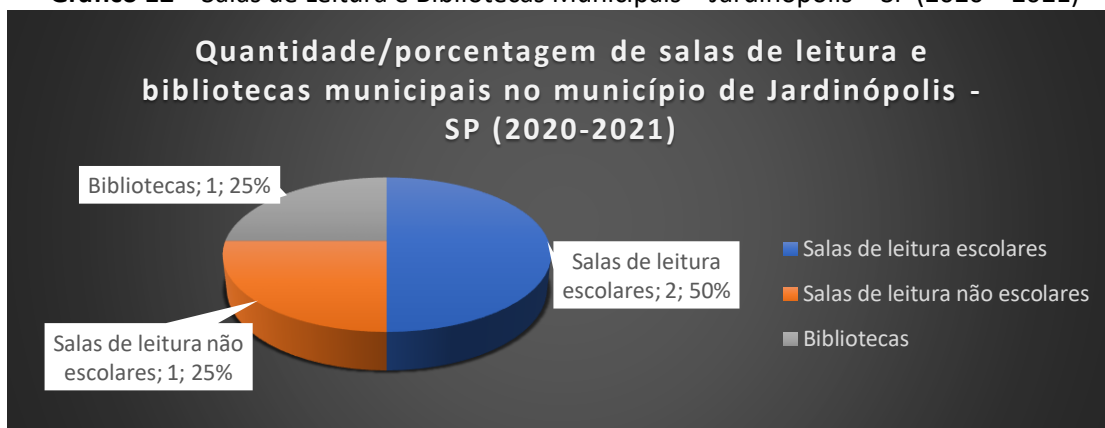
O universo amostral da pesquisa contou efetivamente com 10 (dez) pessoas que responderam aos questionários, foram entrevistadas e/ou observadas em seus ambientes de trabalho. Este grupo de pessoas obrigatoriamente tem relação direta com o processo de elaboração de políticas públicas municipais de incentivo ao LLB, além de participação voluntária e/ou compulsória no processo de planejamento, elaboração e implementação do PMLLB de Jardinópolis. Sendo que a composição final do público pesquisado ficou da seguinte forma: 2 (dois) membros pertencentes ao poder executivo municipal, 2 (dois) diretores de escolas públicas municipais, 2 (dois) funcionários públicos municipais (não professores), 2 (dois) professores da rede de ensino municipal e 2 (dois) membros da sociedade civil organizada que fizeram parte da CABJ.

Alguns dados preliminares importantes para iniciarmos nossas reflexões referem-se à quantidade de salas de leitura e bibliotecas municipais mapeadas no município, bem como suas disposições hierárquicas dentro do organograma municipal.

Observamos a seguinte quantidade de bibliotecas e salas de leitura no município paulista de Jardinópolis: 2 salas de leitura vinculadas as escolas municipais de ensino

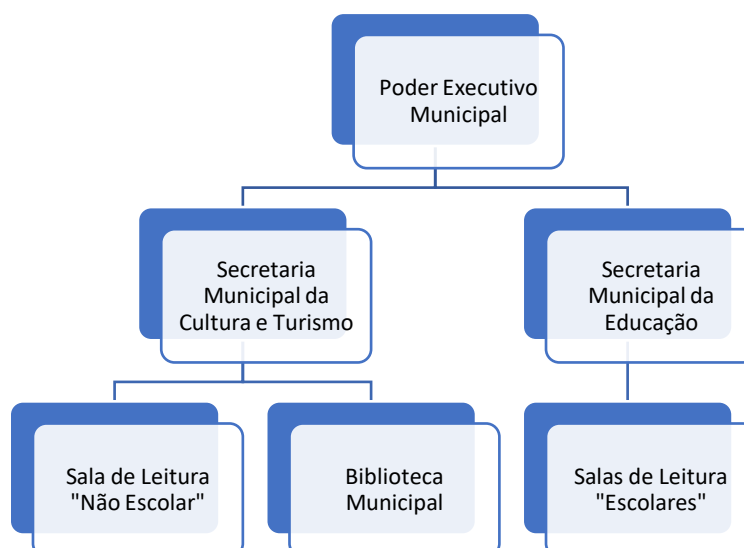
fundamental, uma sala de leitura que está vinculada a câmara municipal de vereadores e uma biblioteca pública municipal.

Gráfico 12 – Salas de Leitura e Bibliotecas Municipais – Jardinópolis – SP (2020 – 2021)



Em Jardinópolis as Salas de Leitura Escolares (unidades escolares) estão vinculadas à Secretaria de Educação Municipal, já a Biblioteca Pública Municipal e a Sala de Leitura Amauri Vieira Barbosa (unidades não escolares), estão hierarquicamente vinculadas a Secretaria da Cultura e Turismo do município, conforme organograma apresentado em sequência:

Figura 4 - Organograma Municipal (Biblioteca Pública e Salas de Leitura)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

O percentual de mulheres entrevistadas frente ao dos homens é mais que o dobro, do universo de 10 (dez) pessoas, 7 (sete) são mulheres e apenas 3 (homens). A média da idade

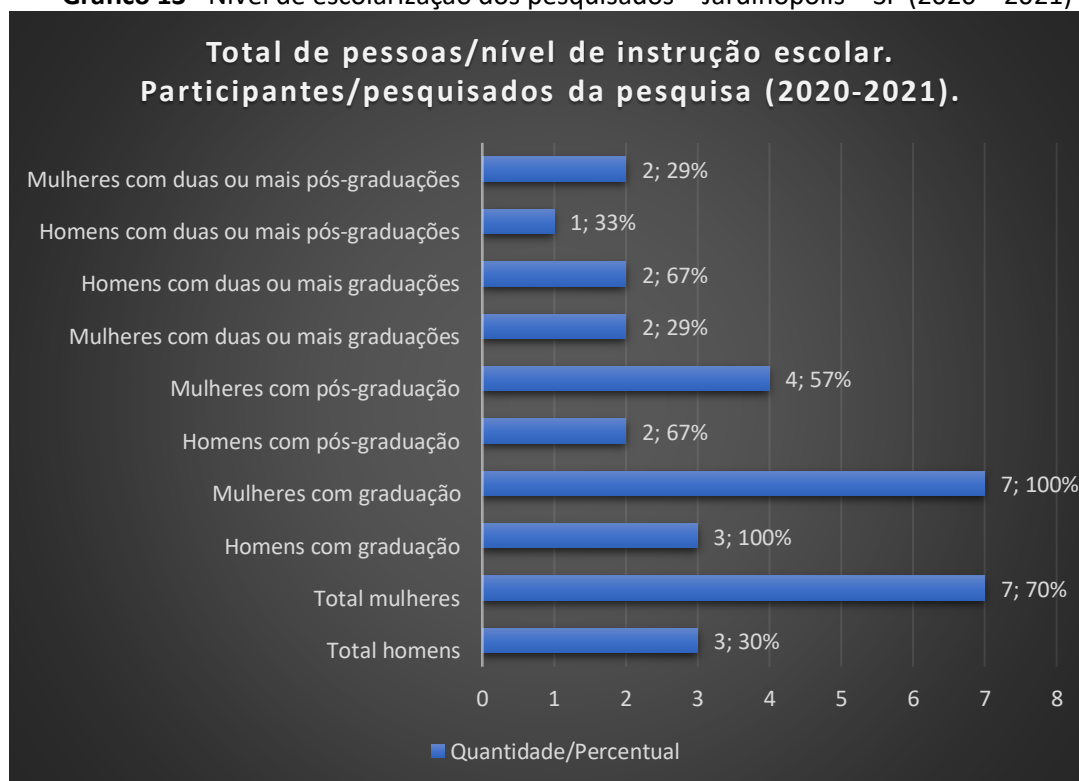
dos atores pesquisados ficou na casa dos 49,30 (quarenta nove, ponto trinta) anos, observando assim uma grande variação, sendo a menor idade 26 (vinte e seis) anos e a maior idade 60 (sessenta) anos.

Foi também identificado um alto grau de instrução por parte dos entrevistados. Sem exceção, todos possuem ao menos o nível de graduação completo, tem indivíduos com duas graduações e um importante percentual possui pós-graduação (especialização e mestrado).

As áreas de graduação e pós-graduação as quais os entrevistados se formaram e se especializaram estão vinculadas às Ciências Humanas Aplicadas sendo elas: educação, educação artística, artes plásticas, pedagogia, geografia, administração, direito, economia e biblioteconomia.

Estes dados iniciais são extremamente importantes para percebermos que as iniciativas e desenvolvimento das políticas públicas de incentivo ao LLB de Jardinópolis, está alinhada a uma estrutura que é reproduzida nas mais diversas cidades do país.

Gráfico 13 - Nível de escolarização dos pesquisados – Jardinópolis – SP (2020 – 2021)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Apesar de haver um discurso de mobilização “popular” a respeito do tema, não está contemplada, até o presente momento, neste processo, pessoas ou representantes populares

que não faça parte da casta dos letrados, não foram localizadas referências populares locais, como representantes de associações de moradores de bairros periféricos, líderes de grupos minoritários, representantes de associação de pais e mestres, voluntários que trabalhem com pessoas em situação de rua etc.

Neste cenário, a maior preocupação deve estar relacionada à formulação de um ambiente plural de manifestações, interesses e demandas, sendo que os mais vulneráveis devem ser priorizados em suas necessidades. As políticas públicas não devem ser discutidas e regulamentadas sem a adesão da parte que será diretamente beneficiada pela ação. Como é possível criar o hábito da leitura ou o laço de proximidade com o livro e a biblioteca sem despertar o interesse nos que deverão ser assistidos por tais políticas. A ação de envolvimento de toda sociedade se faz necessária no sentido de reproduzir uma reação em cadeia, despertando o que pode vir a ser chamado de sentimento de pertencimento, ou seja, quando as pessoas são estimuladas a participarem do processo de mapeamento de suas necessidades de forma coletiva e democrática, a busca por soluções é apresentada de forma mais simples e personalizada, respeitando assim as múltiplas realidades e experiências de vida existentes em cada localidade.

Para coletar os dados, foram instituídos dois grupos, muito bem delimitados, ao primeiro coube a aplicação do roteiro de entrevista, e as pessoas pertencentes a este grupo denominamos como sendo os **entrevistados**, em sua composição observamos, membros do poder executivo municipal, diretores de instituições de ensino escolares municipais e representantes da sociedade civil organizada também do município de Jardinópolis/SP.

Ao segundo grupo aplicamos um questionário, sendo seus participantes denominados como **respondentes**, a fim de uma efetiva separação entre o primeiro e segundo grupo. Este, por sua vez, composto por professores que atuam na rede de ensino público municipal, além de outros funcionários públicos vinculados as áreas de cultura e educação que detêm relação direta com o processo de elaboração, regulamentação e implantação do PMLLL de Jardinópolis/SP.

Com o primeiro grupo realizaríamos as entrevistas de forma presencial mas com o advento da pandemia mundial de Covid-19 e do prazo escasso para a conclusão da pesquisa, adaptamos para formato virtual, encaminhamos por e-mail e obtivemos as respostas também por e-mail. O segundo grupo já tinha como proposta para sua coleta de dados à aplicação de

um questionário estruturado, fato que se efetivou por meio remoto e tanto o envio quanto à devolução ocorreram também por e-mail. Salientamos que além das entrevistas e dos questionários nós também realizamos visitas presenciais nas escolas, bibliotecas e salas de leitura objeto de estudo desta pesquisa e os dados constam nos roteiros de observação (preenchidos) disponíveis no Apêndice E (p. 170 – 186) desta dissertação.

Nestes questionários/entrevistas e observações buscamos mapear como está o desenvolvimento do PMLLB de Jardinópolis e qual é o atual estágio de desenvolvimento. Também buscamos compreender qual é o grau de envolvimento dos entrevistados e da população em geral neste processo, e, por fim, quais seriam os maiores benefícios para a população ao se regulamentar e implantar o PMLLB na cidade de Jardinópolis.

Como forma de análise dos dados, em um primeiro momento, realizamos a etapa de redução e organização da quantidade de informação coletada, selecionando os dados estritamente pertinentes ao tema, eliminando as redundâncias, simplificando o texto e o entendimento sobre o tema. Na próxima etapa chamada apresentação dos dados coletados, realizamos uma sistematização das informações (formato de tabela – vide Apêndice F, p. 187-210), evidenciando as semelhanças e diferenças nas fontes coletadas além de apresentarmos o interacionismo entre os dados, informações e o conhecimento final.

Como já mencionado anteriormente, tanto a entrevista quanto o questionário, contam com 15 questões (cada) e que se descritas de forma direta alongaria demasiadamente o corpo de texto deste trabalho, desta forma, elaboramos os sumários científicos e elencamos 10 grandes assuntos que foram discutidos em ambas as fontes de dados (entrevista e questionário) para enfim desenvolvermos nossas reflexões e apresentarmos o diagnóstico sobre a implantação do PMLLB.

7.2 PMLLB de Jardinópolis - SP: discussão sobre sua importância e alcance

Uma das questões levantadas junto ao público pesquisado foi sobre “o processo de elaboração do PMLLB do município de Jardinópolis – SP, sua importância e alcance”. A intenção desta questão provocativa é ampla e profunda pois exige, ao mesmo tempo, um conhecimento prévio sobre políticas públicas de incentivo ao LLB, também é necessário ter o mínimo de conhecimento sobre o PNLL e a PNLE e por fim relacionar como este processo macro está se desenvolvendo em sua cidade, mas como a questão fora apresentada de forma

aberta, o entrevistado pode se expressar de forma muito tranquila, transparente, sem receios, apresentando as informações realmente de seu conhecimento e, em seu modo de ver, pertinentes ao tema apresentado.

Como resposta a esta indagação o Entrevistado A (2021) alega a existência de um projeto em andamento e elenca-o como importante “[...]ferramenta para o fomento à leitura, para promover o acesso ao livro e as ações democráticas[...]”. O Entrevistado B (2021) Informa sobre a existência de uma comissão que trata sobre o tema, mas não houve especificação sobre sua formação e nem tão pouco sobre a existência de uma pauta de reivindicação. A importância fica subentendida quando o entrevistado alega que “[...]em nosso município, foi criada uma comissão formada por membros ligados cultural e socialmente, com o objetivo de divulgar e propagar a leitura”. O Entrevistado C (2021), alega não possuir informações sobre a elaboração do PMLLB tão pouco soube precisar o seu raio de ação e/ou sua importância apenas respondeu, “[...]não tenho informações”. O Entrevistado D (2021) informa que o processo está em construção e demonstra a importância do PMLLB ao “assegurar o acesso à leitura a todos, promovendo a integração da biblioteca municipal com as demais escolas municipais, desenvolver as iniciativas de acesso, estimular a formação permanente de professores, incentivar a produção literária”.

Dando continuidade a sequência de respostas sobre processo de elaboração do PMLLB de Jardinópolis, temos dois relatos extremamente detalhados o primeiro do Entrevistado E (2021) que reproduziremos na íntegra logo em seguida:

A organização para a construção coletiva de um plano municipal do livro, leitura, literatura e biblioteca em Jardinópolis-SP inicia-se em 2016, primeiro, com o estudo de outros documentos a nortear princípios, finalidades e organização. Após, passou-se ao diálogo com os poderes públicos. A experiência é de grande dificuldade ou falta de disposição dos poderes públicos em construir o documento ou mesmo fomentar organizações para esse fim. Verificou-se, nesse contexto, ser mais produtivo focar em provocação de políticas públicas específicas, o que concretamente resultou na contratação de um bibliotecário para as escolas municipais, organização de espaços e instrumentos para implantação de bibliotecas nas unidades escolares, construção coletiva com participação dos profissionais da educação de listagem e compra de livros, criação de uma semana no livro, leitura e biblioteca a partir de 2019, recuperação com reformas, ampliação e formação de acervo da Biblioteca Municipal, instauração de Sala de Leitura junto à Câmara Municipal de Jardinópolis. O histórico de Jardinópolis-SP é o da criação de Planos nas mais diversas áreas sem cumprimento, como, por exemplo, Plano de Saneamento, Plano Diretor, Plano de Cultura e Plano de

Educação, instrumentos que sequer acabam sendo contemplados, especificamente, pelos planos orçamentários (PPA, LDO e LOA). A saída tem sido a participação nas audiências públicas de orçamento participativo, que já resultou em previsões orçamentárias para reforma, mobiliários e livros para a Biblioteca Municipal, para compra de dispositivos eletrônicos de leitura para alunos da rede pública e para realização de eventos literários e culturais, além das reuniões diretas com o Poder Executivo que resultaram na construção de espaços para bibliotecas nas escolas, compra de livros e contratação de bibliotecários, como já relatado. O que se pensa, atualmente, é estabelecer o Plano, em etapas, um primeiro, com estabelecimento de princípios, finalidades e metas gerais, seguido de documentos com concretização de etapas, com integração orçamentária, que seja de fácil compreensão e execução sustentável. [...]O ideal é que as políticas públicas estejam pautadas por planejamento como política de estado, com progressão perene menos sujeita a sucessão de governos. Um plano de livro, leitura, literatura e biblioteca insere-se nesse contexto. Tendo em vista as limitações orçamentárias e estruturais históricas dos entes federativos no Brasil, um plano pode ser capaz de garantir um caminho mais seguro, socioeconomicamente, para o fim de fomentar o acesso aos livros, à formação de leitores, ao exercício do direito humano à literatura (Antônio Cândido) e à estruturação democrática e atrativas de espaços públicos e escolares de leitura, com as Bibliotecas, instrumentos para a transformação social, fim republicano enunciado na nossa Constituição Federal (artigo 3º) (ENTREVISTADO E, 2021).

Com o mesmo aprofundamento de detalhes reproduziremos o relato do Entrevistado F (2021) sobre o processo de elaboração do PMLLLB de Jardinópolis – SP:

[...]Até o momento por aqui as ações têm sido práticas, como já relatadas através das conquistas na área. Vislumbro um plano objetivo, claro, enxuto, exequível, apresentado por etapas, com integração orçamentária, de modo que seja possível a execução. O PMLLLB é de extrema importância e se faz urgente num país que perdeu 4,6 milhões de leitores entre 2015 e 2019, segundo a pesquisa Retratos da leitura no Brasil. Levantou-se também nessa pesquisa que pouco mais da metade do país tem hábitos de leitura, 52%, e que bíblia e livros religiosos dominam a preferência. Essa pesquisa e um bom plano podem e devem orientar as políticas locais, as políticas municipais e servirão para juntar a população na defesa do livro, da leitura e da Biblioteca na jornada da construção de uma cidade mais leitora, mais educadora e de um país mais igual ou menos desigual. Esse avanço só será alcançado se encararmos esses GAPs da leitura. O desafio é imenso e será preciso mais que olhares e reflexões, precisaremos de um conjunto de ações, projetos e programas na área do livro, leitura e Biblioteca. O PMLLLB é um conjunto de ações, projetos e programas na área do livro e da leitura, através de um plano de metas, objetivos e responsabilidades que tem por finalidade básica assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento das cadeias produtiva, criativa e mediadora da leitura, como fatores relevantes para o desenvolvimento da produção intelectual, o acesso aos bens culturais e a promoção da cidadania em Municípios. O principal objetivo do Plano Municipal do Livro, Leitura,

Literatura e Biblioteca deve ser promover o acesso ao livro, à leitura, à literatura e à biblioteca para toda a sociedade, contribuindo para a elevação dos indicadores de leitura como condição essencial para o pleno desenvolvimento humano e social. As principais ações e metas de um PMLLLB devem ser orientadas por quatro eixos estratégicos, que devem ter como base o Plano Nacional e o Estadual do Livro e Leitura acerca dos eixos: 1. Democratização do acesso, que busca garantir o acesso ao livro e à leitura de forma ampla. 2 Fomento à leitura e à formação de mediadores. 3. Valorização institucional da leitura e de seu valor simbólico, tanto pelo poder público como pela sociedade civil. 4. Desenvolvimento das cadeias produtiva e criativa do livro, estimulando a distribuição, circulação e o consumo de bens de leitura, bem como incentivando a criação literária. Vale lembrar que mesmo com os retrocessos na área atribuídas a este atual governo, ainda assim é de extrema importância todo o movimento em torno do PMLLLB, ainda há núcleos no Brasil mapeando os municípios (José Castilho, Renata Costa Ex-Minc) com o Plano já é lei ou em andamento e a luta continua. Livro Leitura e Bibliotecas são pautas no país e não podem deixar de ser pauta municipal, devemos ser agentes nesse processo de luta enquanto faltar políticas públicas, investimento, enquanto faltar bons espaços de leitura, com bons acervos ou não cumprirem a lei 12.244/10. Aliás PMLLLB devem ser pauta sempre, assim como EDUCAÇÃO E CIDADANIA. Já sabemos (Retratos da leitura no Brasil) que 60% das escolas não têm bibliotecas ou espaços de leituras, não tem os equipamentos e que já venceu os 10 anos concedidos na lei 12.244 sem avanços significativos, 31 % dos brasileiros NÃO têm compreensão leitora e o problema é da escola e não da família. Até porque a maioria das famílias brasileiras estão em estado de vulnerabilidade ou num patamar em que Livro ainda é artigo de luxo. É de extrema importância a luta contínua por políticas públicas para as crianças e adultos que não tem famílias leitoras ou sem condições para tanto, há um número imenso de excluídos e para a tão sonhada transformação social é preciso avançar nessa pauta. Ler é poder, é libertar-se! Respaldados por uma lei federal, podemos criar mecanismos legais para empenhar recursos e projetar ações locais na formação leitora das comunidades locais, ações que podem e devem estar ligadas aos objetivos expostos na Lei PNLE e nos objetivos e metas PNLL. De certa forma, já fazemos na prática algumas ações, entretanto elas podem estar previstas num documento a ser seguido não só por um grupo disposto a colaborar com o município, mas como todos os agentes envolvidos no tema LLB. Vejo uma grande importância no plano e ele pode alcançar, beneficiar toda a cadeia do livro, leitura e biblioteca, além da sociedade como um todo (ENTREVISTADO F, 2021).

O Respondente G (2021) alega que até o presente momento no município paulista de Jardinópolis:

[...]não possui Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB). Há alguns anos ocorreram discussões entorno do PMLLLB, porém de concreto nada foi definido ou construído. Qualquer questão sobre o PMLLLB está estagnada. Se estiver ocorrendo alguma discussão não fui informada. O PMLLLB se for discutido e construindo com o pensamento de

ser uma política pública para valorizar e desenvolver as bibliotecas (pública e escolares) ele será um instrumento eficaz e eficiente para trazer os modelos modernos de biblioteca que a tiram de um espaço de guarda do livro e do saber e a transforma em um espaço democrático de acesso à informação (RESPONDENTE G, 2021).

O Respondente H (2021) alega possuir informações superficiais sobre o PMLLB e mesmo hoje exercendo uma função pública diretamente ligada a área da educação e cultura e por conseguinte relacionada ao LLB, não participou ou participa da elaboração do PMLLB de Jardinópolis

O meu conhecimento acerca da elaboração do PMLLB vem de conversas que tive com colegas de profissão, que me contaram sobre alguns avanços que o mesmo possibilitou, como a aquisição de mobiliário e acervo para algumas escolas, o planejamento para criação de salas de leitura nas que ainda não possuem e a contratação de um bibliotecário[...] (RESPONDENTE H, 2021).

O Respondente I (2021), alega conhecer a existência do PMLLB e que ele está em vias de elaboração. *“Sim, sabemos que está em construção”*. Também ressalta a sua participação de forma direta. *“[...]recebemos visita da comissão e e-mails informativos”*. Sobre sua importância é dito que *“[...]facilitará o acesso e a composição literária (acervo) e física (mobiliário) desses espaços”*. Por fim, ressaltamos a fala do Respondente J (2021) que alega não conhecer o PMLLB de Jardinópolis - SP, afirma que não participa e/ou participou de sua elaboração. Como não conhece o PMLLB de Jardinópolis se reservou ao direito de não opinar sobre sua importância e alcance na esfera municipal.

Tomaremos o “Guia para a elaboração e implantação dos Plano Estadual e Municipal do livro e leitura”, como documento balizador para a discussão, elaboração, regulamentação e implantação dos Planos Municipais do Livro e Leitura no país. A intenção deste guia é a padronização de ações em busca da efetivação dos PLMLLs independente da localidade ao qual é pretendida a sua implantação. São quatro os eixos básicos a serem observados: democratização do acesso, fomento à leitura e à formação de mediadores, valorização da leitura e da comunicação e desenvolvimento da economia do livro. E a premissa básica para a implantação do PMLL é:

A primeira decisão que se faz necessária é, justamente, aquela em torno da estrutura inicial para agrupar pessoas e instituições dispostas a pensar, debater e instituir o Plano do Livro e Leitura em cada lugar. Poderá haver

uma modalidade de composição, que leve em conta as especificidades locais. Para assegurar uma boa participação dos atores sociais que atuam na área, é fundamental identificar e convocar todas as instituições e lideranças interessadas em políticas e práticas sociais da leitura na cidade (BRASIL, 2006a).

Ao analisar as orientações repassadas pelo Guia PELL – PMLL (2006a) e as falas dos entrevistados sobre o processo de elaboração do PMLLB de Jardinópolis podemos realizar algumas reflexões preliminares:

Até que ponto a Comissão Amigos da Biblioteca de Jardinópolis pode ser classificada como um grupo de trabalho (GT) descrito no guia?

Todos os atores sociais interessados em políticas e práticas sociais de leitura do município paulista de Jardinópolis participaram do processo de elaboração do PMLLB e por conseguinte fizeram parte do GT?

Por fim, foi formalizado o um grupo executivo, composto por representantes do poder público e membros da sociedade civil organizada para deliberação sobre ações do GT?

Respondendo as indagações, anteriormente elencadas, observamos a paridade da CABJ frente ao GT proposto no Guia PELL – PMLL (2006a), pois em vários aspectos a comissão desempenhou o mesmo papel destinado ao GT, como exemplo, podemos citar a criação de um ambiente plural e democrático de discussão e inovação, voltado às políticas públicas de incentivo ao LLB no município. Por outro lado, percebemos a ausência de importantíssimos atores sociais na composição da comissão/GT, o que daria robustez e legitimidade ao processo em si, como exemplo citamos a falta das lideranças comunitárias, estudantes, representantes de associações sociais, culturais e religiosas do município. Outro aspecto importante que devemos ressaltar é a ausência da formação do grupo executivo que ficaria responsável pela deliberação das ações do GT, comprometendo assim todo o trâmite processual para discussão, regulação e implantação do PMLLB de Jardinópolis – SP.

7.3 PMLLB de Jardinópolis – SP: conhecimento prévio sobre o PNLL e a PNLE

Outra questão levantada e de suma importância para nossa pesquisa é o mapeamento do nível de conhecimento prévio que os atores sociais entrevistados detinham em referência ao PNLL e a PNLE no início dos trabalhos para a construção do PMLLB de Jardinópolis.

O Entrevistado A (2021) demonstrou possuir conhecimento prévio em sua resposta à questão, ao descrever que, *“[...]as discussões giravam em torno da Lei 12.244/2010 sobre estudos do PMLLB e questões pertinentes as salas de leitura que foram instaladas ou melhor adequadas como início da movimentação da aplicação da Lei”*. O Entrevistado B (2021), também demonstrou possuir conhecimento prévio, sobre o tema, descrevendo-o como sendo *“[...]um plano dinâmico, com atuação popular, para implementação de programas para ampliar bibliotecas escolares e incentivar a leitura”*. O Entrevistado C (2021), assim como os entrevistados (H, I e J) informou que não possuía conhecimento prévio, sobre o tema, bem como, não atuou na elaboração do PMLLB de Jardinópolis. Alegou *“[...]não ter informações”* sobre a questão abordada. O Entrevistado D também demonstrou possuir algum conhecimento prévio sobre o tema, realizando apenas algumas divagações: *“[...]sabemos da existência da lei federal 13.696 de 12 de julho de 2018 que democratiza o acesso à leitura e disciplina a elaboração do plano municipal do livro leitura, literatura e biblioteca”*.

Já os entrevistados (E) e (F) e o respondente (G), neste quesito, foram mais minuciosos em suas respostas frente aos demais participantes da pesquisa.

O despertar sobre a regulação de planos do livro e leitura partir de informações de Galeno Amorim (Ribeirão Preto), em 2016, desde quando organizou-se um movimento em Jardinópolis-SP para estudos visando a criação do Plano Municipal em Jardinópolis, sem o prejuízo de ações visando a concretização de políticas públicas de livro, leitura e biblioteca. Os estudos englobaram a Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006 (Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL), o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 13.005/2004), Lei 12.444/2010 (universalização das bibliotecas nas instituições de ensino), o Plano Municipal do Livro e Leitura de Campo Grande – MS (Decreto n.11.690/2011), a Agenda 2030, principalmente o ODS 4 (Educação de Qualidade), o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca do município de Nova Iguaçu-RJ (LM 4.439/2014), o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLB) do Município de São Paulo (LM 16.333/2015), posteriormente, a Lei 13.696/2018 (Plano Nacional de Leitura e Escrita) (ENTREVISTADO E, 2021).

Por meio das respostas obtidas, observamos um grande percentual dos participantes da pesquisa (entrevistados e respondentes) que simplesmente alegam desconhecer o PNLL e as suas implicações na esfera local. Cerca de 40% do universo amostral alegou não ter conhecimento prévio sobre o PNLL e tão pouco participou do processo de elaboração do PMLLB de Jardinópolis. Salientamos que neste grupo todos os atores sociais entrevistados exercem, já há muitos anos, algum tipo de função pública, diretamente ligada ao LLB e apenas

um dos membros deste grupo passou a fazer parte do quadro funcional municipal recentemente.

7.4 PMLLB de Jardinópolis – SP: eventos impactantes

O projeto de pesquisa ao ser elaborado em meados do ano 2018 e início de 2019 tinha a intenção de acompanhar a discussão, elaboração, regulamentação e implantação do PMLLB de Jardinópolis, pois havia uma expectativa enorme de que o processo em si evoluiria de forma muito rápida com a pressão exercida pela sociedade civil organizada, bem como, o apoio irrestrito dos poderes executivo e legislativo municipal, mas infelizmente alguns acontecimentos de ordem local e outros de magnitude mundial fizeram que o processo que atingiu seu ápice na “1ª Conferência Pública: A Construção Coletiva e Participativa do Plano Municipal do Livro, Leitura e Bibliotecas de Jardinópolis”, realizada no mês de maio de 2018, pouco a pouco, fosse se enfraquecendo, apesar de outras conquistas da comissão já mencionadas anteriormente, até a sua paralização total no decorrer do ano de 2020, devido principalmente a dois eventos impactantes.

O primeiro evento, considerado impactante e classificado como de ordem local, foi o falecimento do então prefeito municipal Dr. João Ciro Marconi em 07 de janeiro de 2020, que mantinha estreita relação com a CABJ, sendo este o responsável direto pela construção de um ambiente plural de discussão política e de criação de novas políticas públicas de cunho social amplo e democrático. Dr. João Ciro, como era popularmente conhecido, aprovou e promulgou importantes leis, ao longo do tempo, que se transformaram em efetivas políticas públicas de incentivo ao LLB. Podemos citar como exemplo as Leis 4.493/18 (institui a semana municipal do livro, leitura e biblioteca), 4.469/18 (elevação do cargo de bibliotecário) e Lei 4.523/18 (estima receita e fixa despesa do município incluindo adequação, reforma e aquisição de mobiliários e equipamentos para a biblioteca municipal – exercício 2019).

O segundo evento impactante, considerado de ordem mundial, foi a pandemia da Covid-19, sendo que o primeiro registro oficial, segundo o Ministério da Saúde (2020), ocorreu no Brasil em 26 de fevereiro de 2020, “[...]um homem de 61 anos deu entrada no Hospital Israelita Albert Einstein[...], em São Paulo, com histórico de viagem para Itália, região da Lombardia”. A partir deste primeiro caso o país foi apresentando um número cada vez maior de casos positivos, bem como começou apresentar avançados números de mortes em

decorrência da doença. Uma sucessão de ações políticas desastrosas, envolvendo o Palácio do Planalto e o Ministério da Saúde, como a troca prematura dos representantes da pasta (saúde), em um curto espaço de tempo, provocou o caos e acabou por ocasionar números recordes de infestação e mortes, chegando ao Brasil, vergonhosamente, em muitos momentos, liderar o ranking mundial nos dois índices de forma negativa.

De efeito imediato ocorreu um pânico generalizado na população, pois o Brasil não tinha uma estratégia clara na forma de imunização, foi obrigatório o distanciamento social com a decretação de home office para grande parte dos trabalhadores brasileiros e as instituições como escolas, museus, bibliotecas e salas de leitura foram obrigadas a se manterem fechadas. Somente os serviços considerados essenciais foram autorizados a continuarem com atendimento presencial, mas desde que atendessem uma série de regras e normas exigidas pelos órgãos competentes.

Estes dois eventos ocorreram quase que de forma simultânea e foram responsáveis por um grande efeito negativo sobre a CABJ pois após o falecimento do prefeito e o agravamento da pandemia o grupo de certa forma se desmobilizou. Em um primeiro momento o trabalho de aproximação e realinhamento frente a nova gestão municipal foi extremamente prejudicado no sentido de não haver a possibilidade de realização de encontros presenciais entre a comissão e os representantes do legislativo e do executivo municipal. Também ficou sensivelmente prejudicado a mobilização interna do coletivo que tinha uma agenda semanal de discussão e planejamento, a partir da pandemia as pessoas estavam mais preocupadas em questões vinculadas a saúde e manutenção da renda, não devemos nos esquecer que todos os integrantes da comissão eram voluntários e nunca receberam nenhum tipo de remuneração pelos trabalhos desenvolvidos em prol do LLB.

7.5 PMLLB de Jardinópolis – SP: Nível de participação dos pesquisados no processo de elaboração, regulação e implantação do plano.

Dito isso nós descreveremos outro indicador que foi levantado na fase de coleta de dados (entrevista, questionário e observação) e é extremamente importante para a elaboração do Plano Municipal do Livro e Leitura. Nossa indagação se referiu ao nível de participação de cada pesquisado nos debates e plenárias de discussão e elaboração do PMLLB de Jardinópolis além do apontamento das principais questões levantadas durante o referido processo.

Como resposta, infelizmente devido aos eventos anteriormente descritos, obtivemos a afirmação de que o processo não chegou a esta etapa e que as discussões ficaram apenas restritas ao ambiente interno da comissão. O Entrevistado A (2021) demonstrou-se participante do processo e descreve toda a dinâmica interna da comissão que não chegou a realizar audiências públicas ou plenárias, apenas uma conferência, e tinha como pauta em suas discussões, *“[...]a importância da aplicação da Lei 12.244/2010. A adequação das salas de leitura existentes, a ampliação do acervo literário[...]. E estudos dos planos de outras cidades, para análise, comparações e para melhor atendimento dentro da nossa realidade”*.

O Entrevistado B (2021), também participante, aponta somente a dinâmica interna exercida pela comissão que se atentava à *“[...]fazer, criar, incentivar, motivar, bem como implantar a metodologia para o acesso às bibliotecas”*. Tanto o Entrevistado C (2021) quanto os Respondentes H, I e J (2021) alegam que não participaram do processo e não se posicionaram sobre a questão.

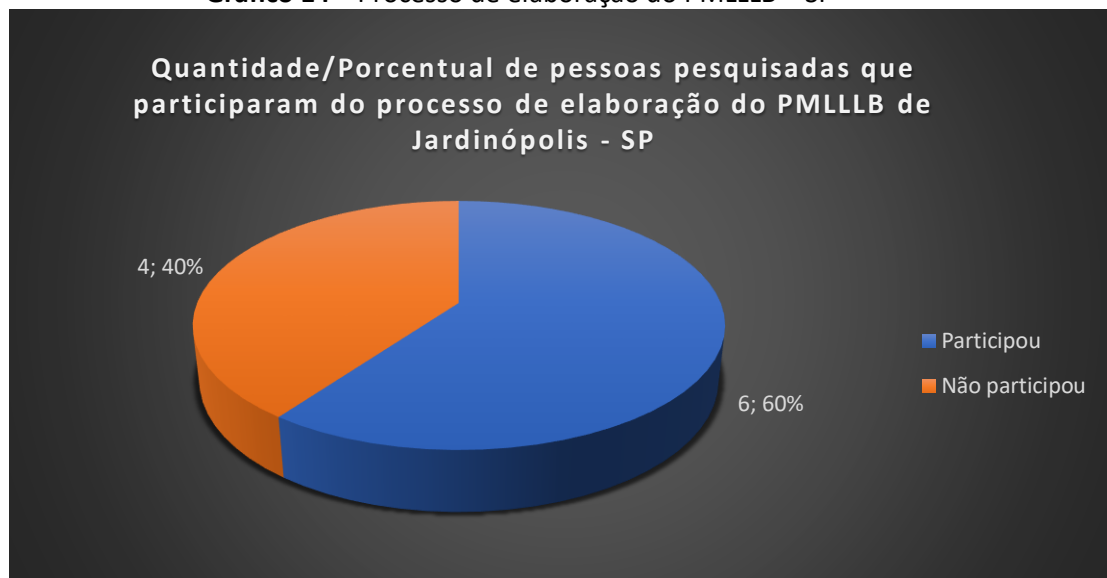
O Entrevistado D (2021), apontou somente a atuação interna da comissão que buscava um diálogo com as instituições vinculadas ao LLB e podemos observar tal atuação pela fala: *“[...]participamos de algumas reuniões e recebemos a comissão na escola para orientações sobre adequação conforme legislação. As questões levantadas referiram-se ao levantamento de mobiliário e acervo”*. Reforçando estas afirmações seguem de dois outros trechos das entrevistas/questionários empregados na pesquisa.

Não houve plenárias e debates administrativos com fim de construção do PMLL. Houve reuniões de membros dos coletivos com membros do poder público, executivo e legislativo, informais e reuniões internas dos próprios coletivos. As principais questões giraram em torno das limitações orçamentárias, resistência omissiva dos representantes de executivo e legislativo ao estabelecimento do plano e desconfiança e desconhecimento dos profissionais de educação a respeito (ENTREVISTADO E, 2021).

Não aconteceram. Tivemos apenas reuniões de membros do coletivo com membros do poder público (executivo e legislativo) informais, reuniões internas do coletivo e essa conferência citada anteriormente para tratar da importância do PMLLB que foi formal e atingiu a todos os envolvidos na área LLB (poder executivo, legislativo, secretários da cultura e educação, sociedade civil, escritores, diretores, professores e alunos). Sempre nos deparamos com as limitações orçamentárias, falta de vontade política, resistência dos envolvidos e desconfiança e desconhecimento da sociedade e dos profissionais da educação em torno do assunto (ENTREVISTADO F, 2021).

O Respondente G (2021) apontou que questões de ordem orçamentárias, metodológicas e técnicas foram as primeiras a serem levantadas internamente. A seguir segue gráfico sobre o nível de envolvimento dos pesquisados nas discussões para a elaboração do PMLLLB de Jardinópolis.

Gráfico 14 – Processo de elaboração do PMLLLB – SP



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Este indicador consegue demonstrar, de forma clara, que mesmo com todo esforço despendido pela CABJ, o percentual das pessoas pesquisadas, que alegam não ter participado da elaboração do PMLLLB é muito alto, cerca de 40%. Salientamos que o público-alvo pesquisado tem um perfil específico, consideradas pessoas letradas, com nível escolar acima da média nacional e hábito de leitura bem desenvolvido. Todos que alegaram não ter participado do processo de elaboração do PMLLLB de Jardinópolis desempenham hoje funções que estão diretamente ligadas ao LLB no município. Sendo que deste percentual que não participou da referida elaboração, 75% dos participantes da pesquisa já exerciam suas funções que, à época, já eram diretamente relacionadas ao LLB, sendo este o período mais atuante da referida comissão.

Este tipo de apontamento é muito importante para refletirmos sobre as resistências e inseguranças que as pessoas demonstram ao serem convidadas para fazerem parte de algo novo. As regras sociais estabelecidas e sedimentadas trazem segurança e conforto enquanto a inovação, ao contrário, traz incertezas e desconforto, não sendo diferente com CABJ e sua proposta inovadora de se regulamentar democraticamente um PMLL, algo que alteraria

sensivelmente a cena educacional, cultural e informacional do município paulista de Jardinópolis e notadamente hoje esbarra no desconhecimento e desconfiança dos profissionais das áreas envolvidas (educação, cultura, informação etc.), além da falta de vontade política por parte do poder público instituído, tanto no legislativo quanto no executivo, em abrir espaço em suas agendas para voltar a debater um tema tão caro como a construção de uma cultura voltada ao livro, leitura e a biblioteca em seu município.

7.6 PMLLB de Jardinópolis – SP: biblioteca pública municipal e salas de leitura

O próximo item a ser analisado é a estrutura física que o município paulista de Jardinópolis já dispõe em relação a seus equipamentos informacionais (biblioteca e salas de leitura). A CABJ em conjunto com o poder público municipal realizou um levantamento dos espaços físicos existentes, à época, fato ocorrido no ano de 2018. A partir deste levantamento verificou-se a possibilidade da implantação imediata de 5 salas de leitura (4 salas seriam implantadas em escolas de educação fundamental municipal e 1 sala ficaria vinculada a câmara municipal de vereadores). Além das salas de leitura, Jardinópolis dispõe de uma Biblioteca Pública Municipal (BPM) que conta com um grande acervo, cerca de 6 mil obras que ainda não foram catalogadas e vem passando por uma reforma que se arrasta por mais de 3 (três) anos.

Em um primeiro momento, foi discutido e acertado, entre a comissão e o governo municipal, que estes 6 (seis) equipamentos informacionais deveriam ser reformados, readequados, acervos atualizados e, por fim, seus serviços deveriam ser disponibilizados em um formato de rede. Esta rede, por sua vez, deveria integrar as dimensões culturais e educacionais do município, haja vista, que uma parte dos equipamentos informacionais está sob a tutela da Secretaria da Educação (salas de leitura dentro das unidades escolares municipais) e a outra responde à Secretaria da Cultura e Turismo (sala de leitura da Câmara Municipal de Jardinópolis – SP e a Biblioteca Pública Municipal de Jardinópolis).

Como a maioria dos participantes têm relação direta/diária com os equipamentos informacionais levantados no município, solicitamos que eles nos repassassem suas percepções de como estes espaços físicos estariam hoje e como resposta obtivemos:

O Entrevistado A (2021) não especificou as condições atuais dos equipamentos informacionais, apenas relatou que, à época, “[...]foi feito um levantamento. Diretores,

professores foram ouvidos através de um questionário. Visitamos todas as escolas e elencamos as dificuldades, verificamos os espaços, o acervo e mobiliário". O Entrevistado B (2021) falou especificamente sobre as salas de leitura vinculadas as escolas municipais, alegando que *"[...]todas as unidades escolares do ensino fundamental necessitam adequações. O processo de catalogação dos livros tem ocorrido. As unidades escolares de Educação Infantil possuem salas de leitura"*. O Entrevistado C (2021) mesmo fazendo parte do corpo funcional de uma unidade escolar que possui uma sala de leitura e que recebeu recursos recentemente para a reforma e adequação de seu mobiliário e acervo, respondeu da seguinte forma, *"[...]não tenho"* informações sobre as condições físicas e estruturais das salas de leitura e/ou biblioteca que o município de Jardinópolis possui.

Dando sequência nas falas apresentadas pelos participantes pesquisados, sobre as condições físicas e estruturais das salas de leitura e/ou da biblioteca municipal, observamos a fala do Entrevistado D (2021) que se refere somente às salas de leitura, vinculadas as escolas municipais, alegando que *"[...]temos conhecimento que em todas as unidades têm salas de leitura"*, não houve a descrição detalhada da estrutura ou condições físicas presentes nestes espaços. O Entrevistado E (2021) informa que de uma forma geral o coletivo constituído pela CABJ e o Governo Municipal de Jardinópolis, tem conseguido realizar melhorias contínuas nos equipamentos informacionais existentes, tantos aos vinculados a Secretaria da Educação quanto aos vinculados a Secretaria da Cultura e Turismo, *"[...]tendo em vista o trabalho dos coletivos, espaços vêm sendo construídos e mobiliados, com acervo planejado e com supervisão de servidor bibliotecário"*. O Entrevistado F (2021), por sua vez, elabora um relato mais detalhado sobre o levantamento preliminar efetuado no município, salientamos que ele não faz distinção, em sua fala, do que venha ser sala de leitura ou biblioteca, tratando-os de uma forma genérica com termo biblioteca, a seguir segue a transcrição na íntegra.

[...]temos um raio X das 9 bibliotecas municipais, 4 já estão reformadas, com mobiliário e acervo novos, 3 já estão com indicação orçamentária para construção e 2 com indicações para reforma e compra de mobiliário e acervo. A grande questão é ainda o bibliotecário, questão que esbarra sempre no teto de gastos públicos, Lei de Responsabilidade Fiscal (LCP 101/2000). O município tem apenas 1 bibliotecário na rede da educação (que conseguimos com muita luta. O município estava irregular sem um bibliotecário na pasta da educação) e 1 bibliotecário na pasta da cultura (na biblioteca municipal), a luta é para que tenhamos 1 para cada escola (ou no mínimo 1 para cada 3 escolas e manter as bibliotecas abertas com professores readaptados sendo orientados pelos bibliotecários da pasta) (ENTREVISTADO F, 2021).

O Respondente G (2021) corrobora com uma visão mais analítica e técnica sobre as condições físicas e estruturais do espaço destinado a BPM, seu relato tem conotação técnico/analítica aprofundada sobre o tema abordado.

A biblioteca pública não possui condições adequadas visto que seu espaço interno não compartilha acervo e espaço de leitura e estudo, o mobiliário não é específico para biblioteca, o acervo é diversificado, porém necessita de renovação pois há exemplares antigos, com danos físicos que são mantidos por não haver como substituí-los. A biblioteca não possui climatização e o processo de organização é lento e obsoleto pois os recursos físicos e tecnológicos foram disponibilizados a pouco tempo e sempre há algum entrave que faz com que os avanços retrocedam e a organização da biblioteca nunca se concretiza. Porém, com a reforma que está acontecendo na biblioteca a perspectiva é que o que foi relatado melhore o funcionamento da biblioteca em todos os aspectos (RESPONDENTE G, 2021).

Os Respondentes H, I e J (2021) analisam as condições das salas de leitura vinculadas as escolas municipais demonstrando um certo otimismo quanto as condições físicas e estruturais destes espaços. O Respondente H (2021), por exemplo, alega que existem boas condições “[...]nas duas salas de leitura onde já pude atuar presencialmente”, no entanto informa que ainda existem espaços em escolas que precisam de readequações para que seu uso seja viável. O Respondente I (2021) informa que “[...]sim, possuem boas condições, referente à tamanho, mobiliário, acervo, climatização, organização”. E por fim, o Respondente J (2021) alega que “[...] sim, a biblioteca é grande e possui mobiliário novo e um bom acervo”.

O roteiro de observação foi um importante balizador para dimensionarmos as diferentes perspectivas apontadas nos relatos dos pesquisados. Em nossa visita ao município paulista de Jardinópolis tivemos a oportunidade de conhecer e mapear 4 equipamentos informacionais (salas de leitura e biblioteca) sendo realizado a aplicação do roteiro de observação e o contato presencial com a maior parte dos pesquisados que, até então, tinha sido realizada de forma virtual. Salientamos, que além da realização do diagnóstico técnico, a visita presencial serviu para que pesquisador conseguisse conversar de forma direta com público pesquisado, acompanhasse um pouco de seu dia a dia, retirasse a insegurança e a desconfiança da maioria das pessoas envolvidas no processo, e conseguisse assimilar ações, atuações e informações que só em uma interação presencial seria possível captar. A hora do cafezinho foi a mais proveitosa, pois as pessoas falaram de forma desinibida, sem o peso e/ou

formalidade vinculados ao questionário ou roteiro de entrevista. Deixaram transparecer quem realmente são, o que pensam, como agem e mesmo as pessoas mais inibidas, que se mantiveram em silêncio, dialogaram por meio de sua expressão corporal.

Segundo o Respondente H (2021) existem 4 (quatro) salas de leitura já mobiliadas e em perfeitas condições de uso e estão vinculadas a Secretaria da Educação, destas quatro salas de leitura, duas já contam com a catalogação de seu acervo em vias de conclusão, enquanto as outras duas não tem data definida para início deste trabalho. O respondente também ressalta que além das quatro salas mencionadas a rede municipal de ensino tem potencial para a implantação de *“[...]mais 21 salas de leitura a serem construídas e mobiliadas em demais instituições de ensino municipais, entre escolas de ensino fundamental, de educação infantil, creches e um berçário”*.

Reiteramos que roteiro de observação foi aplicado em duas salas de leitura vinculadas a Secretaria da Educação, além de uma sala de leitura e uma biblioteca vinculadas a Secretaria de Cultura e Turismo.

Referente as duas salas de leitura vinculadas a Secretaria de Educação, nós priorizamos as salas que já foram reformuladas e com os seus respectivos acervos parcialmente catalogados e que potencialmente serviriam de modelo para a implantação das demais salas, reproduziremos aqui apenas alguns aspectos que identificamos como positivo e outros que necessariamente precisam de reformulação. O diagnóstico completo dos locais observados está disponível no Apêndice E (p. 170 – 186) desta pesquisa.

Classificamos as salas de leitura como sendo Sala de Leitura (A) e Sala de Leitura (B), no intuito de manter o sigilo de identificação de seus gestores que é garantido pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado por todos os que fizeram parte desta pesquisa.

Salas de Leitura em escolas de ensino fundamental no município paulista de Jardinópolis – Observação (2021).

Parte 1: Indicadores

De um total de 8 (oito) indicadores que mensuraram o espaço físico, acervo, computadores ligados a internet, organização do acervo, serviços/atividades e pessoal, tanto a Sala de Leitura (A), quanto a Sala de Leitura (B), apresentaram o mesmo desempenho,

classificado como mediano², por não ultrapassarem o percentual 50% dos indicadores considerados de nível exemplar nas duas unidades, ou seja, o nível básico foi observado em 4 (quatro) indicadores enquanto o exemplar foi observado em outros 4 (quatro). Salientamos que apesar do percentual de atingimento ser o mesmo para as duas salas de leitura, os indicadores de excelência alcançados diferem entre uma e outra unidade.

Destaques positivos:

A Sala de Leitura (A) dispõe de um bibliotecário responsável que fica sediado na escola em período integral (jornada de 8 horas de trabalho).

A Sala de Leitura (B) tem um amplo espaço físico exclusivo e acessível a todos os usuários.

Destaques negativos:

A Sala de Leitura (A) não oferece serviços de forma regular (falta uma política institucional sobre como conciliar a questão do horário de funcionamento da sala de leitura e das atividades escolares).

A Sala de Leitura (B) não dispõe de um bibliotecário sediado na unidade escolar, conta somente com os trabalhos técnicos de um professor readaptado.

Parte 2: Instrumento de avaliação e planejamento

Como esta parte da observação é bem extensa e detalhada (vide Apêndice E, p. 170 - 186) apontaremos apenas alguns aspectos relevantes que darão uma visão panorâmica dos dados levantados, suficiente para corroborar e/ou complementar a fala dos pesquisados.

Levantamos, junto aos pesquisados, que o horário de funcionamento, de ambas as salas de leitura, ocorre de forma alternada e irregular, dependendo da disponibilidade de mão de obra, que é ou não, direcionada ao setor. O bibliotecário responsável por todas as salas de leitura, da rede municipal de ensino, fica sediado em apenas uma escola, sendo seus atributos mais voltados à gestão administrativa da rede (catalogação, aquisição, desbastamento etc.), enquanto o funcionamento e o trabalho local de referência e atendimento aos alunos, fica a cargo de uma professora readaptada, nas duas salas de leitura analisadas. Quanto ao espaço físico reservado as salas de leitura observamos de uma forma geral, boa iluminação,

² Para esta pesquisa será considerada a seguinte classificação para o item desempenho: Atingimento > 50% de indicadores exemplares, será considerado “desempenho exemplar”. Atingimento = 50% de indicadores exemplares, será considerado “desempenho mediano”. Atingimento < 50% de indicadores exemplares, será considerado “desempenho básico”. Para verificação na íntegra dos roteiros de observação preenchidos vide Apêndice E (p. 170 – 186).

ventilação, limpeza e tamanho adequado (acima de 60 m²). Também identificamos como pontos positivos a questão da estética, acessibilidade e segurança que estão enquadrados dentro das normas e orientações da CNB e da IFLA/UNESCO.

Também foram observados pontos que precisam de melhoria, como por exemplo, o uso por parte dos professores e alunos da sala de leitura para atividades relacionadas a leitura e pesquisa em grupo à bases de dados de forma orientada, não possuem cabines/salas individuais para estudo, nem novos equipamentos audiovisuais ou computadores destinados aos alunos. Outros itens de mobiliário também não foram observados em nossa visita tais como: balcão de atendimento, guarda volumes, televisor, tocador de CD/DVD, máquina fotográfica, filmadora, telefone fixo etc.

O processo de organização dos acervos foi extremamente prejudicado devido a uma questão administrativa, o governo municipal empenhou verba e adquiriu a licença de um software para realizar todo o processo de organização e catalogação dos acervos das salas de leitura e da biblioteca municipal, a intenção é de se criar uma rede, mas acabou, por um desencontro de informações, não empenhando as verbas necessárias para que houvesse o pagamento mensal da manutenção do servidor onde fica alocado todos os metadados já processados. Como resultado não houve o pagamento, o acesso ao servidor foi interrompido e o trabalho já realizado está inacessível, até o presente momento.

Imagem 1 - Imagens internas da Sala de Leitura (A) – Jardinópolis – SP.



Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

Imagem 2 - Imagens internas da Sala de Leitura (B) – Jardinópolis – SP.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Além das salas de leitura que estão vinculadas a Secretaria da Educação de Jardinópolis, também visitamos a sala de leitura que está vinculada à Secretaria de Cultura e Turismo do município, denominada “Sala de Leitura Amauri Vieira Barbosa” localizada na “[...]Estação Cultural, prédio anexo à ‘casa do povo’, na Câmara Municipal de Jardinópolis/SP” (ARAUJO, 2019).

A Sala de Leitura Amauri Vieira Barbosa é mais uma conquista da CABJ que atuou junto ao governo municipal para a viabilização do projeto de construção de uma biblioteca vinculada à sua Câmara Municipal. Neste projeto montou-se uma parceria entre a Câmara Municipal, que ficou responsável pela adequação estrutural do prédio e aquisição de mobiliários, e a CABJ, que ficou responsável pela elaboração do projeto arquitetônico, disponibilização do acervo, incluindo o seu transporte e montagem nas novas instalações, além da elaboração e disponibilização, em um curto espaço de tempo, de uma “listagem” de aproximadamente cinco mil obras que compõem o seu acervo junto à Câmara Municipal (ARAUJO, 2019).

Importante ressaltar que o acervo que deu vida a sala de leitura foi doado pela família de Amauri Vieira Barbosa (1961-2019), “[...]ávido leitor, escritor e juiz do trabalho, vítima de acidente de trânsito”. A composição, de seu acervo pessoal e agora pertencente a sala de leitura municipal, é muito variada “[...]com diversas temáticas (literaturas nacional e estrangeira, artes, história, biografias, economia, políticas, romance...) e, claro, direito!” (ARAUJO, 2019).

Assim como as demais salas de leitura foi realizado um diagnóstico *in loco*, por meio do roteiro de observação, ao qual apontaremos algumas observações, tendo como intenção

a complementação ou equalização da fala dos pesquisados sobre o tema. O roteiro de observação completo e preenchido está disponível no Apêndice E (p. 170 – 186) desta pesquisa.

Sala de Leitura Amauri Vieira Barbosa – Estação Cultural – Câmara Municipal de Jardinópolis/SP – Observação.

Parte 1: Indicadores

De um total de 8 (oito) indicadores que mensuraram o espaço físico, acervo, computadores ligados a internet, organização do acervo, serviços/atividades e pessoal, a Sala de Leitura Amauri Vieira Barbosa, apresenta um desempenho, no momento, classificado como básico, por não ultrapassar o percentual 37,5% dos indicadores considerados de nível exemplar em seu ambiente, ou seja, o nível básico foi observado em 5 (cinco) indicadores enquanto o exemplar foi observado em apenas 3 (três) indicadores. Salientamos que alguns indicadores que estão classificados como básico são de fácil resolução (assentos em quantidade suficiente para os usuários) e outros mais complexos, dependerão principalmente de vontade política (exemplo: aprovação de PPA, LDO e LOA que priorizem a compra e disponibilização computadores e acesso à internet para todas as salas de leitura e biblioteca).

Destaque positivo:

A Sala de Leitura Amauri Vieira Barbosa dispõe, no momento, de um bibliotecário responsável que trabalha em período integral (jornada de 8 horas de trabalho).

Destaque negativo:

A Sala de Leitura Amauri Vieira Barbosa, devido a pandemia da Covid-19, não está aberta ao público, seu acervo está sendo catalogado, os tombamentos estão sendo confeccionados e o inventário ainda não foi finalizado. O equipamento informacional, em questão, conta com apenas uma única funcionária que obrigatoriamente deve se desdobrar para realizar as tarefas diárias de ordem gerencial, bem como as de ordem técnica.

Parte 2: Instrumento de avaliação e planejamento

O acervo (existência de livros e outros recursos informacionais em grande quantidade e vasta variedade de temas etc.), bem como, a estrutura física e o mobiliário (espaço ambiente, mobiliário novo e adequado, climatização etc.) da sala de leitura, de um modo geral, atingem níveis considerados bons em nossa observação.

Não fugindo à regra, em nossa observação, foram evidenciados pontos que necessitam de melhorias, replicando alguns já mencionados nos diagnósticos apresentados das Salas de Leitura (A) e (B). Por exemplo, não foi identificado nenhum programa ou projeto em vista para estimular e engajar os seus usuários a pesquisarem em bases de dados científicas gratuitas. O espaço também não possui cabines e /ou salas individuais para estudo. Não observamos equipamentos audiovisuais ou computadores destinados aos alunos. O balcão de atendimento é inexistente, sem guarda volumes. Também não estão disponíveis aparelhos eletroeletrônicos como: televisores, aparelhos de tocar CD/DVD, máquinas fotográficas ou filmadoras.

Imagem 3 - Imagens internas da Sala de Leitura Amauri Vieira Barbosa



Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

Por fim, visitamos a Biblioteca Pública Municipal (BPM) – “Dr. João Baptista Berardo”, com o intuito de aplicarmos o roteiro de observação, o que se mostrou inviável, pois o prédio onde encontra-se instalada a biblioteca, no momento, está passando por uma grande reforma. Seu mobiliário está desmontado ou amontoado em outros locais. Seu acervo continua no prédio, amontoado em pilhas de caixas e cobertos por lonas e/ou sacos plásticos. Os equipamentos de mídia e eletroeletrônicos também estão empilhados em outros ambientes.

A reforma será muito bem-vinda, pois repaginará a BPM a partir de um projeto moderno, que está estruturado em conceitos de responsabilidade socioambiental, bem como, de acessibilidade. O projeto arquitetônico tem inspiração no modelo de Biblioteca Viva, onde

todos os ambientes devem interagir, os acessos são amplos, a iluminação natural é incentivada, tem uma conexão direta entre o ambiente interno e externo da biblioteca e todos os corredores e portas são largos e espaçosos para que todos tenham livre acesso a tudo e a todos.

Imagem 4 - Imagens internas da Biblioteca Pública Municipal de Jardinópolis/SP em reforma.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Imagem 5 - Imagens externas da Biblioteca Pública Municipal de Jardinópolis/SP em reforma.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Apesar de não possuir um PMLL regulamentado e implantado, o município paulista de Jardinópolis, demonstrou ter estrutura, mesmo que ainda tímida, exclusivamente voltada ao

LLB, e que estes espaços físicos, aqui analisados, podem sim serem classificados como salas de leitura e/ou bibliotecas.

7.7 PMLLLB de Jardinópolis – SP: impressões e expectativas

Outro aspecto que nós levantamos junto ao público pesquisado é a questão das impressões e expectativas que foram criadas a partir da proposição de elaboração do PMLLLB para Jardinópolis/SP.

O Entrevistado A (2021) alega que “[...]idealizava mais facilidades para a execução”, salienta que apesar da parceria, até então de sucesso, entre a comissão e o poder público municipal, em outros projetos, inclusive que viraram políticas públicas, ainda não surtiram efeito no caso do PMLLLB. O Entrevistado B (2021) demonstra certa apatia ao discorrer sobre a complexidade e burocracia do processo na esfera pública “[...]que impedem uma maior agilidade no processo de implantação do plano”. O Entrevistado C (2021) alega “[...]não ter conhecimento ou informações” sobre o tema. Já o Entrevistado D (2021) demonstra uma visão ampla e esperançosa sobre o tema, alegando que “[...]a escola sempre trabalhou com projetos de leitura, porém a iniciativa do grupo de trabalho em implementar o PMLLLB vem assegurar a participação de forma democrática e popular às metas a serem alcançadas de curto, médio e longo prazo”.

Para o Entrevistado E (2021) as expectativas positivas e as boas impressões que marcaram o início do processo foram pouco a pouco sendo minadas, em meio ao mar de indiferenças e burocracias institucionais e governamentais, o jogo político deve ser entendido por todos os atores que se propõem fazer parte do processo e o objetivo final deve ser almejado de forma escalonada e com objetivos claros, simples e factíveis.

As expectativas eram otimistas. As ideias, carregadas de ingenuidade. É preciso entender que as barreiras políticas são inúmeras, na realidade de déficit democrático brasileiro. As políticas de livro, leitura, literatura e bibliotecas, definitivamente, não estão no horizonte de políticos, pelo menos, como regra, nos âmbitos municipais. A expectativa era de que, observados os princípios já enunciados na Constituição, na Agenda 2030, no PNLL, no PNE, na Lei 12.444/2010, nas regulações municipais já existentes (São Paulo e Iguazu) e nos próprios planos municipais de cultura e educação e observando-se a defasagem local, que demandava iniciativas do zero, seria amplamente aceito a concretização de ideias de instauração das bibliotecas municipais, com servidores bibliotecários, a criação e desenvolvimento de programas perenes de fomento a leitura, a formação contínua de acervos. A

formação de grupo de trabalho mostrou-se imprescindível e a procura de ajuda por profissionais especializados foi uma preocupação desde o início (ENTREVISTADO E, 2021).

Seguindo a mesma linha de raciocínio o Entrevistado F (2021) afirma que inicialmente havia sido criado um ambiente de muita esperança, sendo enormes as expectativas de aceitação e agilidade da regulação e implantação do PMLLLB em Jardinópolis/SP, fato que não ocorreu ainda. Agora politicamente mais experiente alega que:

As expectativas e as ideias eram enormes, imaginava um documento completo prevendo o ideal, mas com a prática em ações sociais, as lutas por melhorias locais, percebi que estava iludida. Hoje com um país marcado pelo retrocesso, penso que mais do que nunca é preciso trabalhar com um documento realista que não assuste ou não desanime os envolvidos no processo. [...]entendo que esse grupo deve ser o mais eclético possível, com representantes de todas as áreas ligadas à educação, representantes da sociedade civil, poder legislativo, executivo, toda cadeia do Livro, Leitura, Biblioteca e o máximo de interessados possíveis (ENTREVISTADO F, 2021).

O Respondente G (2021) alega que “[...]não tem conhecimento de nenhum processo em andamento” para a regulação e implantação do PMLLLB de Jardinópolis/SP, nota-se por sua fala um certo desânimo referente a sua efetividade futura, mas ressalta sua importância para a sociedade jardinopolense, principalmente referente a questão da universalização das bibliotecas nas escolas, em cumprimento a Lei nº 12.244/10. “[...]A participação da escola é fundamental no PMLLLB, pois na grande maioria o primeiro contato com o livro ocorre na escola”. A fala do Respondente H (2021) denota uma expectativa positiva frente a uma possível regulação e implantação do PMLLLB de Jardinópolis/SP, alegando que mais que o cumprimento de metas e leis, o referido plano deve ter como seu objetivo principal, proporcionar a democratização, de forma ampla e justa, do acesso à informação, principalmente à população que vive as margens da dita sociedade economicamente ativa (abastada).

Na minha visão [...] a expectativa é que o PMLLLB possa contribuir para que o município consiga cumprir a lei 12.244/2010, possuindo uma biblioteca ou sala de leitura em cada unidade de ensino municipal. Mas que também, o PMLLLB tenha capacidade para enxergar, abordar e combater as desigualdades sociais do estudante de escola pública, que possa contribuir para que os mesmos tenham igualdade de acesso à informação perante alunos de escolas privadas, e que saiam do ensino fundamental com pleno

entendimento da função e importância de uma biblioteca na sua comunidade (RESPONDENTE H, 2021).

O Respondente I (2021) corrobora com a expectativa positiva frente ao tema, desejando que “[...]as metas estabelecidas assegurem o acesso a todos”. Por fim, o Respondente J (2021) alega que não conhece o processo de regulação e implantação do PMLLLB de Jardinópolis/SP, mas deseja “[...]que o plano possa contribuir para que a escola tenha uma biblioteca atuante”. Ressaltamos que apesar de todo esforço despendido pela CABJ e de outros atores sociais atuantes junto a questão do LLB, na esfera local, houve pouquíssimos avanços e/ou efetividade sobre a elaboração, regulação e implantação do PMLLLB de Jardinópolis/SP. (processo está suspenso no momento).

7.8 PMLLLB e LEI nº 12.244/2010: ações não implementadas

O cumprimento da Lei nº 12.244/2010 é um dos pilares de sustentação de todos os Planos Municipais de Livro e Leitura, mas também é um de seus maiores gargalos, pois a meta de universalização de bibliotecas em todas as unidades de ensino do país, não se efetivou e é sabido por todos que os avanços foram ínfimos se comparados com os objetivos inicialmente almejados. Em nossa pesquisa, foram levantadas estas questões junto aos pesquisados em busca de se traçar um panorama da cidade de Jardinópolis – SP, sobre o tema. Em um primeiro momento questionamos os participantes da pesquisa sobre qual tipo de contribuição que o PMLLLB poderia vir a dar à rede municipal ensino de Jardinópolis e obtivemos os seguintes as seguintes respostas:

Estabelecendo metas, objetivos, proporcionando aprendizagens reais e significativas. Levando o gosto e prazer pela leitura. Priorizando a capacidade leitora e escritora. Tornando alunos leitores, críticos e participativos. Preparando-os para o mundo de forma mais igualitária (ENTREVISTADO A, 2021).

O Entrevistado B (2021) alega que o PMLLLB pode “[...]contribuir cultural e socialmente, levar a sociedade a ampliar conhecimento e focar na sua atuação e visão de mundo”. O Entrevistado C (2021) alega “[...]não ter informações”, e preferiu não opinar. Para o Entrevistado D (2021) o PMLLLB seria importante pois estabeleceria “[...]metas essenciais” para a implantação de uma cultura voltada ao LLB. Já o Entrevistado E (2021) visualiza uma

interação necessária entre o orçamento participativo municipal (OPM) e o PMLLLB para a obtenção de uma política pública de estado que ultrapasse as barreiras e entraves de legenda partidária.

O PMLLLB, se integrado aos planos orçamentários, pode garantir uma política de estado de busca da universalização, como já vem sinalizando as respostas concretizadas em face das ações coletivas realizadas, como a recuperação de espaços, acervos e serviço, acima já apontada, mas é preciso repetir as preocupações do item 13. Pior do que não ter um Plano é ter um Plano desprezado, com o efeito de aumento da desconfiança social sobre esses instrumentos (ENTREVISTADO E, 2021).

O Entrevistado F (2021) aponta a necessidade de ações conjuntas e engajadas entre o governo municipal e a sociedade de forma que o PMLLLB não se transforme em mais uma ação sem efeito social.

Um PMLLLB exequível em consonância com os orçamentos (da pasta da educação e orçamentos impositivos) e uma sociedade engajada/participativa podem tornar possível avanços significativos na área do livro, leitura e biblioteca para todos. Não esquecendo que também pode ser desastroso quando é maravilhoso só no papel. Um bom plano que pensa e atenda estes quesitos pode ter força para democratizar e aumentar os espaços de leitura, promover o livro e a leitura, estimular a formação de leitores, escritores, poetas, bibliotecários, agentes diversos da leitura e escrita, estimular o mercado do livro, estimular os profissionais da educação e os profissionais em torno do livro, fazer florescer projetos que podem dar um novo rumo para o município, um despertar para uma cidade mais leitora, mais educadora, mais consciente, livre e humana (ENTREVISTADO F, 2021).

Para o Respondente G (2021) o PMLLLB deve ser discutido de forma ampla e democrática por todos os setores da sociedade, quantos mais atores sociais envolvidos melhor. A construção plural do PMLLLB, na visão do respondente, possibilitará a elaboração de uma política pública eficiente e atual.

O PMLLLB se for discutido e construindo com o pensamento de ser uma política pública para valorizar e desenvolver as bibliotecas (pública e escolares) ele será um instrumento eficaz e eficiente para trazer os modelos modernos de biblioteca que a tiram de um espaço de guarda do livro e do saber e a transforma em um espaço democrático de acesso à informação (RESPONDENTE G, 2021).

O Respondente H (2021) alega que mesmo sem sua implementação o processo inicial de discussão em torno do PMLLLB já foi capaz de trazer grandes benefícios para o município como *“[...]aquisição de mobiliário e acervo para algumas escolas, o planejamento para criação de salas de leitura nas que ainda não possuem e a contratação de um bibliotecário escolar”*. Para o Respondente I (2021) o PMLLLB *“[...]facilitará o acesso e a composição literária (acervo) e física (mobiliário) desses espaços”*, referindo-se as salas de leitura e bibliotecas. Por fim, o Respondente J (2021) também alega desconhecimento sobre o tema e não deseja opinar sobre a questão.

A outra questão que está diretamente relacionada ao PMLLLB e que abordamos junto aos pesquisados foi a seguinte: O que falta para o município de Jardinópolis cumprir a Lei 12244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares? Seguem as respostas obtidas.

O Entrevistado A (2021) alega que buscou *“[...]essa informação com o Secretário da Educação que lhe informou que já existe um projeto em andamento”*. O Entrevistado B (2021) informa que *“[...]está em andamento”*, sem repassar maiores detalhes. Para o Entrevistado C (2021) já se encontra em andamento pois *“[...]o município adquiriu vários acervos, mobiliários e contratou um bibliotecário para cadastrar e colocar em ordem as salas de leitura das unidades”*, fato também observado pelo Entrevistado D (2021) ao apontar que algumas unidades da Rede Pública Municipal de Ensino *“[...]estão recebendo mobiliários adequados e acervo literário conforme reza a referida lei”*. O Entrevistado E (2021) também demonstra ter um olhar otimista sobre o tema alegando que *“[...]o município vem recuperando os espaços de leitura das escolas e contratou servidor especializado (bibliotecário)”*. Já o Entrevistado F (2021) ressalta a importância de se ter uma sociedade civil organizada e atenta as demandas dos mais necessitados.

O município com a atuação e pressão da sociedade civil organizada está gradativamente recuperando os espaços de leituras nas escolas (devagar, mas em frente). Vale ressaltar que não fosse o CONSTRANGIMENTO posto por ações e esforços da sociedade civil organizada, legitimada pelas leis e o direito de participação no orçamento, penso que estaríamos como a maioria dos municípios brasileiros no completo abandono da pauta, em retrocesso (ENTREVISTADO F, 2021).

Para o Respondente G (2021) ainda falta sensibilidade ao poder público instituído sobre o tema, a biblioteca, de uma forma geral, não compõe a agenda de políticas públicas a serem implementadas no município.

Falta enxergarem a biblioteca como um equipamento cultural, educacional, informacional, enfim um espaço dinâmico. Não apenas um espaço onde os livros são ‘guardados’, armazenados. A biblioteca essencial para o lazer, a formação e informação da população de Jardinópolis e Jurucê criando um elo, um sentimento de pertencimento, respeito e conhecimento sobre a cidade para que no futuro a memória e a história da cidade sejam preservadas e conhecidas por sua população. O que falta para que isso aconteça é estabelecer uma política pública para o livro, leitura e biblioteca, onde seja destinado recursos físicos, financeiros e de pessoal para que isso se desenvolva (RESPONDENTE G, 2021).

Para o Respondente H (2021) é necessário a interação entre o poder público instituído e os atores sociais que desenvolvem as atividades de ordem prática no ambiente das bibliotecas e salas de leitura no município.

Acredito que é preciso ouvir os bibliotecários em relação aos assuntos em que lhes diz respeito ou à sua área de atuação, assim como professores e direção escolar para que seja levantado conhecimento acerca da comunidade em que a instituição está inserida. É preciso também dar mais garantia e segurança em relação aos processos que envolvem o trabalho dos bibliotecários, como por exemplo, a hospedagem segura de software para catalogação, para que não haja retrocessos no trabalho realizado. E por fim, ainda em minha visão como técnico, é preciso valorização salarial para os bibliotecários[...] (RESPONDENTE H, 2021).

O Respondente I (2021) pensa em uma reestruturação total do que venha ser a biblioteca hoje existente onde poderia ser implantada entre outras coisas, “[...]um jardim para a prática de leitura, contação de histórias, teatro e outros”. O Respondente J (2021) faz uma crítica direta ao corpo docente das escolas que ao seu ver não é engajado as questões voltadas ao LLB, sendo “[...]o que falta é maior compromisso dos professores em relação à biblioteca, pois a biblioteca oferece todas as condições necessárias para que os projetos sejam desenvolvidos”.

Sobre os dados levantados em nossas interações junto ao público pesquisado podemos categoricamente observar que o processo de universalização das bibliotecas, atendendo as diretrizes da Lei Federal nº 12.244/10, hoje encontra-se suspenso em conjunto com a elaboração do PMLLB de Jardinópolis. Efetivamente existem apenas duas salas de leitura

implantadas (mobiliário, acervo catalogado, espaço climatizado e adequado etc.) em um universo que contam com pelo menos 25 possíveis salas de leitura/bibliotecas escolares para atendimento da rede municipal de ensino. Salientamos que estamos ainda vivenciando um momento de turbulência social e econômica devido a Pandemia da Covid- 19 e ainda não conseguimos mensurar qual foi o seu verdadeiro impacto sobre o processo em questão.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi alcançado de forma ímpar pois conseguimos demonstrar a influência que possui uma sociedade civil organizada, frente ao poder público instituído. No caso específico do município paulista de Jardinópolis, a organização da sociedade civil estava circunscrita ao tema livro, leitura, literatura e biblioteca e a estrutura sociocultural de atuação apresentada pelo CABJ junto ao poder público fez toda diferença no sentido da mobilização popular frente a inércia das estruturas políticas até então existentes sobre o tema. A aprovação de leis, a abertura de um fórum de discussão, com o poder público e a proposição da elaboração, regulamentação e implementação de um PMLLLB, na instância municipal, com ampla aceitação social, são provas cabais que a sociedade civil organizada em Jardinópolis – SP, teve representação popular direta ao longo de todo o processo de implementação de novas políticas públicas entre os anos de 2016-2020, voltadas ao livro, leitura, literatura e biblioteca, que de certa forma, melhoraram as perspectivas culturais, educacionais, sociais e informacionais do município em questão.

Em referências aos objetivos específicos conseguimos identificar ações direta oriundas da sociedade civil organizada, por meio do CABJ, que iniciou um processo de mobilização popular no município em prol da elaboração de seu PMLLLB, como exemplo, podemos citar a conferência municipal: “A Construção Coletiva e Participativa do Plano Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca de Jardinópolis”, que aconteceu no ano de 2018. Também é notório a relevância do coletivo CABJ (sociedade civil organizada) para o tema LLB, basta salientar que em seu breve período de atuação (2016 – 2020) conseguiu junto ao poder público municipal a aprovação de importantes leis voltadas ao livro, leitura e biblioteca.

Apesar de ainda não ter sido implantado e desta forma não poder ser mapeado em sua totalidade, o PMLLLB de Jardinópolis, apresenta-se como uma importante ferramenta de democratização do livro, leitura, literatura e da própria biblioteca, pois a partir do início de sua elaboração já se construiu importantes mecanismos de interação sociocultural entre a sociedade local e outras instituições (poder executivo, legislativo, universidades, centros de informação etc.) em um ambiente plural e democrático, voltados especificamente em ampliar os canais de acesso ao LLB.

O processo de elaboração do PMLLLB de Jardinópolis se iniciou em meados do ano de 2016, apresentando características aderentes ao modelo de agenda pública descrita por

Capella (2006), onde uma demanda social reprimida (acesso amplo e democrático ao LLB), passou a ser evidenciada, contextualizada e de forma direta acabou exercendo pressão sobre o governo local. Este, por sua vez, buscou alternativas para a resolução do problema por meio da alteração das prioridades em sua agenda de políticas públicas abrindo um fórum específico para discussão sobre o tema LLB. Importante notar que os atores sociais envolvidos neste processo são representados por meio de um coletivo que surgiu a partir da organização extrapartidária da sociedade civil mais membros do poder legislativo e executivo municipal.

O coletivo automeceu-se como Amigos das Bibliotecas de Jardinópolis, posteriormente ficou conhecido como CABJ e foi responsável por grandes feitos, principalmente na esfera cultural e educacional local. O processo de elaboração do PMLLLB de Jardinópolis ganhou espaço e notoriedade na RMRP a partir de sua divulgação em redes sociais, como Facebook, e assessoria de renomados pesquisadores da área, como exemplo do Prof. Dr. Cláudio Marcondes de Castro Filho da USP campus de Ribeirão Preto – SP.

Paralelamente ao processo de formulação do PMLLLB de Jardinópolis, o CABJ conseguiu, junto ao poder público municipal, o estabelecimento de uma agenda de discussão, sobre o tema LLB, que possibilitou avanços pontuais, sendo exemplo, a implantação de leis que instituíram políticas públicas de eventos e datas comemorativas³. Pontuamos que este movimento positivo, como é notório em todas as ações sociais, também apresentou, em seu seio, algumas contradições, com destaque à falta de objetividade em priorizar a conclusão do processo de elaboração do PMLLLB e isto culminou em graves entraves ao processo em si.

Porém e Guaraldo (2011, p. 6) observam educação e cultura como dois grandes polos de sustentação social, onde ambos estão interligados umbilicalmente, a leitura, por sua vez, desempenha o papel de unificação entre estas duas dimensões. O desenvolvimento de um PMLLLB em Jardinópolis/SP contemplaria estas duas grandes dimensões de forma simples e assertiva, possibilitando acesso amplo e democrático ao LLB, trazendo autonomia às pessoas e criando um espaço social crítico e plural, onde os atores sociais, pensariam por si mesmos.

Como descreve Souza (2006, p. 36), e diferente do ocorrido em Jardinópolis, “[...]política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo”. As ações implementadas em Jardinópolis, como descrito anteriormente, apesar de positivas,

³Citamos como exemplo a referida lei: Lei nº 4.493 de 18 de julho de 2018 que “institui a Semana Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca – Dr. João Baptista Berardo no calendário de eventos do município de Jardinópolis, a ser promovida na última semana do mês de abril de cada ano, incluindo os dias 23 a 27”.

na maioria das vezes, ficaram pautadas em leis tidas como comemorativas ou vinculadas a eventos, e a crítica que se faz é justamente sobre a implementação de políticas públicas que mantiveram a estrutura sociocultural inalterada, e, que até então, é considerada inadequada, pois não atende as necessidades básicas dos munícipes, referentes ao tema LLB. As leis implementadas deveriam perpassar as legendas partidárias e os mandados políticos, em um fórum amplo, plural e permanente de discussão, com os atores sociais locais, fortalecendo e priorizando o atendimento de suas necessidades, fato que ainda necessita de consideráveis avanços.

No caso específico da cidade de Jardinópolis este fator de se priorizar as ações de curto prazo em detrimento a ações de médio e longo prazo, custaram caro e praticamente inviabilizaram a continuação do processo de elaboração, regulação e implantação do PMLLB, devido a dois acontecimentos de grande impacto, um de ordem local e outro de alcance mundial. O primeiro se refere ao falecimento de um dos grandes apoiadores do coletivo, o então prefeito municipal Dr. João Ciro Marconi, fato ocorrido em 07 de janeiro de 2020. O outro evento é a pandemia mundial da Covid-19 que chegou ao Brasil no início do ano de 2020 também, fato que desmobilizou não só o coletivo da cidade de Jardinópolis como quase todos os coletivos ao redor do mundo que não estivessem diretamente ligados aos setores considerados essenciais (saúde, logística, economia etc.).

Assim como o CABJ, o governo municipal de Jardinópolis e o mundo, nós também fomos diretamente atingidos pela pandemia da Covid-19 que obrigou praticamente a toda população aderir o distanciamento social e assim inviabilizou a coleta de dados de forma presencial por mais de 18 meses. Só foi possível realizar a finalização da coleta de dados após a melhoria substancial dos índices de infestação e mortes causadas pela doença já no segundo semestre de 2021. Salientamos que durante todo o processo de realização desta pesquisa iniciada em março de 2020 e com data prevista de término para maio 2022 mais de 75% do referido prazo vivenciamos limitações rigorosas impostas pela pandemia mundial. Este impacto refletirá no resultado da pesquisa, mas não sabemos precisar, no momento, qual é a sua magnitude.

Ao observarmos a evolução dos números absolutos de pessoas infectadas pela pandemia, a desmobilização da CABJ e a suspensão do processo de elaboração, regulação e implantação do PMLLB de Jardinópolis nos indagamos se não era o momento de recuarmos

e alçarmos novos voos, buscar novos objetos de pesquisa, alterarmos o tema de nossa dissertação e elegermos um tipo de pesquisa mais factível a nova realidade vivenciada, algo distante da pesquisa de campo e do estudo de caso. A incerteza nos causou insegurança e o instinto biológico nos instigou ao recuo, como forma de proteção e preservação pessoal. Será que nós teríamos incorrido no erro descrito por GIL (2008, p. 38), onde a falta de experiência acadêmica, teria possibilitado a delimitação de um tema com dimensões inviáveis de conclusão?

Ao contrário do sentimento inicial que era de insegurança e medo, pouco a pouco, adotamos uma postura volta à esperança e a resiliência, e encontramos em YIN (2015, p. 47) critérios teóricos e metodológicos para a manutenção do projeto de pesquisa, onde nos respaldamos em 4 características essenciais para sua sequência, sendo elas: “fidedignidade, credibilidade, confirmabilidade e a fidelidade”, todas presentes em nossa pesquisa. Então fomos obrigados a nos reinventar diariamente, por exemplo, reorientamos nossa hipótese e nossos objetivos iniciais (geral e específicos) de pesquisa, além de modificarmos o formato de aplicação das entrevistas que foram inicialmente propostas em um formato presencial, mas que posteriormente, por questões de óbvias, tiveram que ser remodeladas e aconteceram de forma remota, sendo que sua complementação só pode acontecer recentemente após a aplicação do roteiro de observação nas salas de leitura e na biblioteca pública municipal de Jardinópolis/SP.

A grande questão a ser respondida era..., mas por que continuar analisando um processo suspenso e que não tinha previsão de voltar acontecer?

Neste ponto da pesquisa retomamos as três questões éticas levantadas anteriormente por Cortella (2013, p. 106): Quero? Devo? Posso?. E a resposta surgiu naturalmente..., **sim**, eu quero, devo e posso continuar a pesquisar sobre o tema baseando-me em preceitos teóricos/metodológicos da pesquisa exploratória/descritiva. Quanto a indagação de darmos sequência a um estudo de caso sobre um processo suspenso, entendemos que não podemos nos furtar a mostrar a experiência vivenciada no município paulista de Jardinópolis, independente do resultado final a ser apresentado. Fato é que nos últimos 5 (cinco) anos, a sociedade civil organizada, remou contra a maré e conseguiu conquistar feitos incríveis, junto ao poder legislativo e executivo municipal, como por exemplo, aprovar leis de incentivo ao acesso amplo e democrático à cultura, educação e informação, baseados em políticas públicas

voltadas ao LLB, enquanto isso, infelizmente, vem acontecendo um retrocesso histórico inédito sobre o tema no âmbito federal.

Assim como apontado Giddens (2008, p. 441), a sociedade civil organizada, quando mobilizada, tem o poder de transformação social, pois, somente, o governo e o mercado, não são capazes de resolver a todos os desafios impostos pela sociedade informacional, e neste sentido, a cidade de Jardinópolis pode ser considerada um *case* de sucesso se analisarmos a mobilização social ocorrida, nos últimos cinco anos, e os avanços obtidos na construção de uma cultura voltada ao LLB.

Os atores sociais, como bem observado por Castells (1999, p. 500), são a expressão fidedigna da própria sociedade, e no caso de Jardinópolis, foram os responsáveis direto pelo engajamento político, onde participaram ativamente de audiências públicas, fóruns especializados, construíram uma rede de discussão com o poder público municipal, buscaram parcerias e assessorias junto a instituições de renome que realizam estudos e estão na vanguarda sobre o tema como a Universidade de São Paulo (USP). Construíram uma nova sala de leitura a partir da instituição de uma parceria com a Câmara Municipal de Vereadores e a doação recebida de um acervo particular com mais de cinco mil obras. Também se fizeram presentes no orçamento participativo, PPA, LDO e LOA do referido período, conseguiram proporcionar a reforma e aquisição de novos acervos para 4 (quatro) salas de leitura que estão vinculadas a escolas públicas municipais, pressionaram o governo para aprovação da elevação da dotação municipal do cargo de bibliotecário e posterior realização de concurso público, obtendo êxito em todas as demandas elencadas.

Uma das conquistas da CABJ, frente ao poder legislativo e executivo municipal, foi a aprovação da Lei nº 4.493/2018. Uma manifestação específica para celebração do LLB, que demonstra, mesmo que de forma incipiente, a possibilidade da construção de uma cultura local voltada ao tema. A aceitação e aprovação da referida lei trouxe novos ares de esperança e a possibilidade de implementação de mais ações voltadas a este tema. Longe de ser a condição ideal, é uma conquista a ser comemorada, pois, o tema LLB é vislumbrado como sendo um agente de transformação educacional, social, cultural e informacional, onde a construção de um ambiente, cada vez mais amplo e democrático, possibilitará o surgimento de cidadãos críticos, em consonância a uma sociedade mais justa e equilibrada socialmente, com equidade na oferta de oportunidades e menos perversa em termos de meritocracia.

Ao ressaltarmos os efeitos positivos alcançados não podemos deixar de apontar pontos de melhoria no processo vivenciado na cidade de Jardinópolis estado de São Paulo. Um ponto a ser observado é a questão da pouca diversidade cultural, social e econômica dos atores envolvidos em todo o processo de elaboração, regulamentação e implantação do PMLLL. Basicamente os atores sociais do CABJ seguem um perfil que é bem próximo ao dos participantes desta pesquisa, que em sua maioria são: funcionários públicos concursados ou eletivos, brancos, classificados como classe média ou alta, alto grau de instrução escolar, com moradia própria e, esta última, sendo bem localizada geograficamente. Considerada essencial (BRASIL, 2006a, p. 17), a diversidade sociocultural dos atores envolvidos, no processo de elaboração, regulação e implantação do PMLLL, é caracterizada como princípio norteador pelo “Guia para elaboração e implantação dos Planos Estadual e Municipal do Livro e Leitura (PELL e PMLL)” para fornecer legitimidade a todo processo, fato não observado no caso de Jardinópolis.

Propositalmente mencionamos questões vinculadas a raça/cor, posição econômica e localização geográfica de moradia, para retomarmos a reflexão sobre o bolsão da exclusão educacional/social nacional demonstrado em pesquisas do IBGE e já apontado no início desta pesquisa. O malefício do analfabetismo nacional se reproduz na esfera local e não permite dar voz às pessoas que vivem as margens da dita sociedade informacional.

O processo de elaboração do PMLLL de Jardinópolis, para ter legitimidade, necessitará de vozes outras, de outras cores, de outros sabores e também de dissabores. Será preciso incluir à mesa de negociação representantes negros, moradores de comunidades, representantes sindicais, religiosos, indígenas, representantes de minorias sociais etc. Deleuze e Guattari (1995) reforçam nossa fala ao demonstrar hoje a existência uma sociedade múltipla e fragmentada, logo, contraditória e complexa. Santos (2001, p. 18), por sua vez, tece duras críticas a globalização, alegando que fora dos modelos vigentes de sociedade, tidos como, “fábula” (mundo como nos querem vender) ou “perverso” (mundo como verdadeiramente é), existe uma outra forma de se organizar socialmente, uma outra possibilidade de sociedade, referenciada pela pluralidade e democracia, construída a partir das vozes de todos os atores sociais, inclusive daqueles que nunca tiveram a oportunidade de se expressarem e sempre foram relegados à marginalidade social (analfabetos, negros, pobres, minorias étnicas, mulheres etc.).

Pontuamos que esta busca deve ser intensa e constante, não se faz política pública de estado a distância, o embate político deve ser estimulado no corpo a corpo, quem pode ter lugar de voz e falar pelo morador de comunidade se não o próprio morador de comunidade. Almeida Júnior (2015) descreve, em seu conceito de mediação da informação, a permeabilidade de intenções e ideologias nas interações humanas. Não devemos ser ingênuos no sentido de pensar que só com o conhecimento teórico conseguimos nos colocar no lugar do outro e realmente sentir as mazelas por ele vivenciadas de tal forma que saberemos o que é o melhor para tal sem incluí-lo na discussão. O máximo que conseguimos realizar é nos solidarizar com as agruras vivenciadas pelos menos assistidos, mas partimos do alto de nossas experiências de vida e de nossos preconceitos e como alega Almeida e Moraes (2013, p. 179) o processo dialógico de interação social é entrecortado por uma série de elementos sociais, culturais, econômicos, históricos e tecnológicos que só farão sentido se as partes envolvidas tiverem competência informacional para a recepção e decodificação das mensagens trocadas.

O segundo ponto, e não menos importante que o primeiro, é de ordem mais técnica para o processo em si, apesar de grandes conquistas não localizamos, referente ao PMLLB de Jardinópolis – SP, a regulamentação específica para estruturação do Grupo de Trabalho (GT) responsável por instituir as diretrizes e os objetivos a serem alcançados. Tão pouco conseguimos mapear a estrutura de um Grupo Executivo (GE) que ficaria responsável por dar sequência as deliberações realizadas pelo GT, integrando assim a hierarquia inicial de todo processo de implantação do PMLL (BRASIL, 2006a).

O Guia para a elaboração e implantação dos planos estadual e municipal do livro e leitura é um instrumento básico e mais que necessário para a elaboração e implantação do Plano Municipal do Livro e Leitura. No formato pragmático do que vem a ser um guia, ele foi pensado para padronizar as ações que devem ser minimamente desenvolvidas no ambiente municipal no sentido de se desenvolverem o PMLLB sem maiores problemas. O guia é tão pragmático que o título de seu segundo capítulo é “Passo a passo para criar o plano do livro e leitura (PELL/PMLL)”, sendo necessário a reflexão crítica para adaptá-lo a realidade local, demonstrando ser, de uma forma geral, um importante aliado para construção do PMLLB. Fato não observado no processo de elaboração, regulação e implantação do PMLLB de Jardinópolis – SP (BRASIL, 2006a).

A CABJ não conseguiu em conjunto ao poder público instituído e os demais atores sociais envolvidos no processo de construção do PMLLB do município, estabelecer o GT tão pouco o GE, fato relevante no sentido de conseguir estabelecer papéis e responsabilidades aos atores sociais partícipes no processo. Sem o estabelecimento dos papéis e responsabilidades, não foi possível estabelecer instancias reguladoras, calendários de evolução, pontos de corte, mapeamento de desempenho etc. (BRASIL, 2006a).

Mais que atingir os objetivos iniciais pré-determinados na elaboração deste projeto de pesquisa, nós conseguimos alcançar algo ainda maior, que foi poder observar de perto e poder refletir sobre o *case* de Jardinópolis – SP. Deste feito reafirmamos que seu PMLLB não foi elaborado, regulamentado, tão pouco implementado, mas tem algo que se demonstrou ainda mais importante, principalmente para o momento atual vivenciado, que é o desenvolvimento de uma sociedade civil organizada com grande mobilização popular. Temos a convicção que com pequenos ajustes, em breve, poderá ser plantado, em solo jardinopolense, não a semente de uma mangueira, fruta que representa o município (terra da manga), e sim, a semente do incentivo ao livro, leitura e biblioteca que nada mais é que, um portal de transformação total do ser humano, e como alega Castro (2017), devemos buscar sempre cultivar ações culturais e socioeducacionais em busca do bem comum.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A.; MORAES, M. B. Mediação da informação, ciência da informação e teorias curriculares: a transdisciplinaridade na formação do profissional da informação. **Informação & Informação**, Londrina. v. 18, n. 3, p. 175-198, 2013. DOI: [10.5433/1981-8920.2013v18n3p175](https://doi.org/10.5433/1981-8920.2013v18n3p175) Acesso em: 01 ago. 2020
- ALMEIDA JÚNIOR, O. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (Org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. 278p. p. 9-32.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, J.P. (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2007. p. 33-45.
- ARAUJO, R. P. Advocacy por bibliotecas escolares: a experiência de Jardinópolis/sp. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, p. 157-176, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/127470>. Acesso em: 06 jun. 2021.
- AVRITZER, L. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 13-60.
- BERCOVICI, G. PPA 2012 – **2015: experimentalismo institucional e resistência burocrática**. In: Estado, planejamento e direito público no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2015.
- BOTELHO, I. **Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2016. 400 p.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 10 fev. 2020.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.753.htm. Acesso em 22 de ago. de 2020.
- BRASIL. Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e Instituto Pró-Livro. **Guia para elaboração e implantação dos Planos estadual e municipal do livro e leitura**. 2006a. 34 p. Disponível em: http://siseb.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/Guia_PNLL.pdf. Acesso em 01 de ago. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação e Ministério da Cultura. **Portaria Interministerial nº 1.442 de 10 de agosto de 2006**. 2006b. Institui o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

Disponível em: <https://www.semesp.org.br/legislacao/migrado2046/>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em 22 de ago. de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.559 de 01 de setembro de 2011**. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL e dá outras providências. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/Decreto/D7559.htm. Acesso em: 10 out. 2020

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e da outras providências. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 22 de ago. de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018**. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13696.htm>. Brasília. 2018. Acesso em 22 de ago. de 2020.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**. Berkeley. v. 42, p. 351-360, 1991.

CAPELLA, A. C. N; Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais (BIB)**, n. 61. São Paulo, ANPOCS, 2006.

CAMPELLO, B. **Letramento informacional**: função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 79p

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, Apr. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pci/v12n1/11.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

CORTELLA, M. S. **Qual é a tua obra?**: inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 21. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede** – A era da informação: economia, sociedade e cultura. tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra. 1999

CABJ - COMISSÃO AMIGOS DAS BIBLIOTECAS DE JARDINÓPOLIS. Grupo privado. Jardinópolis – SP, 12 abr. 2018. Facebook: ABJ@ABJOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/Amigos-das-Bibliotecas-de-Jardin%C3%B3polis-133945113949529/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1 ; Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. 94 p. (Coleção TRANS)

EMPLASA. **Estudo Técnico: REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://metadados.inde.gov.br/geonetwork/srv/api/records/f0be447b-ce7c-4a21-8698-9d3e97b49cf3>. Acesso em: 05 mar. 2020.

FAILLA, Z (Org.). **Retratos da Leitura no Brasil 5**. São Paulo: GMT Editores Ltda: Instituto Pró-Livro, 2021.

FARIAS, V. O. **Ética um olhar atemporal**. Curso online. Universidade Corporativa do Banco do Brasil. Carga horária 2h. 2020. Disponível em: <https://www.unibb.com.br/curso/2271/2260/etica-um-olhar-atemporal>. Acesso: 01 jan. 2021.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FOCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. ed. tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 288 p.

FOCAULT, M. **O Poder e a norma**. In: Psicanálise, poder e desejo. Rio de Janeiro. Chaim Samuel Katz: Ibrapsi, 1979. p. 46-54

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 18ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. Tradução Alexandre Figueiredo et al. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008. 200 p.

GUARALDO, T.S.B. **Práctica de lectura en Brasil. Un análisis del PNLL desde la comunicación. La Trama de la Comunicación**. Volumen 19. Páginas 015 a 027.

IBGE. **Cidades**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema agregador de informações sobre os municípios e estados do Brasil. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jardinopolis/panorama>. Acesso em: 05 jul. 2021.

IFLA e UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994**. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

IFLA e UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre biblioteca escolar 1999**. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/ifla-unesco-school-library-manifesto-1999/>. Acesso em: 05 jul. 2020

IFLA e UNESCO. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar 2015**. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2020

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais – Ideb**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 13 jul. 2021.

JARDINÓPOLIS. Câmara Municipal de Jardinópolis. Estado de São Paulo. **Constituição do Município de Jardinópolis**. 05 abr. 1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5020/leis-de-jardinopolis?q=&types=28>. Acesso em: 10 mai. 2021.

JARDINÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Estado de São Paulo. **Lei Municipal Ordinária nº 1.678 de 22 de abril de 1993**. Institui o dia do “Poeta Jardinopolense” a ser comemorado no primeiro sábado do mês de maio. 1993. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5020/leis-de-jardinopolis?q=&types=28>. Acesso em: 12 mai. 2021.

JARDINÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Estado de São Paulo. **Lei Municipal Ordinária nº 2.064 de 04 de agosto de 1997**. Torna obrigatório a colocação de dois jornais diários e duas revistas semanais na Biblioteca Pública Municipal Dr. João Baptista Berardo. 1997. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5020/leis-de-jardinopolis?q=&types=28>. Acesso em: 15 mai. 2021.

JARDINÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Estado de São Paulo. **Lei Municipal Complementar nº 001 de 05 de outubro de 2006**. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo, sistema e processo de planejamento e gestão democrática do desenvolvimento urbano do município de Jardinópolis. 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5020/leis-de-jardinopolis?q=&types=28>. Acesso em: 15 mai. 2021.

JARDINÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Estado de São Paulo. **Lei Municipal Ordinária nº 3.653 de 04 de maio de 2010**. Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Cultura e dá outras providências. 2010. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5020/leis-de-jardinopolis?q=&types=28>. Acesso em: 16 mai. 2021.

JARDINÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Estado de São Paulo. **Lei Municipal Ordinária nº 3.815 de 05 de julho 2011**. Dispõe sobre a criação e elevação de cargos na tabela constante do anexo I da Lei nº 1702/93, com suas posteriores alterações, dando outras providências. 2011. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5020/leis-de-jardinopolis?q=&types=28>. Acesso em: 16 mai. 2021.

JARDINÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Estado de São Paulo. **Lei Municipal Ordinária nº 3.967 de 06 de novembro de 2012.** Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Jardinópolis, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências. 2012. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5020/leis-de-jardinopolis?q=&types=28>. Acesso em: 17 mai. 2021.

JARDINÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Estado de São Paulo. **Lei Municipal Ordinária nº 4.621 de 24 de março de 2015.** institui no município de Jardinópolis, a Semana Cultural Neco Rosseto. 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5020/leis-de-jardinopolis?q=&types=28>. Acesso em: 17 mai. 2021.

JARDINÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Estado de São Paulo. **Lei Municipal Ordinária nº 4.469 de 15 de maio de 2018.** Dispõe sobre a elevação do cargo de bibliotecário, constante do anexo I da Lei nº 1.702/93, com suas posteriores alterações, dando outras providências. 2018. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5020/leis-de-jardinopolis?q=&types=28>. Acesso em: 17 mai. 2021.

JARDINÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Estado de São Paulo. **Lei Municipal Ordinária nº 4.493 de 18 de julho de 2018.** institui a Semana Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca – Dr. João Baptista Berardo no calendário de eventos do município de Jardinópolis, a ser promovida na última semana do mês de abril de cada ano, incluindo os dias 23 a 27. 2018b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5020/leis-de-jardinopolis?q=&types=28>. Acesso em: 18 mai. 2021.

JARDINÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Estado de São Paulo. **Lei Municipal Ordinária nº 4.523 de 06 de novembro de 2018.** Estima a receita e fixa despesa do município para o exercício financeiro de 2019. 2018c. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5020/leis-de-jardinopolis?q=&types=28>. Acesso em: 19 mai. 2021.

KANT, I. **Fundamentos da metafísica dos costumes.** 1. ed. Tradução Paulo Quintela. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2007.

LIMA, G. N. B. O.; PINTO, L. P.; LAIA, M. M. Tecnologia da informação: impactos na sociedade. **Informação & Informação**, v. 7, n. 2, p. 75-94, 2002. DOI: [10.5433/1981-8920.2002v7n2p75](https://doi.org/10.5433/1981-8920.2002v7n2p75) Acesso em: 16 out. 2020.

MAQUIAVEL, N. O príncipe. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARCOLINO, M. A. R; CASTRO FILHO, C. M. **Biblioteca escolar e os usuários especiais:** O profissional da informação frente ao desafio da inclusão. Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 28, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2014. Disponível em: < <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/4216> >. Acesso em 12 de set. de 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAROTO, Lúcia Helena. **Biblioteca escolar, eis a questão: do espaço do castigo ao centro do fazer educativo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012

MARQUES NETO, J. C. (Org.) **PNLL: Plano Nacional do Livro e da Leitura**. (textos e história: 2006 - 2010). São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010. 340p.

MARTINELLI, M. L. (org). **Pesquisa Qualitativa: Um Instigante Desafio**. 2. Ed. São Paulo: Veras Editora, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. 12. ed. Tradução Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MEC. Ministério da Educação. **Portal do MEC**. 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb#:~:text=Ideb%20%2D%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o&text=O%20Ideb%20funciona%20como%20um,mobilizar%20em%20busca%20de%20melhorias>. Acesso em: 12 de mai. 2021.

MILL, J. S. **O Utilitarismo**. 2. ed. Tradução Alexandre Braga Massella. São Paulo: Iluminuras, 2020. 96 p.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Declaração isto não é um manifesto**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: N-1 edições. 2016.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Império**. 11. ed. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2014.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) DA CIDADE DE JARDINÓPOLIS – SP. GEC Engenharia. **Relatório de atividades** – Bloco I – Diagnóstico, 2016. Disponível em: https://smastr20.blob.core.windows.net/conesan/Jardinopolis_AE_2016.pdf. Acesso em: 10 mai. 2021.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Brasília: ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2021. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>. Acesso em 18 jul. 2021.

PORÉM, M. E.; GUARALDO, T. S. B. A Comunicação Pública e o Desenvolvimento e Difusão da Leitura no Brasil: estratégias da campanha “Mãe, lê pra mim” do Instituto Pró Livro. **XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DA ESCOLA LATINO-AMERICANA DE COMUNICAÇÃO** – CELACOM, Araraquara, 2011.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Editora Feevale, 2013.

ROSA, F. G. M. G; ODDONE, N. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ci/a/bzwPCxGPDnyNmclR8yt7kDH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 09 ago. 2020.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social: princípios do direito político**; tradução Edson Bini. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2015.

SALA, F. **Políticas Públicas do Livro, Leitura e Biblioteca Escolar no Brasil: das iniciativas federais à implementação municipal**. Orientador: Silvio César Nunes Militão. 2018. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154102>. Acesso em: 01 jul. 2020.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEBRAE. **Manual: Políticas Públicas Conceitos e Práticas**. Série Políticas Públicas. v.7. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48p.

SILVA, Elaine da. **A gestão da informação e do conhecimento como subsídios para a geração de inovação**. 2013. 232 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93636>. Acesso em: 23 mai. 2020.

SILVA, V. C; AMORIM, I, T. **Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, Orçamento Participativo e Programa de Metas: instrumentos complementares ou conflitantes?**. *Rev. Elet. Gestão e Serviços*. v.3, n.1, jan./Jun. 2012

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Revista Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2021**. São Paulo: Moderna, 2021. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/index.html>. Acesso em: 04 ago. 2021.

TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974

VIANNA, M.; VIANNA, Y.; ADLER, I. K.; LUCENA, B.; RUSSO, B. *Design Thinking: Inovação em negócios*. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista

Secretários da Educação e Cultura, diretores de unidades escolares públicas municipais e demais atores da sociedade civil que participaram do processo de elaboração do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) da cidade de Jardinópolis, estados de São Paulo, 2021.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- a. Nome:
- b. Data de nascimento:
- c. Formação (graduação, pós-graduação, etc.):

PERGUNTAS

1. Qual o seu envolvimento com a área do livro, leitura e biblioteca escolar?
2. Quais as informações prévias sobre os planos (plano nacional e de outras cidades e estados) que você tinha no início dos trabalhos do PMLLLB?
3. Como está sendo o processo de elaboração do PMLLLB?
4. Discorra sobre o PMLLLB (importância e alcance).
5. Quais as expectativas e ideias que você tinha sobre o PMLLLB antes do início do processo de construção?
6. Quais as suas impressões sobre a composição do Grupo de Trabalho do PMLLLB? Em algum momento vocês sentiram a necessidade de procurar ajuda de um profissional especializado?
7. Em que nível você participou das plenárias e debates?
8. Quais as questões surgidas no processo de participação?
9. Qual a sua impressão sobre texto final/parcial?
10. Quais as suas expectativas sobre o PMLLLB após a sanção do Prefeito?
11. Como a questão da biblioteca escolar está contemplada no PMLLLB?
12. Você tem conhecimento sobre o estado, as condições das bibliotecas (escolares) do município?
13. Como você vê a questão das bibliotecas (escolares) do município?
14. Como o PMLLLB pode contribuir para a melhoria da biblioteca (escolar) na rede de Jardinópolis?
15. O que o município está fazendo para cumprir a Lei n. 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares? Qual a situação do município em relação ao atendimento dessa Lei?

(Roteiro de Entrevista adaptado a partir do Roteiro de Entrevista I, SALA, 2018, p. 206)

APÊNDICE B

Questionário

Bibliotecários e funcionários responsáveis pelas salas de leitura nas escolas públicas municipais de ensino fundamental da cidade de Jardinópolis, estados de São Paulo, 2021.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Data de nascimento:

Formação (graduação, pós-graduação etc.):

1. A escola/instituição a qual você está vinculado(a) possui biblioteca/sala de leitura?
2. Tem alguém trabalhando nesse espaço? Qual o cargo?
3. A biblioteca realiza algum trabalho pedagógico?
4. A seu ver, qual é a contribuição da biblioteca (escolar) no processo de ensino da escola?
5. Existe algum projeto político pedagógico em que a biblioteca que você atua esteja contemplada?
De que maneira?
6. Como você visualiza a relação: aluno – biblioteca - professor?
7. Existe investimento, recursos destinados à biblioteca para aquisição de acervo, mobiliários, reformas etc.?
8. Os funcionários responsáveis pela biblioteca (escolar) participam de cursos de capacitação e/ou treinamento específico?
9. A biblioteca em que você atua possui condições adequadas (tamanho, mobiliário, acervo, climatização, organização) para proporcionar qualidade nas atividades realizadas nesse ambiente?
10. O que você acha que falta, quais são os obstáculos e o que poderia ser melhorado?
11. Você conhece o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de Jardinópolis (PMLLLB)?
12. Como você percebe a elaboração do PMLLLB de Jardinópolis? Você está participando desta elaboração? De que forma?
13. Quais os impactos e benefícios que a elaboração e implantação do PMLLLB gerou ou gerará para as bibliotecas (escolares) da rede municipal?
14. Como a escola contribuiu para que o PMLLLB se efetive?
15. Quais são as suas expectativas em relação às contribuições do PMLLLB?

(Questionário adaptado a partir do Roteiro de Entrevista II, SALA, 2018, p. 207)

APÊNDICE C

Roteiro de Observação (sem preenchimento)

Foram observados os ambientes das Salas de Leitura Públicas Municipais (escolares e não escolares) e a Biblioteca Pública Municipal da cidade de Jardinópolis estado de São Paulo – 2021.

PARTE I: Indicadores

INDICADORES	QUESTÃO	NÍVEL BÁSICO	NÍVEL EXEMPLAR
Espaço físico	A biblioteca escolar conta com espaço físico exclusivo, acessível a todos os usuários		
	Possui assentos para acomodar usuários		
	Conta com ambiente para serviços técnicos e administrativos		
Acervo	A biblioteca conta com acervo de livros compatível com o número de alunos		
Computadores ligados à internet	Computadores ligados à internet são usados na biblioteca como fonte de informação, complementando o acervo		
Organização do acervo	O acervo é organizado para permitir que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez		
Serviços e atividades	A biblioteca oferece serviços regularmente		
Pessoal	A biblioteca conta com bibliotecário responsável e funcionários para atendimento aos usuários em todos os turnos em que a escola está aberta		

PARTE II: Instrumento de avaliação e planejamento

FUNCIONAMENTO	Todos os turnos	
	Alguns turnos	
	Apenas um turno	
Horário de Funcionamento	Regular/ durante todo o tempo em que a escola está aberta, inclusive durante o horário de recreio	
	Regular/ durante todo o tempo em que a escola está aberta, menos durante o horário de recreio	
	Irregular/ dependendo da disponibilidade de pessoal	

ESPAÇO FÍSICO		
Localização dentro do espaço da escola	Adequada	
	Inadequada	
	Tamanho	
ILUMINAÇÃO	Boa	
	Média	
	Ruim	
VENTILAÇÃO	Boa	
	Média	
	Ruim	
LIMPEZA	Boa	
	Média	
	Ruim	
ESTÉTICA	Boa	
	Média	
	Ruim	
ACESSIBILIDADE	Boa	
	Média	
	Ruim	
ESPAÇO		
Atendimento ao público	Sim	
	Não	
Leitura e pesquisa	Sim	
	Não	
Leitura infantil	Sim	
	Não	
Cabines/salas individuais para estudo	Sim	
	Não	
Atividades audiovisuais	Sim	
	Não	
Computadores	Sim	
	Não	
Acervos	Sim	
	Não	
Espaços existentes para funcionários	Atende bem às necessidades	
	Atende razoavelmente às necessidades	
	Não atende às necessidades	
MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	Assentos para acomodar usuário	Qde
Balcão de atendimento	Mesas para acomodar usuários funcional	
	Nada funcional	
Estantes	Acomodam bem	Qde
	Acomodam mal	
Guarda volume	Sim	

	Não	
Estantes expositoras	Sim	
	Não	
Televisão	Sim	
	Não	
Mapoteca	Sim	
	Não	
Quadro mural	Sim	
	Não	
Impressora	Sim	
	Não	
Tocador de CD/DVD	Sim	
	Não	
Scanner	Sim	
	Não	
Filmadora	Sim	
	Não	
Telefone	Sim	
	Não	
Quadro negro	Sim	
	Não	
Layout	Funcional	
	Nada funcional	
ACERVO	Número total de itens do acervo	
	Número de títulos	
	Número de itens do acervo destinados a professores	
	Número de itens do acervo destinados a estudantes	
	Número de revistas informativas (títulos)	
	Número de jornais (assinaturas correntes)	
	Número de enciclopédias (títulos)	
	Número de dicionários	
Outros materiais (gibis, atlas, mapas, DVDs, CDs, fotografias, materiais para contação de histórias etc.)	Número de almanaques	
	Em quantidade suficiente	
	Em quantidade insuficiente	
	Número de livros por aluno	
COMPUTADORES	Número total de computadores com acesso à internet	
Relação computador x alunos	Um computador por _____ alunos	
Condições de uso dos computadores	Boas	
	Ruins	
CONDIÇÕES DO ACERVO		
Equilíbrio entre assuntos	Boas	
	Ruins	

Equilíbrio entre séries ou faixa etária dos alunos		
Estado de conservação		
FREQUENCIA DE UTILIZAÇÃO		
Pelos Alunos	Muito usada	
	Pouco Usada	
Professores	Muito Usada	
	Pouco usada	
	Número de empréstimos por mês	
Descarte de materiais	Realizado sistematicamente	
	Não realizado	
Presença de livros didáticos no acervo da biblioteca	A biblioteca mantém alguns exemplares apenas para consulta	
	A biblioteca mantém todos os exemplares que não foram entregues aos alunos	
Comissão de seleção do acervo	Existe	
	Não existe	
ORGANIZAÇÃO DO ACERVO		
Tombamento/registro	Sim	
	Não	
Classificação	Sim	
	Não	
Catálogo	Sim	
	Não	
Informatização do catálogo	Sim	
	Não	
Acesso remoto ao catálogo	Sim	
	Não	
SERVIÇOS E ATIVIDADES OFERECIDAS		
Consulta no local	Sim	
	Não	
Empréstimo domiciliar	Sim	
	Não	
Orientação individual à pesquisa	Sim	
	Não	
Orientação coletiva à pesquisa	Sim	
	Não	
Visitas orientadas	Sim	
	Não	
Folheto/guia da biblioteca	Sim	
	Não	
Contação de histórias	Sim	
	Não	

Divulgação de novas aquisições	Sim	
	Não	
Boletim informativo	Sim	
	Não	
Mural	Sim	
	Não	
Exposições	Sim	
	Não	
Clube de leitura	Sim	
	Não	
Feira de livros	Sim	
	Não	
Encontro de Escritores	Sim	
	Não	
Palestras	Sim	
	Não	
Apresentações artísticas	Sim	
	Não	
Concursos/premiações	Sim	
	Não	
Oficinas	Sim	
	Não	
Blog/site da biblioteca	Sim	
	Não	
PESSOAL		
Responsável pela biblioteca	Formação adequada	
	Formação pouco adequada	
Funcionários/auxiliares	Sim	
	Não	

SÍNTESE DA OBSERVAÇÃO

FUNCIONAMENTO	
ESPAÇO FÍSICO	
ACERVO	
ORGANIZAÇÃO DO ACERVO	
SERVIÇOS E ATIVIDADES	
PESSOAL	

Fonte: SALA, 2018, p. 211-215

APÊNDICE D

Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Título da Pesquisa: “Plano Nacional do Livro e Leitura: estudo de caso da cidade Jardinópolis, região metropolitana de Ribeirão Preto, estado de São Paulo”

Nome do Pesquisador: **Wellington Santos Silva**

Nome do Orientador: **Prof. Dr. Cláudio Marcondes de Castro Filho**

1. **Justificativa/objetivos:** O sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar, de forma voluntária, desta pesquisa. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é o entendimento de que livro, leitura e biblioteca, são agentes de transformação social, e o mapeamento dos processos, de construção de políticas públicas, sobre o tema, incluindo os Planos Municipais do Livro e Leitura, são de grande relevância, para toda a sociedade brasileira, que apresenta, nos dias atuais, grandes desafios, para que ocorra, efetivamente, a democratização da informação e do conhecimento, a todos seus cidadãos, principalmente aos indivíduos economicamente menos favorecidos.

Nesta pesquisa temos como finalidade:

Analisar o processo de construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do município paulista de Jardinópolis.

Identificar, no Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) de Jardinópolis, qual é a sua principal característica, missão e objetivo.

Evidenciar os pontos mais assertivos do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do município de Jardinópolis em relação ao Plano Nacional do Livro e Leitura.

Apresentar qual é o papel da biblioteca nas ações, funções, características e objetivos no Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do município de Jardinópolis.

2. **Importância:** Considerando livro, leitura e a biblioteca como agentes de transformação social. O acompanhamento, análise e descrição do processo de construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de Jardinópolis – SP, torna-se de suma importância, pois poderá servir como estímulo, além de base/modelo para que outros municípios implementem seus Planos Municipais de Livro e Leitura.
3. **Metodologia da pesquisa:** Nesta pesquisa será utilizado o método científico chamado de Estudo de caso, de natureza qualitativa e de tipologia exploratório-descritiva. Serão utilizados como instrumento de coletas de dados para esta pesquisa:

Revisão bibliográfica - Pesquisa em bases de dados científicas sobre o tema abordado. (Plano Nacional do Livro e Leitura e Plano Municipal de Livro e Leitura).

Entrevistas – Serão individuais com roteiro previamente estruturado, pelo pesquisador, observará 15 questões sobre o tema da pesquisa, com tempo estimado entre uma e duas horas para a sua aplicação. Público-alvo: secretários municipais da cultura e educação e diretores de escola municipais.

Questionário – Será composto por 15 questões abertas sobre o tema da pesquisa. Não terá tempo prévio definido, ser for respondido de forma remota, ou será estabelecido o tempo entre uma e duas horas para sua conclusão, se sua aplicação ocorrer de forma presencial. Público-alvo: bibliotecários, profissionais responsáveis pelas salas de leitura e demais atores da sociedade civil que participaram do processo de elaboração do Plano Municipal do Livro e Leitura – PMLL – de Jardinópolis)

Observação* – Ocorrerá de forma presencial nos ambientes das bibliotecas públicas e escolares públicas municipais, onde será preenchida uma planilha (roteiro de observação) com pontos-chave a serem observados pelo pesquisador (espaço físico, acervo, sistema de informação etc.) sobre o tema pesquisado. Esta atividade terá um tempo prévio estabelecido, para a sua aplicação, entre uma e duas horas. Público-alvo: bibliotecários e profissionais responsáveis pelas salas de leitura.

*Salientando-se a observação só ocorrerá se os índices da Covid-19 melhorarem em nível nacional, estadual e municipal.

4. **Riscos e desconforto:** A participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas e não gera nenhum risco ou desconforto aos participantes. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resoluções nos. 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar qualquer tipo de risco ou danos a sua pessoa.
5. **Benefícios:** Ao participar desta pesquisa a Sra. (Sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que, posteriormente, este estudo traga informações importantes sobre biblioteca pública e escolar pública, de forma que, o conhecimento que será construído, a partir desta pesquisa, possa contribuir para que o município de

Jardinópolis consiga implementar ações de incentivo ao livro, leitura e a biblioteca a todos os seus habitantes, por meio da construção, regulação e implementação de seu Plano Municipal do Livro e Leitura. Sendo que o pesquisador se compromete a divulgar de forma irrestrita os resultados obtidos ao longo da pesquisa, respeitando-se sempre o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.

6. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar, de forma voluntária, deste estudo a sra (sr), permitirá que o (a) pesquisador(a) Wellington Santos Silva lhe faça entrevistas, observe e/ou aplique um questionário sobre o objeto de estudo acima mencionado. Reiteramos que a(o) sra (sr) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone (16) 98112-2549 do pesquisador do projeto Wellington Santos Silva e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Campus Marília, (14) 3402-1346.
7. **Confidencialidade:** Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e seu (sua) orientador (a) (e/ou equipe de pesquisa) terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la (o) em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.
8. **Pagamento:** A sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

Confiro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo. Observação: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Jardinópolis, 18 de maio de 2021.

Nome/CPF do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa



Assinatura do Pesquisador



Assinatura do Orientador

Pesquisador: Wellington Santos Silva. Tel. (16) 98112-2549

E-mail: ws.silva@unesp.br

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Marcondes Castro Filho

E-mail: claudiomarcondes@ffclrp.usp.br

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa: Profa. Dra. Simone Aparecida Capellini

Vice-Coordenadora: Prof. Dr. Cláudio Roberto Brocanelli

Telefone do Comitê: (14) 3402-1346

E-mail: cep.marilia@unesp.br

APÊNDICE E

Roteiro de Observação (preenchido)

Roteiro de Observação – SALA DE LEITURA AMAURI VIEIRA BARBOSA

Foram observados os ambientes das Salas de Leitura Públicas Municipais (escolares e não escolares) e a Biblioteca Pública Municipal da cidade de Jardinópolis estado de São Paulo – 2021.

PARTE I: Indicadores

INDICADORES	QUESTÃO	NÍVEL BÁSICO	NÍVEL EXEMPLAR
Espaço físico	A biblioteca escolar conta com espaço físico exclusivo, acessível a todos os usuários	X	
	Possui assentos para acomodar usuários	X	
	Conta com ambiente para serviços técnicos e administrativos	X	
Acervo	A biblioteca conta com acervo de livros compatível com o número de alunos		X
Computadores ligados à internet	Computadores ligados à internet são usados na biblioteca como fonte de informação, complementando o acervo	X	
Organização do acervo	O acervo é organizado para permitir que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez		X
Serviços e atividades	A biblioteca oferece serviços regularmente	X	
Pessoal	A biblioteca conta com bibliotecário responsável e funcionários para atendimento aos usuários em todos os turnos em que a escola está aberta		X

PARTE II: Instrumento de avaliação e planejamento

FUNCIONAMENTO	Todos os turnos	
	Alguns turnos	
	Apenas um turno	X
Horário de Funcionamento	Regular/ durante todo o tempo em que a escola está aberta, inclusive durante o horário de recreio	X

	Regular/ durante todo o tempo em que a escola está aberta, menos durante o horário de recreio	
	Irregular/ dependendo da disponibilidade de pessoal	
ESPAÇO FÍSICO		
Localização dentro do espaço da escola	Adequada	x
	Inadequada	
	Tamanho	m2
ILUMINAÇÃO	Boa	x
	Média	
	Ruim	
VENTILAÇÃO	Boa	x
	Média	
	Ruim	
LIMPEZA	Boa	x
	Média	
	Ruim	
ESTÉTICA	Boa	x
	Média	
	Ruim	
ACESSIBILIDADE	Boa	
	Média	x
	Ruim	
SEGURANÇA	Boa	x
	Média	
	Ruim	
ESPAÇO		
Atendimento ao público	Sim	
	Não	x
Leitura e pesquisa	Sim	
	Não	x
Leitura infantil	Sim	
	Não	x
Cabines/salas individuais para estudo	Sim	
	Não	x
Atividades audiovisuais	Sim	
	Não	x
Computadores	Sim	
	Não	x
Acervos	Sim	x
	Não	

Espaços existentes para funcionários	Atende bem às necessidades	
	Atende razoavelmente às necessidades	X
	Não atende às necessidades	
MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	Assentos para acomodar usuário	X Qde 4
Balcão de atendimento	Mesas para acomodar usuários funcional	Qde 0
	Nada funcional	x
Estantes	Acomodam bem	X Qde 11
	Acomodam mal	
Guarda volume	Sim	
	Não	X
Estantes expositoras	Sim	
	Não	X
Televisão	Sim	
	Não	X
Mapoteca	Sim	
	Não	X
Quadro mural	Sim	
	Não	X
Impressora	Sim	X
	Não	
Tocador de CD/DVD	Sim	
	Não	X
Scanner	Sim	X
	Não	
Máquina Fotográfica	Sim	
	Não	X
Filmadora	Sim	
	Não	X
Telefone	Sim	X
	Não	
Quadro negro	Sim	
	Não	X
Layout	Funcional	
	Nada funcional	X
ACERVO	Número total de itens do acervo	Em levantamento
	Número de títulos	Em levantamento
	Número de itens do acervo destinados a professores	Em levantamento
	Número de itens do acervo destinados a estudantes	Em levantamento

	Número de revistas informativas (títulos)	Em levantamento
	Número de jornais (assinaturas correntes)	Em levantamento
	Número de enciclopédias (títulos)	Em levantamento
	Número de dicionários	Em levantamento
	Número de almanaques	Em levantamento
Outros materiais (gibis, atlas, mapas, DVDs, CDs, fotografias, materiais para contação de histórias etc.)	Em quantidade suficiente	Em levantamento
	Em quantidade insuficiente	Em levantamento
	Número de livros por aluno	Em levantamento
	Número total de computadores com acesso à internet	Em levantamento
COMPUTADORES		
Relação computador x alunos	Um computador por _____ alunos	Uso exclusivo do funcionário
Condições de uso dos computadores	Boas	
	Ruins	X
CONDIÇÕES DO ACERVO		
Equilíbrio entre assuntos	Boas	Em levantamento
	Ruins	Em levantamento
Equilíbrio entre séries ou faixa etária dos alunos		Em levantamento
Estado de conservação	Bom	X
	Ruim	
FREQUENCIA DE UTILIZAÇÃO		
Pelos Alunos	Muito usada	Fechada Pandemia
	Pouco Usada	Fechada Pandemia
Professores	Muito Usada	Fechada Pandemia
	Pouco usada	Fechada Pandemia
	Número de empréstimos por mês	Fechada Pandemia
Descarte de materiais	Realizado sistematicamente	
	Não realizado	X
Presença de livros didáticos no acervo da biblioteca	A biblioteca mantém alguns exemplares apenas para consulta	X
	A biblioteca mantém todos os exemplares que não foram entregues aos alunos	
Comissão de seleção do acervo	Existe	
	Não existe	X
ORGANIZAÇÃO DO ACERVO		
Tombamento/registro	Sim	
	Não	Em processamento
Classificação	Sim	
	Não	Em processamento

Catálogo	Sim	
	Não	Em processamento
Informatização do catálogo	Sim	
	Não	Em processamento
Acesso remoto ao catálogo	Sim	
	Não	Em processamento
SERVIÇOS E ATIVIDADES OFERECIDAS		
Consulta no local	Sim	x
	Não	
Empréstimo domiciliar	Sim	x
	Não	
Orientação individual à pesquisa	Sim	
	Não	x
Orientação coletiva à pesquisa	Sim	
	Não	x
Visitas orientadas	Sim	
	Não	x
Folheto/guia da biblioteca	Sim	
	Não	x
Contação de histórias	Sim	
	Não	x
Divulgação de novas aquisições	Sim	
	Não	x
Boletim informativo	Sim	
	Não	x
Mural	Sim	
	Não	x
Exposições	Sim	
	Não	x
Clube de leitura	Sim	
	Não	x
Feira de livros	Sim	
	Não	x
Encontro de Escritores	Sim	
	Não	x
Palestras	Sim	
	Não	x
Apresentações artísticas	Sim	
	Não	x
Concursos/premiações	Sim	

	Não	x
Oficinas	Sim	
	Não	x
Blog/site da biblioteca	Sim	x
	Não	
PESSOAL		
Responsável pela biblioteca	Formação adequada	x
	Formação pouco adequada	
Funcionários/auxiliares	Sim	
	Não	x

SÍNTESE DA OBSERVAÇÃO

FUNCIONAMENTO	O momento da observação o mundo ainda passava por grandes ameaças decorridas da Covid-19 em sua decorrência a sala de leitura estava com suas atividades de visitação de público “suspensas momentaneamente”.
ESPAÇO FÍSICO	Pequeno com pouquíssimos assentos ao público, apenas uma mesa, não existe balcão de atendimento, boa iluminação e climatização.
ACERVO	No momento da observação o acervo estava em levantamento e em fase de tombamento, catalogação e classificação.
ORGANIZAÇÃO DO ACERVO	Organização preliminar bem estruturada com estantes bem-organizadas, aparentemente o acervo conta com mais de 5 mil obras.
SERVIÇOS E ATIVIDADES	Devido a pandemia da Covid-19 todas as atividades e serviços estavam suspensos no momento da aplicação deste roteiro de observação
PESSOAL	O efetivo para atendimento é insuficiente conta com apenas um funcionário.

Fonte: SALA, 2018, p. 211-215

Roteiro de Observação – SALA DE LEITURA (A)

Foram observados os ambientes das Salas de Leitura Públicas Municipais (escolares e não escolares) e a Biblioteca Pública Municipal da cidade de Jardinópolis estado de São Paulo – 2021.

PARTE I: Indicadores

INDICADORES	QUESTÃO	NÍVEL BÁSICO	NÍVEL EXEMPLAR
Espaço físico	A biblioteca escolar conta com espaço físico exclusivo, acessível a todos os usuários	X	
	Possui assentos para acomodar usuários		X
	Conta com ambiente para serviços técnicos e administrativos		X
Acervo	A biblioteca conta com acervo de livros compatível com o número de alunos	X	
Computadores ligados à internet	Computadores ligados à internet são usados na biblioteca como fonte de informação, complementando o acervo		X
Organização do acervo	O acervo é organizado para permitir que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez	X	
Serviços e atividades	A biblioteca oferece serviços regularmente	X	
Pessoal	A biblioteca conta com bibliotecário responsável e funcionários para atendimento aos usuários em todos os turnos em que a escola está aberta		X

PARTE II: Instrumento de avaliação e planejamento

FUNIONAMENTO	Todos os turnos	
	Alguns turnos	X
	Apenas um turno	
Horário de Funcionamento	Regular/ durante todo o tempo em que a escola está aberta, inclusive durante o horário de recreio	
	Regular/ durante todo o tempo em que a escola está aberta, menos durante o horário de recreio	
	Irregular/ dependendo da disponibilidade de pessoal	X

ESPAÇO FÍSICO		
Localização dentro do espaço da escola	Adequada	x
	Inadequada	
	Tamanho	60 m2
ILUMINAÇÃO	Boa	x
	Média	
	Ruim	
VENTILAÇÃO	Boa	x
	Média	
	Ruim	
LIMPEZA	Boa	x
	Média	
	Ruim	
ESTÉTICA	Boa	x
	Média	
	Ruim	
ACESSIBILIDADE	Boa	x
	Média	
	Ruim	
SEGURANÇA	Boa	x
	Média	
	Ruim	
ESPAÇO		
Atendimento ao público	Sim	
	Não	Fechada Pandemia
Leitura e pesquisa	Sim	
	Não	x
Leitura infantil	Sim	
	Não	x
Cabines/salas individuais para estudo	Sim	
	Não	x
Atividades audiovisuais	Sim	
	Não	x
Computadores	Sim	
	Não	x
Acervos	Sim	x
	Não	
Espaços existentes para funcionários	Atende bem às necessidades	
	Atende razoavelmente às necessidades	x
	Não atende às necessidades	
MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	Assentos para acomodar usuário	x Qde 24

	Mesas para acomodar usuários funcional	Qde 4
Balcão de atendimento	Funcional	
	Nada funcional	x
Estantes	Acomodam bem	X
	Acomodam mal	Qde 11
Guarda volume	Sim	
	Não	x
Estantes expositoras	Sim	x
	Não	
Televisão	Sim	
	Não	x
Mapoteca	Sim	
	Não	x
Quadro mural	Sim	
	Não	x
Impressora	Sim	x
	Não	
Tocador de CD/DVD	Sim	
	Não	x
Scanner	Sim	
	Não	x
Máquina Fotográfica	Sim	
	Não	x
Filmadora	Sim	
	Não	x
Telefone	Sim	
	Não	x
Quadro negro	Sim	x
	Não	
Layout	Funcional	
	Nada funcional	x
ACERVO	Número total de itens do acervo	Em levantamento
	Número de títulos	Em levantamento
	Número de itens do acervo destinados a professores	Em levantamento
	Número de itens do acervo destinados a estudantes	Em levantamento
	Número de revistas informativas (títulos)	Em levantamento
	Número de jornais (assinaturas correntes)	Em levantamento
	Número de enciclopédias (títulos)	Em levantamento
	Número de dicionários	Em levantamento
	Número de almanaques	Em levantamento
	Em quantidade suficiente	Em levantamento
	Em quantidade insuficiente	Em levantamento

Outros materiais (gibis, atlas, mapas, DVDs, CDs, fotografias, materiais para contação de histórias etc.)	Número de livros por aluno	Em levantamento
	Número total de computadores com acesso à internet	Em levantamento
COMPUTADORES		
Relação computador x alunos	Um computador por _____ alunos	Uso exclusivo do funcionário
Condições de uso dos computadores	Boas	
	Ruins	x
CONDIÇÕES DO ACERVO		
Equilíbrio entre assuntos	Boas	Em levantamento
	Ruins	Em levantamento
Equilíbrio entre séries ou faixa etária dos alunos		Em levantamento
Estado de conservação	Bom	x
	Ruim	
FREQUENCIA DE UTILIZAÇÃO		
Pelos Alunos	Muito usada	Fechada Pandemia
	Pouco Usada	Fechada Pandemia
Professores	Muito Usada	Fechada Pandemia
	Pouco usada	Fechada Pandemia
	Número de empréstimos por mês	Fechada Pandemia
Descarte de materiais	Realizado sistematicamente	
	Não realizado	x
Presença de livros didáticos no acervo da biblioteca	A biblioteca mantém alguns exemplares apenas para consulta	x
	A biblioteca mantém todos os exemplares que não foram entregues aos alunos	x
Comissão de seleção do acervo	Existe	
	Não existe	x
ORGANIZAÇÃO DO ACERVO		
Tombamento/registro	Sim	
	Não	Em processamento
Classificação	Sim	
	Não	Em processamento
Catálogo	Sim	
	Não	Em processamento
Informatização do catálogo	Sim	
	Não	Em processamento
Acesso remoto ao catálogo	Sim	
	Não	Em processamento
SERVIÇOS E ATIVIDADES OFERECIDAS		

Consulta no local	Sim	x
	Não	
Empréstimo domiciliar	Sim	x
	Não	
Orientação individual à pesquisa	Sim	
	Não	x
Orientação coletiva à pesquisa	Sim	
	Não	x
Visitas orientadas	Sim	x
	Não	
Folheto/guia da biblioteca	Sim	
	Não	x
Contação de histórias	Sim	
	Não	x
Divulgação de novas aquisições	Sim	
	Não	x
Boletim informativo	Sim	
	Não	x
Mural	Sim	
	Não	x
Exposições	Sim	
	Não	x
Clube de leitura	Sim	
	Não	x
Feira de livros	Sim	
	Não	x
Encontro de Escritores	Sim	
	Não	x
Palestras	Sim	
	Não	x
Apresentações artísticas	Sim	
	Não	x
Concursos/premiações	Sim	
	Não	x
Oficinas	Sim	
	Não	x
Blog/site da biblioteca	Sim	
	Não	x
PESSOAL		
Responsável pela biblioteca	Formação adequada	x
	Formação pouco adequada	
Funcionários/auxiliares	Sim	x
	Não	

SÍNTESE DA OBSERVAÇÃO

FUNCIONAMENTO	O momento da observação o mundo ainda passava por grandes ameaças decorridas da Covid-19 em sua decorrência a sala de leitura estava com suas atividades de visitação de público “suspensas momentaneamente”.
ESPAÇO FÍSICO	Bom espaço físico com poucos assentos ao público, apenas 4 mesas, não existe balcão de atendimento, boa iluminação e climatização.
ACERVO	No momento da observação o acervo estava em levantamento e em fase de tombamento, catalogação e classificação.
ORGANIZAÇÃO DO ACERVO	Organização preliminar bem estruturada com estantes bem-organizadas, aparentemente o acervo conta com mais de 3 mil obras.
SERVIÇOS E ATIVIDADES	Devido a pandemia da Covid-19 todas as atividades e serviços estavam suspensos no momento da aplicação deste roteiro de observação
PESSOAL	O efetivo para atendimento é insuficiente conta com apenas um funcionário para atendimento ao público.

Fonte: SALA, 2018, p. 211-215

Roteiro de Observação – SALA DE LEITURA (B)

Foram observados os ambientes das Salas de Leitura Públicas Municipais (escolares e não escolares) e a Biblioteca Pública Municipal da cidade de Jardinópolis estado de São Paulo – 2021.

PARTE I: Indicadores

INDICADORES	QUESTÃO	NÍVEL BÁSICO	NÍVEL EXEMPLAR
Espaço físico	A biblioteca escolar conta com espaço físico exclusivo, acessível a todos os usuários		X
	Possui assentos para acomodar usuários		X
	Conta com ambiente para serviços técnicos e administrativos		X
Acervo	A biblioteca conta com acervo de livros compatível com o número de alunos	X	
Computadores ligados à internet	Computadores ligados à internet são usados na biblioteca como fonte de		X

	informação, complementando o acervo		
Organização do acervo	O acervo é organizado para permitir que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez	X	
Serviços e atividades	A biblioteca oferece serviços regularmente	X	
Pessoal	A biblioteca conta com bibliotecário responsável e funcionários para atendimento aos usuários em todos os turnos em que a escola está aberta	X	

PARTE II: Instrumento de avaliação e planejamento

FUNCIONAMENTO	Todos os turnos	
	Alguns turnos	X
	Apenas um turno	
Horário de Funcionamento	Regular/ durante todo o tempo em que a escola está aberta, inclusive durante o horário de recreio	
	Regular/ durante todo o tempo em que a escola está aberta, menos durante o horário de recreio	
	Irregular/ dependendo da disponibilidade de pessoal	X
ESPAÇO FÍSICO		
Localização dentro do espaço da escola	Adequada	X
	Inadequada	
	Tamanho	60 m2
ILUMINAÇÃO	Boa	X
	Média	
	Ruim	
VENTILAÇÃO	Boa	X
	Média	
	Ruim	
LIMPEZA	Boa	X
	Média	
	Ruim	
ESTÉTICA	Boa	X
	Média	
	Ruim	
ACESSIBILIDADE	Boa	X
	Média	
	Ruim	
SEGURANÇA	Boa	X

	Média	
	Ruim	
ESPAÇO		
Atendimento ao público	Sim	
	Não	Fechada Pandemia
Leitura e pesquisa	Sim	
	Não	x
Leitura infantil	Sim	
	Não	x
Cabines/salas individuais para estudo	Sim	
	Não	x
Atividades audiovisuais	Sim	
	Não	x
Computadores	Sim	
	Não	x
Acervos	Sim	x
	Não	
Espaços existentes para funcionários	Atende bem às necessidades	
	Atende razoavelmente às necessidades	x
	Não atende às necessidades	
MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	Assentos para acomodar usuário	x Qde 24
	Mesas para acomodar usuários funcional	Qde 6
Balcão de atendimento	Funcional	
	Nada funcional	x
Estantes	Acomodam bem	x Qde 11
	Acomodam mal	
Guarda volume	Sim	
	Não	x
Estantes expositoras	Sim	x
	Não	
Televisão	Sim	
	Não	x
Mapoteca	Sim	x
	Não	
Quadro mural	Sim	
	Não	x
Impressora	Sim	x
	Não	
Tocador de CD/DVD	Sim	
	Não	x
Scanner	Sim	x

	Não	
Máquina Fotográfica	Sim	
	Não	x
Filmadora	Sim	
	Não	x
Telefone	Sim	
	Não	x
Quadro negro	Sim	x
	Não	
Layout	Funcional	
	Nada funcional	x
ACERVO	Número total de itens do acervo	Em levantamento
	Número de títulos	Em levantamento
	Número de itens do acervo destinados a professores	Em levantamento
	Número de itens do acervo destinados a estudantes	Em levantamento
	Número de revistas informativas (títulos)	Em levantamento
	Número de jornais (assinaturas correntes)	Em levantamento
	Número de enciclopédias (títulos)	Em levantamento
	Número de dicionários	Em levantamento
	Número de almanaques	Em levantamento
Outros materiais (gibis, atlas, mapas, DVDs, CDs, fotografias, materiais para contação de histórias etc.)	Em quantidade suficiente	Em levantamento
	Em quantidade insuficiente	Em levantamento
	Número de livros por aluno	Em levantamento
	Número total de computadores com acesso à internet	Em levantamento
COMPUTADORES		
Relação computador x alunos	Um computador por _____ alunos	Uso exclusivo do funcionário
Condições de uso dos computadores	Boas	
	Ruins	x
CONDIÇÕES DO ACERVO		
Equilíbrio entre assuntos	Boas	Em levantamento
	Ruins	Em levantamento
Equilíbrio entre séries ou faixa etária dos alunos		Em levantamento
Estado de conservação	Bom	x
	Ruim	
FREQUENCIA DE UTILIZAÇÃO		
Pelos Alunos	Muito usada	Fechada Pandemia
	Pouco Usada	Fechada Pandemia
Professores	Muto Usada	Fechada Pandemia
	Pouco usada	Fechada Pandemia

	Número de empréstimos por mês	Fechada Pandemia
Descarte de materiais	Realizado sistematicamente	
	Não realizado	x
Presença de livros didáticos no acervo da biblioteca	A biblioteca mantém alguns exemplares apenas para consulta	x
	A biblioteca mantém todos os exemplares que não foram entregues aos alunos	x
Comissão de seleção do acervo	Existe	
	Não existe	x
ORGANIZAÇÃO DO ACERVO		
Tombamento/registro	Sim	
	Não	Em processamento
Classificação	Sim	
	Não	Em processamento
Catálogo	Sim	
	Não	Em processamento
Informatização do catálogo	Sim	
	Não	Em processamento
Acesso remoto ao catálogo	Sim	
	Não	Em processamento
SERVIÇOS E ATIVIDADES OFERECIDAS		
Consulta no local	Sim	x
	Não	
Empréstimo domiciliar	Sim	x
	Não	
Orientação individual à pesquisa	Sim	
	Não	x
Orientação coletiva à pesquisa	Sim	
	Não	x
Visitas orientadas	Sim	x
	Não	
Folheto/guia da biblioteca	Sim	
	Não	x
Contação de histórias	Sim	
	Não	x
Divulgação de novas aquisições	Sim	
	Não	x
Boletim informativo	Sim	
	Não	x
Mural	Sim	
	Não	x

Exposições	Sim	
	Não	x
Clube de leitura	Sim	
	Não	x
Feira de livros	Sim	
	Não	x
Encontro de Escritores	Sim	
	Não	x
Palestras	Sim	
	Não	x
Apresentações artísticas	Sim	
	Não	x
Concursos/premiações	Sim	
	Não	x
Oficinas	Sim	
	Não	x
Blog/site da biblioteca	Sim	
	Não	x
PESSOAL		
Responsável pela biblioteca	Formação adequada	
	Formação pouco adequada	x
Funcionários/auxiliares	Sim	
	Não	x

SÍNTESE DA OBSERVAÇÃO

FUNCIONAMENTO	O momento da observação o mundo ainda passava por grandes ameaças decorridas da Covid-19 em sua decorrência a sala de leitura estava com suas atividades de visitação de público “suspensas momentaneamente”.
ESPAÇO FÍSICO	Bom espaço físico com poucos assentos ao público, apenas 6 mesas, não existe balcão de atendimento, boa iluminação e climatização.
ACERVO	No momento da observação o acervo estava em levantamento e em fase de tombamento, catalogação e classificação.
ORGANIZAÇÃO DO ACERVO	Organização preliminar bem estruturada com estantes bem-organizadas, aparentemente o acervo conta com mais de 3 mil obras.
SERVIÇOS E ATIVIDADES	Devido a pandemia da Covid-19 todas as atividades e serviços estavam suspensos no momento da aplicação deste roteiro de observação
PESSOAL	O efetivo para atendimento é insuficiente conta com apenas dois funcionários para atendimento ao público.

Fonte: SALA, 2018, p. 211-215

APÊNDICE F

Sumários Científicos

Informação sobre formação acadêmica e idade dos atores envolvidos no processo de construção do PMLLB de Jardinópolis – SP			
Informação presente (P+) ou ausente (A-)			
Entrevista	Questionário	Observação	Documentação
P+	P+	P+	A-
• Entrevistado (A) - Graduação em Educação Artística com habilitação em artes Plástica. • Entrevistado (B) - Licenciatura em Pedagogia e Geografia; Pós-Graduação em Administração Escolar. • Entrevistado (C) - Magistério, graduação em Pedagogia, pós-graduação em gestão escolar, alfabetização e gestão. • Entrevistado (D) - Graduação em Pedagogia e pós-graduação em gestão escolar e alfabetização. • Entrevistado (E) - Graduação em Direito e em Educação Técnica, Especialização em Economia do Trabalho e Mestrado em Direito. • Entrevistado (F) - Graduação em Pedagogia.	• Respondente (G) - Graduação Ciência da Informação e Documentação em Ciências Sociais. • Respondente (H) - Graduação em Biblioteconomia. • Respondente (I) - Pedagogia, pós-graduação em Educação Infantil. • Respondente (J) - Graduação em Pedagogia.	A faixa etária dos atores pesquisados varia entre 26 e 60 anos de idade.	

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Análise de Categorias Aplicada, SILVA, 2018, p. 206.

Processo de elaboração do PMLLB do município de Jardinópolis – SP, importância e alcance.			
Informação presente (P+) ou ausente (A-)			
Entrevista	Questionário	Observação	Documentação
P+	P+	P+	P+
Entrevistado (A) – Alega a existência de um projeto em andamento e elenca-o como importante. “Visualizo o plano como importante ferramenta para o fomento à leitura, para promover o acesso ao livro e as ações democráticas idealizadas para se alcançar metas e objetivos”.	Respondente (G) – “Jardinópolis não possui Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLB). Há alguns anos ocorreram discussões entorno do PMLLB, porém de concreto nada foi definido ou construído. Qualquer questão sobre o PMLLB está estagnada. Se estiver ocorrendo alguma discussão não fui informada. O PMLLB se for discutido e construindo com o pensamento de ser uma política pública para valorizar e desenvolver as bibliotecas (pública e escolares) ele será um instrumento eficaz e eficiente para trazer os modelos modernos de biblioteca que a tiram de um espaço de guarda do livro e do saber e a transforma em um espaço democrático de acesso à informação”.	O processo de elaboração do PMLLB de Jardinópolis está suspenso. Ferramenta de suma importância que servirá como suporte para a implementação de futuras políticas públicas de incentivo ao livro e a leitura que buscam equalizar as oportunidades de educação e cultura do município que no momento apresentam baixos índices segundo estimativas do IBGE (2019).	A primeira decisão que se faz necessária é, justamente, aquela em torno da estrutura inicial para agrupar pessoas e instituições dispostas a pensar, debater e instituir o Plano do Livro e Leitura em cada lugar. Poderá haver uma modalidade de composição, que leve em conta as especificidades locais. Para assegurar uma boa participação dos atores sociais que atuam na área, é fundamental identificar e convocar todas as instituições e lideranças interessadas em políticas e práticas sociais da leitura na cidade. Dessa forma, pode ser constituído um grupo de trabalho (GT) que reúna dirigentes e gestores de Educação e Cultura no poder público (municipal, regional, estadual ou nacional), profissionais e usuários das bibliotecas, educadores, estudantes, livreiros, editores, jornalistas, intelectuais, escritores, lideranças comunitárias,

			lideranças políticas e gestores públicos e privados que atuam nesse campo, além de representantes das instituições locais, tais como sindicatos, clubes de serviço e associações culturais, religiosas etc. Recomenda-se a criação de um grupo executivo, do qual façam parte membros do poder público e membros da sociedade, para dar encaminhamento às deliberações do grupo de trabalho que será criado. (Guia PELL – PMLL, 2006)
Entrevistado (B) – Informa sobre a existência de uma comissão que trata sobre o tema, mas não houve a especificação de sua formação e nem tão pouco de sua pauta regimental. A importância fica subentendida pela fala “[...]em nosso município, foi criada uma comissão formada por membros ligados cultural e socialmente, com o objetivo de divulgar e propagar a leitura”.	Respondente (H) – Alega que não participa e/ou participou da elaboração do PMLLB de Jardinópolis apenas exerce o seu papel técnico no exercício de sua profissão. “Não estou participando da elaboração, apenas como técnico. O meu conhecimento acerca da elaboração do PMLLB vem de conversas que tive com colegas de profissão, que me contaram sobre alguns avanços que o mesmo possibilitou, como a aquisição de mobiliário e acervo para algumas escolas, o planejamento para criação de salas de leitura nas que ainda não possuem e a contratação de um bibliotecário escolar, cargo por mim ocupado”.		
Entrevistado (C) – Alega não possuir informações a elaboração do PMLLB tão pouco soube precisar o seu raio de ação e/ou sua importância. “Não tenho informações”.	Respondente (I) – Alega conhecer a existência do PMLLB e que ele está em vias de elaboração. “Sim, sabemos que está em construção”. Também ressalta a sua participação		

	de forma direta. “[...]Recebemos visita da comissão e e-mails informativos”. Sobre sua importância é dito que “[...]facilitará o acesso e a composição literária (acervo) e física (mobiliário) desses espaços”.		
Entrevistado (D) – Informa que o processo está em construção e demonstra a importância e o raio de ação do mesmo por meio de sua fala... “Assegurar o acesso à leitura a todos, promovendo a integração da biblioteca municipal com as demais escolas municipais, desenvolver as iniciativas de acesso, estimular a formação permanente de professores, incentivar a produção literária”.	Respondente (J) – Alega que não conhece o PMLLLB, não participa e/ou participou de sua elaboração. Como não conhece o PMLLLB de Jardinópolis se reservou ao direito de não opinar sua importância e alcance na esfera municipal.		
Entrevistado (E) – Informa que “[...]a organização para a construção coletiva de um plano municipal do livro, leitura, literatura e biblioteca em Jardinópolis-SP inicia-se em 2016, primeiro, com o estudo de outros documentos a nortear princípios, finalidades e organização. Após, passou-se ao diálogo com os poderes públicos. A experiência é de grande dificuldade ou falta de disposição dos poderes públicos em construir o documento ou mesmo fomentar organizações para esse fim. Verificou-se, nesse contexto, ser mais produtivo focar em provocação de políticas públicas específicas, o que concretamente resultou na contratação de um bibliotecário para as			

escolas municipais, organização de espaços e instrumentos para implantação de bibliotecas nas unidades escolares, construção coletiva com participação dos profissionais da educação de listagem e compra de livros, criação de uma semana no livro, leitura e biblioteca a partir de 2019, recuperação com reformas, ampliação e formação de acervo da Biblioteca Municipal, instauração de Sala de Leitura junto à Câmara Municipal de Jardinópolis. O histórico de Jardinópolis-SP é o da criação de Planos nas mais diversas áreas sem cumprimento, como, por exemplo, Plano de Saneamento, Plano Diretor, Plano de Cultura e Plano de Educação, instrumentos que sequer acabam sendo contemplados, especificamente, pelos planos orçamentários (PPA, LDO e LOA). A saída tem sido a participação nas audiências públicas de orçamento participativo, que já resultou em previsões orçamentárias para reforma, mobiliários e livros para a Biblioteca Municipal, para compra de dispositivos eletrônicos de leitura para alunos da rede pública e para realização de eventos literários e culturais, além das reuniões diretas com o Poder Executivo que resultaram na construção de espaços para bibliotecas nas escolas, compra de livros e			
--	--	--	--

contratação de bibliotecários, como já relatado. O que se pensa, atualmente, é estabelecer o Plano, em etapas, um primeiro, com estabelecimento de princípios, finalidades e metas gerais, seguido de documentos com concretização de etapas, com integração orçamentária, que seja de fácil compreensão e execução sustentável. [...]O ideal é que as políticas públicas estejam pautadas por planejamento como política de estado, com progressão perene menos sujeita a sucessão de governos. Um plano de livro, leitura, literatura e biblioteca insere-se nesse contexto. Tendo em vista as limitações orçamentárias e estruturais históricas dos entes federativos no Brasil, um plano pode ser capaz de garantir um caminho mais seguro, socioeconomicamente, para o fim de fomentar o acesso aos livros, à formação de leitores, ao exercício do direito humano à literatura (Antônio Cândido) e à estruturação democrática e atrativas de espaços públicos e escolares de leitura, com as Bibliotecas, instrumentos para a transformação social, fim republicano enunciado na nossa Constituição Federal (artigo 3º)".			
Entrevistado (F) – “Tenho a pretensão de elaborar uma proposta com sua parceira e apresentá-la			

para discussão com a poder público e sociedade. Até o momento por aqui as ações têm sido práticas, como já relatadas através das conquistas na área. Vislumbro um plano objetivo, claro, enxuto, exequível, apresentado por etapas, com integração orçamentária, de modo que seja possível a execução. O PMLLB é de extrema importância e se faz urgente num país que perdeu 4,6 milhões de leitores entre 2015 e 2019, segundo a pesquisa Retratos da leitura no Brasil. Levantou-se também nessa pesquisa que pouco mais da metade do país tem hábitos de leitura, 52%, e que bíblia e livros religiosos dominam a preferência. Essa pesquisa e um bom plano podem e devem orientar as políticas locais, as políticas municipais e servirão para juntar a população na defesa do livro, da leitura e da Biblioteca na jornada da construção de uma cidade mais leitora, mais educadora e de país mais igual ou menos desigual. Esse avanço só será alcançado se encararmos esses GAPS da leitura. O desafio é imenso e será preciso mais que olhares e reflexões, precisaremos de um conjunto de ações, projetos e programas na área do livro, leitura e Biblioteca. O PMLLB é um conjunto de ações, projetos e programas na área do livro e da leitura, através de um plano de			
--	--	--	--

metas, objetivos e responsabilidades que tem por finalidade básica assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento das cadeias produtiva, criativa e mediadora da leitura, como fatores relevantes para o desenvolvimento da produção intelectual, o acesso aos bens culturais e a promoção da cidadania em Municípios. O principal objetivo do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca deve ser promover o acesso ao livro, à leitura, à literatura e à biblioteca para toda a sociedade, contribuindo para a elevação dos indicadores de leitura como condição essencial para o pleno desenvolvimento humano e social. As principais ações e metas de um PMLLB devem ser orientadas por quatro eixos estratégicos, que devem ter como base o Plano Nacional e o Estadual do Livro e Leitura acerca dos eixos: 1. Democratização do acesso, que busca garantir o acesso ao livro e à leitura de forma ampla. 2. Fomento à leitura e à formação de mediadores. 3. Valorização institucional da leitura e de seu valor simbólico, tanto pelo poder público como pela sociedade civil. 4. Desenvolvimento das cadeias produtiva e criativa do livro, estimulando a			
---	--	--	--

distribuição, circulação e o consumo de bens de leitura, bem como incentivando a criação literária. Vale lembrar que mesmo com os retrocessos na área atribuídas a este atual governo, ainda assim é de extrema importância todo o movimento em torno do PMLLB, ainda há núcleos no Brasil mapeando ao municípios (José Castilho, Renata Costa Ex-Minc) com o Plano já em lei ou em andamento e a luta continua. Livro Leitura e Bibliotecas são pautas no país e não podem deixar de ser pauta municipal, devemos ser agentes nesse processo de luta enquanto faltar políticas públicas, investimento, enquanto faltar bons espaços de leitura, com bons acervos ou não cumprirem a lei 12.244/10. Aliás LLB devem ser pauta sempre, assim como EDUCAÇÃO E CIDADANIA. Já sabemos (Retratos da leitura no Brasil) que 60% das escolas não tem bibliotecas ou espaços de leituras, não tem os equipamentos e que já venceu os 10 anos concedidos na lei 12.244 sem avanços significativos, 31 % dos brasileiros NÃO tem compreensão leitora e o problema é da escola e não da família. Até porque a maioria das famílias brasileiras estão em estado de vulnerabilidade ou num patamar em que Livro ainda é artigo de luxo. É de extrema importância a luta			
---	--	--	--

continua por políticas públicas para as crianças e adultos que não tem famílias leitoras ou sem condições para tanto, há um número imenso de excluídos e para a tão sonhada transformação social é preciso avançar nessa pauta. Ler é poder, é libertar-se! Respaldados por uma lei federal, podemos criar mecanismos legais para empenhar recursos e projetar ações locais na formação leitora das comunidades locais, ações que podem e devem estar ligadas aos objetivos expostos na Lei PNLE e nos objetivos e metas PNLL. De certa forma, já fazemos na prática algumas ações, entretanto elas podem estar previstas num documento a ser seguido não só por um grupo disposto a colaborar com o município, mas como todos os agentes envolvidos no tema LLB. Vejo uma grande importância no plano e ele pode alcançar, beneficiar toda a cadeia do livro, leitura e biblioteca, além da sociedade como um todo”.			
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Análise de Categorias Aplicada, SILVA, 2018, p. 206.

Qual é o nível de conhecimento prévio que os pesquisados detinham em referência ao PNLL ao início dos trabalhos para a construção do PMLLB de Jardinópolis?			
Informação presente (P+) ou ausente (A-)			
Entrevista	Questionário	Observação	Documentação
P+	A-	P+	A-
Entrevistado (A) – Tinha conhecimento prévio pois à época atuava como membro do poder		Respondente (G) – Profundo conhecimento, sobre o tema, atuou no	

legislativo municipal e participou da comissão que iniciou as discussões sobre o PMLLB de Jardinópolis. “Temos a Comissão Amigos das Bibliotecas (não sei como estão funcionando as reuniões) formada por munícipes, representantes do Legislativo, representantes da Secretaria de Cultura e da Educação. As discussões giravam em torno da Lei 12244/2010 sobre estudos do PMLLB e questões pertinentes as salas de leitura que foram instaladas ou melhor adequadas como início da movimentação da aplicação da Lei”.		grupo que iniciou as discussões sobre a criação, regulamentação e implantação do PMLLB de Jardinópolis. Respondente (H) – Não participou do processo de discussão para a construção, regulação e implementação do PMLLB de Jardinópolis. Respondente (I) – Não participou do processo de discussão para a construção, regulação e implementação do PMLLB de Jardinópolis. Respondente (J) – Não participou do processo de discussão para a construção, regulação e implementação do PMLLB de Jardinópolis.	
Entrevistado (B) – (Resposta evasiva). “Trata-se de um plano dinâmico, com atuação popular, para implementação de programas para ampliar bibliotecas escolares e incentivar a leitura”			
Entrevistado (C) – Não tinha conhecimento prévio. “Não tenho informações”			
Entrevistado (D) – (Resposta evasiva). “Sabemos da existência da lei federal 13.696 de 12 de julho de 2018 que democratiza o acesso à leitura e disciplina a elaboração do plano municipal do livro leitura, literatura e biblioteca”.			
Entrevistado (E) – Conhecimento Aprofundado sobre o tema. “O despertar sobre a regulação de planos do livro e leitura partir de informações de Galeno Amorim (Ribeirão Preto), em 2016, desde quando organizou-se um movimento em Jardinópolis-SP			

para estudos visando a criação do Plano Municipal em Jardinópolis, sem o prejuízo de ações visando a concretização de políticas públicas de livro, leitura e biblioteca. Os estudos englobaram a Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006 (Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL), o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 13.005/2004), Lei 12.444/2010 (universalização das bibliotecas nas instituições de ensino), o Plano Municipal do Livro e Leitura de Campo Grande – MS (Decreto n.11.690/2011), a Agenda 2030, principalmente o ODS 4 (Educação de Qualidade), o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca do município de Nova Iguaçu-RJ (LM 4.439/2014), o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLB) do Município de São Paulo (LM 16.333/2015), posteriormente, a Lei 13.696/2018 (Plano Nacional de Leitura e Escrita)”.			
Entrevistado (F) – Conhecimento aprofundado. “Eu sempre fui apaixonada por livro, leitura e biblioteca, numa feira literária em Ouro Preto, em 2014 no Fórum das letrinhas, eu conheci vários nomes referência na área do livro, leitura e biblioteca e pela 1ª. vez ouvi falar PNLLB. Saí do Fórum das Letras seguindo dois grandes nomes referência na área do Livro, Leitura e Biblioteca Saí Volnei Canônica e José Castilho Marque Neto. Desde então sempre atenta as postagens deles, sabia que PNLLB foi uma criação coletiva em 2006, liderados por representantes do governo MEC e MinC, inclusive Galeno Amorin cidadão ribeirão-pretano era representante do MinC até abril 2006 e José Castilho Marques Neto assume, e com forte participação da sociedade civil organizada. Eu compreendia o PNLLB como um conjunto de			

projetos, programas em desenvolvimento no país para promoção e democratização do livro, leitura e biblioteca e que se desmembrava no PMLLLB para atingir o nível municipal. Entendia inclusive que estes projetos e programas englobava todo a cadeia da área da rede do livro: escritores, editores, distribuidores, vendedores, leitores... Em 2016 em contato direto com Galeno Amorin, despertar ainda mais para a importância de projetos na área do livro e leitura e do PMLLLB. A partir daí iniciamos um movimento para estudos na área nunca deixando de lado ações concretas. Vale ressaltar que ao estudar me deparei com vários e maravilhosos PMLLLB, mas nunca foi possível constatar algum deles executado ou em andamento a contento. Conheci PMLLLB de várias cidades, grandes e pequenas, a maioria bem escrito e completo, mas nenhum executado a contento ou sequer com bom andamento, lindos no papel, mas com pouca execução concreta, pouco avanço. Penso desde então que é preciso fazer um plano mais exequível e para tanto não pode ter pressa na formulação e que depois de pronto como proposta deve ser discutido com todos os envolvidos e só assim ter um documento possível de ser executado, um documento real, enxuto e possível de ser atingido e que ao mesmo tempo possa ser complementado a medida que ele estiver sendo cumprido, aumentar as metas para não desanimar ou assustar os envolvidos. Entendo que só assim teremos um documento, um plano que dê força e ânimo e não apenas alimente ilusões (disso o povo está cansado.., me lembro aqui as leis, que existem, são boas, mas não funcionam, não são			
---	--	--	--

efetivas, como a própria lei 12.244/10”			
---	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Análise de Categorias Aplicada, SILVA, 2018, p. 206.

Qual é o seu nível de participação nos debates e plenárias e quais questões surgiram durante esta etapa do processo?			
Informação presente (P+) ou ausente (A-)			
Entrevista	Questionário	Observação	Documentação
P+	A-	P+	A-
Entrevistado (A) – “Participei na época como representante do Legislativo nessa Comissão Amigos das Bibliotecas, composta por munícipes, Legislativo, Secretaria Da Cultura e Turismo e Secretaria da Educação. A importância da aplicação da Lei 12244/2010. A Adequação das salas de leitura existentes, a ampliação do acervo literário, o espaço físico mais acolhedor. E estudos dos planos de outras cidades, para análise, comparações e para melhor atendimento dentro da nossa realidade”.		Respondente (G) – Participou no ano de 2016 como membro da comissão que discutiu sobre a implementação do PMLLB de Jardinópolis, mas deixou de fazer parte ao longo do processo. Questões orçamentárias, metodológicas e técnicas foram as primeiras a serem levantadas.	
Entrevistado (B) – Participei “[...]como funcionário público da Educação. As questões levantadas foram várias como: fazer, criar, incentivar, motivar, bem como implantar a metodologia para o acesso às bibliotecas”.		Respondente (H) – Não participou do processo.	
Entrevistado (C) – “Não participei”		Respondente (I) – Não participou do processo.	
Entrevistado (D) – “Participamos de algumas reuniões e recebemos a comissão na escola para orientações sobre adequação conforme legislação. As questões levantadas referiram-se ao levantamento de mobiliário e acervo”.		Respondente (J) – Não participou do processo.	
Entrevistado (E) – “Não houve plenárias e debates administrativos com fim de construção do PMLLL. Houve reuniões de membros dos coletivos com membros do poder			

público, executivo e legislativo, informais e reuniões internas dos próprios coletivos. As principais questões giraram em torno das limitações orçamentárias, resistência omissiva dos representantes de executivo e legislativo ao estabelecimento do plano e desconfiança e desconhecimento dos profissionais de educação a respeito”.			
Entrevistado (F) – “Não aconteceram. Tivemos apenas reuniões de membros do coletivo com membros do poder público (executivo e legislativo) informais, reuniões internas do coletivo e essa conferência citada anteriormente para tratar da importância do PMLLB que foi formal e atingiu a todos os envolvidos na área LLB (poder executivo, legislativo, secretários da cultura e educação, sociedade civil, escritores, diretores, professores e alunos). Sempre nos deparamos com as limitações orçamentárias, falta de vontade política, resistência dos envolvidos e desconfiança e desconhecimento da sociedade e dos profissionais da educação em torno do assunto”.			

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Análise de Categorias Aplicada, SILVA, 2018, p. 206.

Condições das bibliotecas e salas de leitura municipais e escolares municipais do município de Jardinópolis – SP.			
Informação presente (P+) ou ausente (A-)			
Entrevista	Questionário	Observação	Documentação
P+	P+	P+	A-
Entrevistado (A) – Sobre as condições, “[...]foi feito um levantamento. Diretores, professores foram ouvidos através de um questionário.	Respondente (G) - A biblioteca pública não possui condições adequadas visto que seu espaço interno não	Em visita ao município de Jardinópolis tivemos acesso a biblioteca e a sala de leitura	

Visitamos todas as escolas e elencamos as dificuldades, verificamos os espaços, o acervo e mobiliário”.	comparta acervo e espaço de leitura e estudo, o mobiliário não é específico para biblioteca, o acervo é diversificado, porém necessita de renovação pois há exemplares antigos, com danos físicos que são mantidos por não haver como substituí-los. A biblioteca não possui climatização e o processo de organização é lento e obsoleto pois os recursos físicos e tecnológicos foram disponibilizados a pouco tempo e sempre há algum entrave que faz com que os avanços retrocedam e a organização da biblioteca nunca se concretiza. Porém, com a reforma que está acontecendo na biblioteca a perspectiva é que o que foi relato melhore todos o funcionamento da biblioteca em todos os aspectos”.	municipal além das bibliotecas escolares municipais de duas instituições de ensino básico. Verificamos que precisam de melhorias em diversos aspectos de ordem administrativa, técnica, orçamentária e física. A fim de um diagnóstico mais apurado verificar roteiros de observação nos anexos desta pesquisa.	
Entrevistado (B) – “Todas as unidades escolares do ensino fundamental necessitam adequações. O processo de catalogação dos livros tem ocorrido. As unidades escolares de Educação Infantil possuem salas de leitura”.	Respondente (H) – Existem boas condições “[...]nas duas salas de leitura onde já pude atuar presencialmente. Nas outras duas com condições de funcionamento, apenas a sala de leitura da EMEF Ilha Grande não possui o espaço físico adequado.		
Entrevistado (C) – “Não tenho”	Respondente (I) – “Sim, possuem boas condições referente à (tamanho, mobiliário, acervo, climatização, organização”.		
Entrevistado (D) – “Temos conhecimento que em todas as unidades tem salas de leitura”.	Respondente (J) – “Sim, a biblioteca é grande e possui mobiliário novo e um bom acervo”.		

Entrevistado (E) – “[...]Tendo em vista o trabalho dos coletivos, espaços vêm sendo construídos e mobiliados, com acervo planejado e com supervisão de servidor bibliotecário”.			
Entrevistado (F) – “[...]temos um raio X das 9 bibliotecas municipais, 4 já estão reformadas, com mobiliário e acervo novos, 3 já estão com indicação orçamentária para construção e 2 com indicações para reforma e compra de mobiliário e acervo. A grande questão é ainda o bibliotecário, questão que esbarra sempre no teto de gastos públicos, Lei de Responsabilidade Fiscal (LCP 101/2000). O município tem apenas 1 bibliotecário na rede da educação (que conseguimos com muita luta. O município estava irregular sem um bibliotecário na pasta da educação) e 1 bibliotecário na pasta da cultura (na biblioteca municipal), a luta é para que tenhamos 1 para cada escola (ou no mínimo 1 para cada 3 escolas e manter as bibliotecas abertas com professores adaptados sendo orientados pelos bibliotecários da pasta)”.			

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Análise de Categorias Aplicada, SILVA, 2018, p. 206.

Expectativas e impressões sobre a elaboração da PMLLB de Jardinópolis – SP.			
Informação presente (P+) ou ausente (A-)			
Entrevista	Questionário	Observação	Documentação
P+	P+	P+	A-
Entrevistado (A) – “Idealizava mais facilidades para a execução. A Comissão Amigos das Bibliotecas e os coletivos em prol do Livro, Leitura, Arte, Cultura em nosso município são muito atuantes, participativos e abraçam junto ao	Respondente (G) - A participação da escola é fundamental no PMLLB, pois na grande maioria o primeiro contato com o livro ocorre na escola. Contudo, não posso opinar	Apesar de um discurso positivista sobre a elaboração do PMLLB do município	

Legislativo e Executivo ações e projetos relacionados à Cultura, Leitura e Biblioteca”.	sobre a contribuição da escola no PMLLB de Jardinópolis, pois desconheço a realidade das escolas. No momento não tenho expectativas sobre o PMLLB por desconhecer qualquer processo	verificamos pouca penetração e/ou efetividade na prática (processo está suspenso no momento).	
Entrevistado (B) – “Complexo e facilitador ao mesmo tempo, uma vez que envolve trabalho, dedicação e lazer. Um desafio. Com toda a dinâmica, acesso à informação (tecnologia) e dedicação dos membros, o trabalho se desenvolve bem. Há, entretanto, alguns empecilhos no processo público para dinamização, que impedem uma maior agilidade no processo de implantação do plano”.	Respondente (H) - Na minha visão como bibliotecário atuante diretamente nas salas de leitura, a expectativa é que o PMLLB possa contribuir para que o município consiga cumprir a lei 12.244/2010, possuindo uma biblioteca ou sala de leitura em cada unidade de ensino municipal. Mas que também, o PMLLB tenha capacidade para enxergar, abordar e combater as desigualdades sociais do estudante de escola pública, que possa contribuir para que os mesmos tenham igualdade de acesso à informação perante alunos de escolas privadas, e que saiam do ensino fundamental com pleno entendimento da função e importância de uma biblioteca na sua comunidade		
Entrevistado (C) – “Não tenho conhecimento e não tenho informações”	Respondente (I) – “Que as metas estabelecidas assegurem o acesso a todos”.		
Entrevistado (D) – “A escola sempre trabalhou com projetos de leitura, porém a iniciativa do grupo de trabalho em implementar o PMLLB vem assegurar a participação de forma democrática e popular às metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo. O grupo está realizando um excelente trabalho habilitando e reavivando os espaços de leitura municipais	Respondente (J) – “Não conheço o projeto mas acredito que o plano possa contribuir para que a escola tenha uma biblioteca atuante”.		

presentes nas unidades escolares”.			
Entrevistado (E) – “As expectativas eram otimistas. As ideias, carregadas de ingenuidade. É preciso entender que as barreiras políticas são inúmeras, na realidade de déficit democrático brasileiro. As políticas de livro, leitura, literatura e bibliotecas, definitivamente, não estão no horizonte de políticos, pelo menos, como regra, nos âmbitos municipais. A expectativa era de que, observados os princípios já enunciados na Constituição, na Agenda 2030, no PNLL, no PNE, na Lei 12.444/2010, nas regulações municipais já existentes (São Paulo e Iguazu) e nos próprios planos municipais de cultura e educação e observando-se a defasagem local, que demandava iniciativas do zero, seria amplamente aceito a concretização de ideias de instauração das bibliotecas municipais, com servidores bibliotecários, a criação e desenvolvimento de programas perenes de fomento a leitura, a formação contínua de acervos. A formação de grupo de trabalho mostrou-se imprescindível e a procura de ajuda por profissionais especializados foi uma preocupação desde o início”.			
Entrevistado (F) – “As expectativas e as ideias eram enormes, imaginava um documento completo prevendo o ideal, mas com a prática em ações sociais, as lutas por melhorias locais, percebi que estava iludida. Hoje com um país marcado pelo retrocesso, penso que mais do que nunca é preciso trabalhar com um documento realista que não assuste ou não desanime os envolvidos no processo. Tivemos a alegria de cruzar com Cláudio Marcondes, que sempre nos foi inspiração e sempre esteve			

disponível para a troca de boas ideias na área. Inclusive ele quem me sugeriu, quando esteve presente na 1ª. Conferência para tratar da Construção Coletiva e Participativa do Plano Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca (30 maio de 2018), a tornar esse nosso trabalho um case. Mas entendo que esse grupo deve ser o mais eclético possível, com representantes de todas as áreas ligadas à educação, representantes da sociedade civil, poder legislativo, executivo, toda cadeia do Livro, Leitura, Biblioteca e o máximo de interessados possíveis”.			
---	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Análise de Categorias Aplicada, SILVA, 2018, p. 206.

Como PMLLB pode contribuir para a melhoria da biblioteca na rede educacional de Jardinópolis?			
Informação presente (P+) ou ausente (A-)			
Entrevista	Questionário	Observação	Documentação
P+	P+	P+	A-
Entrevistado (A) – “Estabelecendo metas, objetivos, proporcionando aprendizagens reais e significativas. Levando o gosto e prazer pela leitura. Priorizando a capacidade leitora e escritora. Tornando alunos leitores, críticos e participativos. Preparando-os para o mundo de forma mais igualitária”	Respondente (G) – “O PMLLB se for discutido e construindo com o pensamento de ser uma política pública para valorizar e desenvolver as bibliotecas (pública e escolares) ele será um instrumento eficaz e eficiente para trazer os modelos modernos de biblioteca que a tiram de um espaço de guarda do livro e do saber e a transforma em um espaço democrático de acesso a informação”.	O PMLLB servirá de referência para a boa gestão das políticas públicas já existentes no município de incentivo ao livro, leitura, literatura e biblioteca, bem como se bem elaborado e com metas de curto, médio e longo prazos bem definidos, norteará a criação e o desenvolvimento de novas políticas públicas que agreguem iniciativas positivas nesta cadeia de cultura e educação.	
Entrevistado (B) – “Contribuir cultural e socialmente, levar a sociedade a ampliar	Respondente (H) – “O meu conhecimento acerca da elaboração do PMLLB vem de		

conhecimento e focar na sua atuação e visão de mundo”.	conversas que tive com colegas de profissão, que me contaram sobre alguns avanços que o mesmo possibilitou, como a aquisição de mobiliário e acervo para algumas escolas, o planejamento para criação de salas de leitura nas que ainda não possuem e a contratação de um bibliotecário escolar, cargo por mim ocupado”.		
Entrevistado (C) – “Não tenho informação sobre”.	Respondente (I) – “Facilitará o acesso e a composição literária (acervo) e física (mobiliário) desses espaços”.		
Entrevistado (D) – “Garantindo as metas essenciais para sua regularização”.	Respondente (J) – “Não conheço o plano portanto não posso opinar”.		
Entrevistado (E) – “O PMLLB, se integrado aos planos orçamentários, pode garantir uma política de estado de busca da universalização, como já vem sinalizando as respostas concretizadas em face das ações coletivas realizadas, como a recuperação de espaços, acervos e serviço, acima já apontada, mas é preciso repetir as preocupações do item 13. Pior do que não ter um Plano é ter um Plano desprezado, com o efeito de aumento da desconfiança social sobre esses instrumentos”.			
Entrevistado (F) – “: Um PMLLB exequível em consonância com os orçamentos (da pasta da educação e orçamentos impositivos) e uma sociedade engajada/participativa podem tornar possível avanços			

significativos na área do livro, leitura e biblioteca para todos. Não esquecendo que também pode ser desastroso quando é maravilhoso só no papel. Um bom plano que pensa e atenda estes quesitos pode ter força para democratizar e aumentar os espaços de leitura, promover o livro e a leitura, estimular a formação de leitores, escritores, poetas, bibliotecários, agentes diversos da leitura e escrita, estimular o mercado do livro, estimular os profissionais da educação e os profissionais em torno do livro, fazer florescer projetos que podem dar um novo rumo para o município, um despertar para uma cidade mais leitora, mais educadora, mais consciente, livre e humana”.			
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Análise de Categorias Aplicada, SILVA, 2018, p. 206.

O que falta para o município de Jardinópolis cumprir a Lei 12244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares?			
Informação presente (P+) ou ausente (A-)			
Entrevista	Questionário	Observação	Documentação
P+	P+	A-	A-
Entrevistado (A) – “Busquei essa informação com o Secretário da Educação que informou que existe um projeto em andamento”.	Respondente (G) – “Falta enxergarem a biblioteca como um equipamento cultural, educacional, informacional, enfim um espaço dinâmico. Não apenas um espaço onde os livros são ‘guardados’, armazenados. A biblioteca essencial para o lazer, a formação e informação da população de Jardinópolis e Jurucê criando um elo, um sentimento de pertencimento, respeito e conhecimento sobre a	Processo está parado em conjunto com a elaboração do PMLLB do município. Efetivamente existem apenas duas salas de leitura implantadas (mobiliário, acervo catalogado, espaço climatizado e adequado etc.) em um universo que contam com pelo menos 25 possíveis	

	cidade para que no futuro a memória e a história da cidade sejam preservadas e conhecidas por sua população. O que falta para que isso aconteça é estabelecer uma política pública para o livro, leitura e biblioteca, onde seja destinado recursos físicos, financeiros e de pessoal para que isso se desenvolva”.	salas de leitura/bibliotecas escolares para atendimento da rede municipal de ensino.	
Entrevistado (B) – “Está em andamento”.	Respondente (H) – “Acredito que é preciso ouvir os bibliotecários em relação aos assuntos em que lhes diz respeito ou à sua área de atuação, assim como professores e direção escolar para que seja levantado conhecimento acerca da comunidade em que a instituição está inserida. É preciso também dar mais garantia e segurança em relação aos processos que envolvem o trabalho dos bibliotecários, como por exemplo, a hospedagem segura de software para catalogação, para que não haja retrocessos no trabalho realizado. E por fim, ainda em minha visão como técnico, é preciso valorização salarial para os bibliotecários, pois exercemos muitas vezes o trabalho de vários bibliotecários. No meu caso, hoje sou responsável pelo planejamento de 25 salas de leitura no município para cumprimento da lei 12.244/2010”.		
Entrevistado (C) – “O município adquiriu vários acervos,	Respondente (I) – A reestruturação total do		

mobiliários e contratou um bibliotecário para cadastrar e colocar em ordem as salas de leitura das unidades”.	que venha ser a biblioteca hoje existente onde poderia ser implantada entre outras coisas, “[...]um jardim para a prática de leitura, contação de estórias, teatro e outros”.		
Entrevistado (D) – “Com a implementação do PMLLLB as unidades escolares, conforme orientação da comissão municipal, estão recebendo mobiliários adequados e acervo literário conforme reza a referida lei”.	Respondente (J) – “O que falta é maior compromisso dos professores em relação à biblioteca, pois a biblioteca oferece todas as condições necessárias para que os projetos sejam desenvolvidos”.		
Entrevistado (E) – “O município vem recuperando os espaços de leitura das escolas e contratou servidor especializado (bibliotecário)”.			
Entrevistado (F) – “O município com a atuação e pressão da sociedade civil organizada está gradativamente recuperando os espaços de leituras nas escolas (devagar, mas em frente). Vale ressaltar que não fosse o CONSTRANGIMENTO posto por ações e esforços da sociedade civil organizada, legitimada pelas leis e o direito de participação no orçamento, penso que estaríamos como a maioria dos municípios brasileiros no completo abandono da pauta, em retrocesso”.			

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Análise de Categorias Aplicada, SILVA, 2018, p. 206.